

Diego Ribeiro Alves

**O Perfil dos Imigrantes, Refugiados e
Estruturas de Acolhimento no Ceará, Brasil:
Análises e Estudo de Caso**

**Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2016**

Diego Ribeiro Alves

**O Perfil dos Imigrantes, Refugiados e
Estruturas de Acolhimento no Ceará, Brasil:
Análises e Estudo de Caso**

**Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2016**

Diego Ribeiro Alves

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Acção Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento, sob a orientação do Professor Doutor João Casqueira Cardoso.

Dedicatória

Primeiramente a Deus, quem me mostrou que eu posso ser agente de transformação e trazer esperança e alegria para vida das pessoas.

A minha família, e em especial, a minha esposa, quem me apoiou incondicionalmente e alimentou todos os meus sonhos nessa incrível jornada do mestrado.

Dedico este trabalho também a todos os que maravilhosamente contribuíram com a disponibilidade de atendimento e envio de contribuições: a Defensora Pública da União, Lidia Nogueira; o Coordenador de Direitos Humanos do Governo Estadual do Ceará, Demitri Cruz; a delegada da Divisão de Imigração da Polícia Federal do Ceará, Marlene Miranda; ao Departamento de Políticas Estudantis da UNILAB através do excelente apoio do Assistente Social, Bruno Lopes; inclusive às irmãs Clotilde e Eléia, responsáveis pela Pastoral do Migrante em Fortaleza, instituição esta pela qual me apaixonei ao longo destes cinco meses de trabalho de pesquisa.

Não poderia deixar de dedicar este trabalho ao meu Coordenador do Mestrado e Professor João Casqueira, quem considero um grande responsável por ter transformado esse jovem que entrou na UFP com tantos sonhos de carreira e agora finaliza seu grau como o mais novo funcionário das Nações Unidas. Seu profissionalismo, tato pedagógico e paixão pelo que faz foram fundamentais nessa minha jornada árdua.

Dedico por fim aos milhares e milhares de imigrantes e refugiados, que se sentem desprotegidos e abandonados. Que a minha carreira e que a minha vida possam ser ferramentas de alívio para todos vocês.

RESUMO

O crescimento vertiginoso no número de solicitações de refúgio, que de 2010 a 2015 aumentou em mais de 8 vezes, assim como o *boom* no número de imigrações registradas a partir de 2000 no Ceará por parte de estudantes africanos têm reforçado à população local os efeitos tanto da globalização como da crise humanitária atual. Poder público, organizações do terceiro setor e entes empresariais passam a se envolver na agenda pertinente à imigração em um contexto socioeconômico e legislativo delicados; e intenções de trabalhos e iniciativas de assistência aos imigrantes e refugiados começam a permear a sociedade, mesmo não havendo dados estatísticos da diversidade dos imigrantes, processo de acolhimento formal definido ou avaliação das capacidades absolutas que a cidade de Fortaleza no Ceará possui para agregar a essa agenda. Dessa forma, iremos identificar o perfil dos imigrantes que são provenientes de países africanos de língua portuguesa e refugiados sob a ótica da diversidade de modo a traçar um mapa que traga percepções e insumos para as atividades de assistência desejadas. Adicionalmente, será analisado o processo de acolhimento sob a ótica da avaliação da estrutura (instituições, equipamentos, procedimentos e responsabilidades) com o objetivo de se entender o nível de maturidade do processo de acolhida dos imigrantes e refugiados, assim como suas oportunidades de melhoria. A temática, além de atual, se faz indispensável para a construção de um pensamento crítico acerca da própria capacidade de contribuição ao tema da imigração e da crise dos refugiados. A metodologia utilizada para a construção da parte teórica e para respaldo das hipóteses levantadas foi a consulta bibliográfica, enquanto a parte estatística foi fruto de intenso trabalho de investigação por insumos de ordem qualitativa e quantitativa com diferentes agentes intervenientes no processo de acolhimento no Estado, inclusive pela busca do aspecto subjetivo por parte de gestores públicos acerca do tema. Por fim, foi realizado diagnóstico de qualidade organizacional junto à Pastoral do Migrante em Fortaleza, tida como referência do terceiro setor na agenda dos imigrantes e refugiados, com objetivo de avaliar e contribuir com suas capacidades de gestão e com seu processo de acolhimento. Verificou-se com o trabalho que, diferente do tema dos refugiados, árduo tem sido o caminho percorrido para o desenvolvimento de assistência aos imigrantes como política pública. Contudo, pretende-se demonstrar que conhecer as necessidades deste último grupo, assim como sanar suas dificuldades, pode influenciar positivamente futuros trabalhos até mesmo para o próprio tema dos refugiados. Portanto, conhecer a real situação de ambos os grupos na região é indispensável para se elaborar planos do poder público, além de possibilitar a melhoria nos dispositivos de assistência como um todo e avançar os mecanismos da legislação pertinente.

Palavras Chave: Imigrante; Refugiado; Processo de Acolhimento; Perfil Estatístico.

ABSTRACT

The rapid growth in the number of asylum applications, which from 2010 to 2015 increased by more than 8 times as well as the boom in immigration numbers recorded since 2000 in Ceará due to the entrance of African students, have posed to the local population the effects of both globalization and the current humanitarian crisis. Public authorities, third sector organizations and business entities become involved in the relevant immigration agenda in a delicate socioeconomic and legislative context; while intentions of works and assistance initiatives for the immigrants and refugees begin to permeate society, even though there are no statistics of the diversity of immigrants, no defined formal welcoming process or assessment of the absolute capabilities that the city of Fortaleza, Ceará has to add to this agenda the purpose. Thus, we will identify the profile of immigrants who come from African Portuguese-speaking countries and refugees through the perspective of the diversity in order to draw a map that will bring insights and inputs to the potential assistance actions. In addition, it will be analyzed the welcoming process from the perspective of the evaluation of the structure (institutions, equipment, procedures and responsibilities) in order to understand the level of maturity of such process for immigrants and refugees, as well as its opportunities for improvement. Besides being current, the theme is indispensable for the construction of critical thinking about the own contribution capacity to the subject of immigration and the refugee crisis. The methodology used for the construction of the theoretical part and for the support of the hypotheses was the bibliographical consultation, while the statistical part was the result of intense research work by qualitative and quantitative type inputs with different actors involved in the welcoming process in the state, including the pursuit of subjective aspect by public managers on the theme. Finally, it was performed a quality organizational diagnostic at the *Pastoral do Migrante* in Fortaleza, considered the third sector reference in the immigrants and refugees agenda, in order to evaluate and contribute to the management skills and the process of welcoming. It has been noted that, unlike the refugee issue, the path for the development of assistance to immigrants as public policy has been difficult. However, it is intended to demonstrate that acknowledging the needs of the last group, as well as to solve their difficulties, can positively influence any future work, even to the very issue of refugees. Therefore, knowing the real situation of both groups in the region is essential to develop public-power plans, besides enabling communities to improve the assistive devices as a whole and to advance the relevant legislation mechanisms.

Keywords: Immigrant; Refugee; Integrating Process; Statistical Profile.

ÍNDICE

RESUMO	i
<i>ABSTRACT</i>	ii
LISTA DE IMAGENS, TABELAS E GRÁFICOS	iv
ABREVIATURAS	vi
INTRODUÇÃO	1
1. A Assistência Brasileira em Resposta aos Refugiados e Imigrantes	4
1.1. A História da Assistência Social no Brasil	5
1.2. O Estatuto do Refugiado no Brasil.....	11
1.3. A Sociedade Civil na Implementação do Estatuto dos Refugiados no Brasil.....	15
2. O Perfil do Refugiado e do Imigrante que chega ao Ceará.....	19
2.1. Dados Estatísticos e Levantamento Amostral dos Grupos-Alvo	21
3. Análise do Processo de Acolhimento no Estado do Ceará.....	39
3.1. A Estrutura de Acolhimento no Ceará	42
4. Estudo de Caso da Pastoral do Migrante de Fortaleza	50
4.1. A Pastoral do Migrante em Fortaleza.....	51
4.2. Diagnóstico de Qualidade e Análise de Gestão	56
4.2.1. Planejamento Estratégico	57
4.2.2. Gestão por Resultados e por Indicadores	60
4.2.3. Sustentabilidade Financeira	63
4.2.4. Gestão dos Parceiros e dos Canais de Comunicação	66
4.2.5. Accountability e Gestão da Informação.....	70
4.3. Boas Práticas e Sinergia com a Diocese das Migrações no Porto.....	72
Conclusão	77
Bibliografia	79
Anexos.....	82

LISTA DE IMAGENS, GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1. Número de Visitantes Estrangeiros ao Ceará 2009-2014	20
Gráfico 2. Moradias Ilegal no Ceará de 2009- 2014 e Legal de 2014	21
Gráfico 3. Atendimento por País de Origem.....	22
Gráfico 4. Atendimento por Gênero.....	23
Gráfico 5. Idade por Gênero.....	24
Gráfico 6. Bairros de Habitação.....	24
Gráfico 7. Percentagem por Áreas de Estudo	26
Gráfico 8. Percentagem de Intenção de Retorno ao País de Origem	27
Gráfico 9. Maiores Dificuldades segundo Questionários.....	28
Gráfico 10. Média de Renda Mensal (R\$)	29
Gráfico 11. % de Situação do Visto	30
Gráfico 12. Quantidade de Alunos Internacionais por País na UNILAB	31
Gráfico 13. Principais Dificuldades segundo Alunos da UNILAB	32
Gráfico 14. Motivação para Solicitação de Refúgio	33
Gráfico 15. Quantidade de Solicitações de Refúgio no Ceará (2015-2016).....	35
Gráfico 16. % de Solicitações de Refúgio no Ceará por País	36
Gráfico 17. % de Solicitações de Refúgio no Ceará por Gênero	37
Gráfico 18. População de Estrangeiros no Ceará (2016).....	38
Gráfico 19. Matriz de Poder x Interesse da Pastoral do Migrante em Fortaleza.....	68
Figura 1. Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro em Fortaleza.	25
Figura 2. Centros de Referência Especializada da Assistência Social.....	42
Figura 3. Abrigos Municipais de Fortaleza.....	43
Figura 4. Centro de Convivência para Pessoas em Situação de Rua	43
Figura 5. Local de Atendimento da Pastoral do Migrante	51
Figura 6. Processo de Acolhimento da Pastoral do Migrante em Fortaleza	52
Figura 7. Ficha de Acolhimento da Pastoral do Migrante.....	53
Figura 8. Planejamento Estratégico para Organizações do Terceiro Setor	58
Figura 9. Modelo PDCA para Planejamento.....	59
Figura 10. Análise SWOT da Pastoral do Migrante em Fortaleza.....	60

Figura 11. Equação para Indicador de Investimento Unitário por projeto.....	62
Figura 12. Equação para Indicador de Dependência de Mantenedor.....	64
Figura 13. Exemplificação de Stakeholders.....	66
Figura 14. Prédio da Diocese das Migrações do Porto	72
Tabela 1. Quadro Resumo - Lei do Estrangeiro e Projeto de Lei do Migrante.....	41
Tabela 2. Quadro Resumo dos Serviços da DPU para Estrangeiros.....	46
Tabela 3. Principais Atividades da Pastoral do Migrante em Fortaleza.....	54
Tabela 4. Principais Fontes de Recursos da Pastoral em Fortaleza	55
Tabela 5. Principais Parceiros da Pastoral em Fortaleza.....	55
Tabela 6. Exemplo de Quadro de Gestão á Vista para Indicadores de Desempenho	63
Tabela 7. Exemplo de Tabela para Análise de Poder x Interesse dos Stakeholders	67
Tabela 8. Exemplo de Matriz de Comunicação	69

ABREVIATURAS

ABC.....	Associação Brasileira de Cooperação
ABONG.....	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ACNUR.....	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNSS.....	Conselho Nacional de Serviço Social
CONAR.....	Comitê Nacional para Refugiados
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRAI	Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes
DDC	Departamento de Direito e Cidadania
DELEMIG.....	Delegacia de Imigrações da Polícia Federal
DPU	Defensoria Pública da União
GRULAC	Grupo da América Latina e Caribe
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH.....	Índice de Desenvolvimento Humano
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos
LBA.....	Legião Brasileira de Assistência
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPAS.....	Ministério da Prvidência e Assistência
OIM	Organização Internacional para Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
SPM.....	Serviço Pastoral dos Migrantes
SEBS	Sociedade Educadora e Beneficente do Sul
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI.....	Serviço Social da Indústria
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
UNILAB.....	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

INTRODUÇÃO

Quando em 12 de setembro de 2015, o então prefeito de Fortaleza, João Cláudio, convocou a imprensa para formalizar sua intenção em receber 50 famílias de refugiados na Síria em terras nordestinas, iniciou-se um intenso debate por todo o Estado do Ceará. Além de instar a sociedade civil, entidades privadas e poder público a responder de forma proativa às necessidades dos potenciais visitantes, o Prefeito propôs a criação e melhoria das estruturas necessárias para o acolhimento dos refugiados.

A comunidade cearense respondeu com grande apreensão à intenção da Prefeitura enfatizando a precariedade dos serviços públicos da cidade vigentes à época, além dos baixos índices socioeconômicos registrados nos últimos anos, o que poderia sinalizar a inviabilidade de tal empreitada. Em uma cidade cujo índice de desemprego segundo a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social de Fortaleza para fevereiro de 2016 é de 10,2%; e localizada em uma das regiões mais pobres do país com os menores índices de desenvolvimento humano do país, criou-se um dilema entre a vontade de ajudar um grupo de pessoas vulneráveis ou melhorar as capacidades internas e reavaliar o projeto.

Não obstante, permanece o questionamento: Mas afinal, como a cidade de Fortaleza pode ajudar os refugiados? Qual seria o melhor modelo de resposta? Qual o trabalho, conquistas e lições aprendidas assimilados com os grupos de refugiados e demais imigrantes já existentes? Há ainda ponderações anteriores a serem feitas: Qual o perfil da nossa população de imigrantes e refugiados? Quais as capacidades da cidade em atendê-los?

São vários questionamentos que precisam ser processados para que, por conta das suas capacidades de contribuir com insumos para iniciativas legislativas e aspectos de recursos, não gerem o que, segundo Sousa Santos (2008, p. 10) se configura como “desvios entre o auxílio e o que o auxiliado está realmente precisando quando do desenvolvimento de uma ação de resposta”. Entender que o auxílio a um refugiado é diferente do apoio assistencial dado a um morador de rua, que aspectos culturais podem inviabilizar a integração local de um grupo estrangeiro ou que uma ação que não incorpore a participação de organizações do

terceiro setor pode ter seu desempenho ineficiente são fatores cruciais para uma análise de acolhimento de imigrantes.

O tema, além de atual, possui importância político-social, ao passo que (i) demonstra quão importante é avaliar o nível de maturidade e capacidades das estruturas locais, assim como o pleno conhecimento do perfil dos imigrantes e a exata maneira de fornecer alívio e resiliência a eles; e (ii) fundamenta o envolvimento de instituições da sociedade civil e entidades público-privadas em um esforço conjunto e mais sustentável. É importante ressaltar que se instalou no Ceará a UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – elevando em níveis inéditos a entrada de estudantes provenientes de países africanos. Tal fato agrega grande importância quando se busca avaliar as capacidades de acolhimento de estrangeiros.

Ademais, o trabalho tem como escopo compreender o perfil dos refugiados e imigrantes que chegam ao Ceará em sua plenitude. Ou seja, informações como gênero, formação acadêmica, fatores motivacionais, aspectos trabalhistas; informações essas que não são adquiridas com facilidade dado a falta de literatura específica. Formado o perfil dos grupos de pessoas, buscar-se á entender a estrutura atual de acolhimento por parte do poder público e da filantropia. Ao final de tais análises, será possível identificar um mapa, um diagnóstico de qualidade com ênfase na capital Fortaleza com insumos para as mais diversas iniciativas, principalmente de melhoria interna. Por fim, optou-se por realizar um estudo de caso na Pastoral do Migrante de Fortaleza, setor parte da Arquidiocese do Ceará, que trabalha diretamente com ações de ajuda a refugiados e principalmente a imigrantes.

A pesquisa realizada apoiou-se em dois métodos: a pesquisa teórica utilizou o método bibliográfico e o estudo de caso fundou-se em pesquisa qualitativa/exploratória através de (i) visitas para formatação e análise de dados estatísticos da Polícia Federal em Fortaleza e registros/fichas históricas na Pastoral do Migrante; (ii) levantamento com a Pró-Reitoria de Políticas Estudantis da UNILAB; (iii) aplicação de questionário semi-estruturado com o Coordenador de Direitos Humanos do Governo de Fortaleza e um Defensor Público da União do Estado do Ceará; e finalmente (iv) foi realizado diagnóstico de qualidade com a

Diocese das Migrações do Porto com fins de analisar boas práticas de gestão e lições aprendidas replicáveis à Pastoral em Fortaleza a título de organização do terceiro setor.

No capítulo 1, será realizado resgate histórico para se compreender como o Brasil evoluiu nos temas de assistência social, e mais especificamente no tema dos refugiados, assim como o papel das organizações do terceiro setor nessa evolução histórica. De um país que passara por um período ditatorial até se tornar a primeira nação latino americana a aprovar um Estatuto do Refugiado em seu regimento interno. Tal análise se faz de extrema valia para se entender o modelo vigente de atuação do Brasil em tais políticas.

No capítulo 2, será realizado um trabalho predominantemente estatístico com fins de entender quantitativa e qualitativamente os mais diversos fatores que permeiam a atual comunidade de imigrantes e refugiados no Ceará. Em sua parte final, números se tornarão indicações claras e facilitarão constatações sobre o perfil de tais grupos.

No capítulo 3, o foco de análise muda de objeto de investigação. Ao invés de analisar o público-alvo, será dedicado espaço para avaliar as capacidades internas estruturais da cidade e o nível de alinhamento de tais capacidades com as necessidades identificadas no perfil do público-alvo. Abrigos, departamentos para encaminhamento profissional, centros de apoio psicológico e atendimento jurídico são exemplos de capacidades a terem seu nível de maturidade avaliadas através de entrevista com a Coordenação de Direitos Humanos do poder Estatal e Defensoria Pública do Estado do Ceará.

O capítulo 4 será reservado para o estudo de caso feito junto à Pastoral do Migrante em Fortaleza sob a luz da disciplina de Gestão de Organizações Não Governamentais. Aspectos como a utilização das informações levantadas nos capítulos anteriores, aplicação de ferramentas de gestão da qualidade que apoiem o seu planejamento de longo prazo e demais demandas da Pastoral como entidade formal do terceiro setor. Finalmente, de modo a se aplicar um benchmarking, optou-se por buscar junto à Diocese das Migrações no Porto um diálogo, um compartilhamento de conhecimento e boas práticas com o objetivo de estabelecer sinergia entre os trabalhos já realizados no Porto com a Pastoral em Fortaleza.

1. A Assistência Brasileira em Resposta aos Refugiados e Imigrantes

Entender o modelo histórico pelo qual o Brasil amadureceu suas práticas referentes a ações de políticas sociais, inclusive como a sociedade civil participou deste processo de maturação, é de extrema valia para se assimilar o *modus operandi* pelo qual as ações assistencialistas, políticas de apoio a imigrantes e refugiados e demais programas sociais são desenvolvidos e aplicados atualmente. Em complemento ao exposto acima, Beatriz Morem da Costa afirma que:

A associação de pessoas para a prestação humanitária a segmentos carentes e desamparados da população é a forma mais antiga de associativismo voluntário no Brasil, constituindo-se em prática comum desde o princípio colonial entre as instituições da Igreja Católica (Costa, 2004, p. 74).

É imprescindível conhecer a história deste processo, que no caso dos refugiados influenciou na resposta de como o Estado incluiu em seu regimento interno a Convenção dos Refugiados de 1951 e seu respectivo protocolo adicional; além do fato de que a partir deste resgate histórico será mais claro entender o porquê da tão forte prevalência do Estado nesta agenda que remete ao fim do século XX, o pequeno número de organizações sociais de impacto nacional e o caráter inabalável das organizações religiosas que ainda hoje dispõem de tamanho respaldo e credibilidade no tema.

Assim corrobora Teresa Sales e Maria do Rosário Salles com a necessidade da apreciação histórica no contexto brasileiro:

Uma tentativa de preencher uma lacuna nos estudos de imigração no Brasil, levando a sério a proposta que as políticas migratórias, e os fluxos que elas buscam regular, não podem, nos dias de hoje, serem analisadas simplesmente a partir de um foco nacional e sincrônico: precisam ser entendidas também como resultados de processos internacionais e históricos (Sales & Salles, 2002, p. 2).

Considerando migrações como os movimentos de pessoas dentro do próprio país ou de um país a outro; emigrar como o fato de sair tanto para um país diferente como para outro

estado dentro do mesmo país; e imigração como o ato de adentrar um país ou estado estrangeiro, percebem-se tais modalidades como tendo ligação com dois fatores: (i) íntima relação com aspectos históricos que formaram a população brasileira, e (ii) movimentos diretamente ligados ao tema da assistência social e políticas públicas de apoio.

Porque a legislação dos refugiados brasileira é referência internacional, mas a legislação para os imigrantes ainda é herança da ditadura? O que está por trás dos movimentos históricos que construíram tais abordagens na sociedade brasileira? Tratam-se de questionamentos que precisam ser explorados antes de se buscar traçar, e principalmente, criticar, o processo de acolhimento proposto por este trabalho.

1.1 A História da Assistência Social no Brasil

Segundo Lutfi Junior (2011, p. 66), “a preocupação com o social começou no Brasil em 1543, com a fundação da Santa Casa de Misericórdia (...) fazendo com que a atuação no setor quase nascesse junto com o próprio País”. Contudo, para fins de materialidade e objetividade aos resultados propostos, o presente trabalho tratará de analisar os movimentos históricos a partir da Era Vargas (1930), momento em que as políticas de assistência a sociedade passaram a ser minimamente controladas e auxiliadas pelo Estado. Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti, analisando as políticas sociais salientam que:

A crise de 1929/1932 e a Segunda Grande Guerra Mundial marcaram uma mudança substantiva no desenvolvimento das políticas sociais nos países capitalistas da Europa ocidental, (...) uma das medidas tomadas pelos Estados foi a instituição de serviços e políticas sociais com vistas a criar demanda e ampliar o mercado de consumo (Behring & Boschetti, 2011, p. 91).

Tais acontecimentos no cenário mundial afetaram diretamente o desenvolvimento das políticas sociais a partir da ascensão de Getúlio Vargas. Como uma forma de mediar os conflitos sociais e conter os anseios do proletariado industrial que começava a se mobilizar e buscar seus direitos, a questão social passou a ser preocupação do Estado. Até então, o

Estado tinha se mantido alheio aos grandes problemas sociais, prevalecendo a aplicação do chamado princípio da subsidiariedade, pelo qual o Estado deve auxiliar os membros da sociedade na execução de seus objetivos, proporcionando-lhes os meios e os estímulos, sem, porém, substituir-se a eles. A igreja acabava por assumir o papel do Estado na consecução dos serviços sociais.

A primeira iniciativa nesse sentido foi a criação de um órgão com o intuito de organizar e controlar a assistência social no Brasil, o Conselho Nacional de Serviço Social- CNSS, instituído pelo Decreto-lei nº 525, de 1º de julho de 1938.

O CNSS, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, passou a exercer uma função de cadastro das instituições existentes à época, bem como ficou responsável pela análise dos pedidos de subvenção realizados pelas entidades, que eram encaminhados ao Ministério da Educação e Saúde para aprovação e encaminhamento ao Presidente da República que designava a quantia da subvenção.

A assistência social ainda não era vista como política pública, mas passou a ser legitimada, como pertencente à esfera estatal, a partir do momento que o Estado passa a regular, organizar e coordenar as ações sociais. Contudo, a principal estratégia do Estado no âmbito social foi a utilização do setor privado, fazendo persistir os conceitos do liberalismo e o princípio da subsidiariedade.

Ainda na Era Vargas é criada a LBA - Legião Brasileira de Assistência - pelo Decreto-lei 4.830, de 15 de outubro de 1942, objetivando prestar assistência social, de forma direta ou em parceria com entidades privadas. Nota-se que durante os quinze anos de governo de Getúlio Vargas a assistência se limitou a ser uma prática de contenção social, mecanismo de solução dos conflitos entre as classes, e não uma preocupação permanente do Estado em assegurar direitos, reduzir de fato os males sociais que se disseminavam gradativamente por todo o país.

Com o fim do Estado Novo em 1945, a Era Vargas anuncia o seu desfecho e uma nova fase política se inicia. O Brasil passou por um período de redemocratização, tendo como parâmetro a Constituição Federal de 1946, que resgatou os conceitos da também democrática Carta Magna de 1934, abandonados quando da instituição do Estado Novo e promulgação da Constituição de 1937. O conceito de assistencialismo ainda se mantém, com a reafirmação do papel do CNSS na mediação da filantropia junto às organizações da sociedade civil, objetivando ainda o combate à pobreza.

Nesse período, há uma multiplicação das entidades não governamentais por todo o país, principalmente em decorrência do incentivo dado pela Constituição de 1946. Apesar do controle da assistência continuar concentrado no âmbito federal, há nesse momento um estímulo dessas ações nos estados e municípios, não de forma independente, mas como uma extensão do trabalho feito pela União. Contudo, essa expansão não foi integrativa, pois o Estado continuou atuando de forma esparsa e emergencial, sem consolidar uma política pública que retirasse dessas ações seu caráter paliativo e passasse a garantir direitos.

Após o suicídio de Vargas em agosto de 1954, Juscelino Kubitschek assumiu a presidência do país com seu slogan “cinquenta anos em cinco”, articulando a implantação de uma política desenvolvimentista. Nesse contexto, decresce a preocupação com o social, com o combate à pobreza, sob o argumento de defesa que a aceleração do desenvolvimento daria fim aos problemas sociais.

O que continuou a ocorrer foi uma “desresponsabilização” do Estado na forma de ampliação dos incentivos à filantropia. O governo de Kubitschek concede a isenção de selo nos recibos das contribuições que tenham como destinatárias entidades sociais com registro junto ao CNSS, e veda à União, Estados e Municípios tributar organizações de assistência social.

No entanto o propagado desenvolvimento econômico não gerou os efeitos sociais esperados. Pelo contrário, houve um avanço da pobreza nos centros urbanos em decorrência

da desvalorização do proletariado e de uma nova onda de êxodo rural, bem como por conta dos altos índices de inflação.

Foi nesse contexto que macro-organismos como o SESI – Serviço Social da Indústria -, o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria – e o SESC – Serviço Social do Comércio - surgiram como instrumentos qualificadores do operariado, oferecendo, simultaneamente, serviços assistenciais.

Passou-se a incluir a educação na assistência social estimulada pelo Estado, que a partir de então se encontrou organizada na figura desses macro-organismos financiados pelo empresariado. Assim, o Estado continuaria legitimando ações voltadas para a assistência dos trabalhadores com carteira assinada, deixando os trabalhadores informais à mercê de iniciativas filantrópicas, reafirmando o velho modelo histórico, pelo qual apenas aqueles que laboram formalmente são merecedores do olhar estatal.

Com o golpe militar de 1964, instaurou-se a Ditadura civil-militar no Brasil. O Regime então vigente dita o fim do populismo, impossibilitando as reformas de base por esse difundidas e afastando as classes mais pobres da vida política. Mais uma vez o assistencialismo foi utilizado para conter o empobrecimento populacional. Não obstante, a desigualdade social aumentou e, conseqüentemente, a situação de pobreza.

A questão social voltou mais uma vez a ser preocupação do Estado com a instalação do Conselho de Desenvolvimento Social e do Ministério de Previdência e Assistência – MPAS; mas também foi enfrentada pela coerção, mecanismo largamente utilizado pelo regime para controlar os conflitos sociais. Assim, as duas frentes do governo militar no combate aos problemas sociais foram assistencialismo e repressão, como podemos concluir pelas palavras de Maria Inês Souza Bravo:

Em face da questão social no período 64/74, o Estado utilizou para sua intervenção o binômio repressão-assistência, sendo a política assistencial ampliada, burocratizada e modernizada pela máquina estatal com a finalidade de aumentar o poder de regulação sobre a sociedade, suavizar

as tensões sociais e conseguir legitimidade para o regime, como também servir de mecanismo de acumulação do capital (Bravo, 2006, p. 5).

Foi durante o período ditatorial que surgiram as primeiras parcerias formalizadas dentro de parâmetros legais, por intermédio de convênios e acordos de cooperação mútua. As entidades passaram a ser uma extensão do Estado na medida em que aquelas executavam função estatal, financiadas pelo governo. Contudo, o Estado passou a possuir um maior controle das ações privadas, visto que a celebração de convênios exigia a realização de um projeto específico, dotado de plano orçamentário, enquanto a subvenção deixava livre a aplicação do dinheiro repassado.

Quando do retorno ao Estado Democrático de direito, por intermédio da nova ordem jurídica implantada pela Constituição de 1988, que impôs ao Estado o dever de assegurar uma proteção social e em contrapartida o direito do cidadão de ser albergado por ela, podendo-lhe exigir.

Os governos pós-redemocratização deram ênfase ao enfretamento da pobreza por intermédio da recuperação dos salários, que haviam sido extremamente defasados nas últimas décadas, estimulando, assim, a distribuição de renda. Houve também um investimento em políticas sociais, prioritariamente nas áreas de habitação, saúde, alimentação e assistência.

Surgiu, então, o Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social, Lei n 8.742/93, herdando as funções exercidas pelo CNSS. O Brasil enfrentava uma grave crise econômica, apesar da aparente estabilidade gerada inicialmente pelo plano real. Altos índices de desemprego assolavam o país e o processo de favelização se mostrava constante. Diante desse quadro, o governo passou a delegar suas funções à sociedade civil, tornando-a sua parceira na efetivação de ações sociais, reduzindo ainda mais a atuação já escassa do Estado, retrocedendo no reconhecimento da assistência social como política pública dada pela Constituição de 1988. Neste contexto, as políticas sociais assumem características seletivas e compensatórias. Segundo Gimenes (2006, p.

41), “(...) o Estado passa a transferir as suas responsabilidades para as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e para o mercado”.

É nesse contexto também, que as iniciativas sociais se difundiram, visando à prestação de serviços públicos. Foram resgatadas formas como entidades comunitárias e redes de filantropia. Houve também um crescimento do financiamento por parte de empresas, bem como de instituições internacionais.

Como se pode analisar, nesses quase cem anos de história, a assistência social foi encarada como benevolência para com os desprovidos de recursos, sendo transferida tal responsabilidade para a sociedade civil, fosse por intermédio de subvenções, convênios, estímulos fiscais, ou até mesmo em parcerias com a Igreja Católica, tradicional instituição filantrópica.

Ademais, a forte queda nos aportes financeiros da cooperação internacional, no final da década de 1990, acelerou um processo de refluxo no funcionamento das organizações. Enquanto a sobrevivência de várias organizações não-governamentais responsáveis pelo exercício de políticas sociais encontrava-se, e ainda se encontra, seriamente ameaçada, novas fontes de fomento passaram a ser impulsionadas, sobremaneira em forma de cooperação com o poder público.

Diante da ausência de parâmetros legais bem definidos, no ano de 2010, os principais atores dessa luta uniram-se na Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as OSCs – Organizações da Sociedade Civil, que reuniu mais de 50 mil organizações, movimentos sociais e redes para discutir e cobrar a criação de um arcabouço legal (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG, 2014). O projeto de Lei, ao ser aprovado no Senado em dezembro de 2013, o foi enviado para a Câmara, onde tramitou como PL 7168/2014, apensado ao PL 3877/2004 (Cáritas, 2014). Após tramitação, em 31 de julho de 2014, o Projeto de Lei foi sancionado pela Presidenta da República e publicado no Diário Oficial, transformando-se na Lei nº 13.019.

Intitulada como marco regulatório das Organizações Não Governamentais, a nova lei prevê um conjunto de normas específicas reguladoras das parcerias entre a poder público e as organizações da sociedade civil, reconhecendo as peculiaridades das instituições privadas sem fins lucrativos ao criar mecanismos próprios para essas parcerias, englobando inclusive organizações de assistência à imigrantes internacionais.

1.2. O Estatuto do Refugiado no Brasil

Desde o início da formação de um marco internacional de proteção aos refugiados, o Brasil tem desempenhado vanguarda na região sul-americana. Em 1960 foi o primeiro país do Cone Sul a ratificar a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, assim como seu protocolo em 1967. Em 1997, passou a ser o primeiro país do Cone Sul a sancionar uma lei nacional de refúgio – um passo fundamental na história nacional de proteção aos refugiados – fruto da elaboração de um projeto de lei sobre o Estatuto Jurídico do Refugiado. Tal projeto de lei foi aprovado na Câmara dos Deputados no Senado e, finalmente, em 22 de julho de 1997, a Lei nº 9.474 é sancionada e promulgada pelo Presidente da República. Essa lei conjuga tanto a definição clássica de refugiado, estabelecida pela Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 1967; assim como a definição de refugiado estabelecida pela Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984.

Em seu cerne, a lei brasileira de refúgio em 1997 criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), um órgão interministerial presidido pelo Ministério da Justiça e que lida principalmente com a formulação de políticas para refugiados no país, com a elegibilidade, mas também com a integração local de refugiados. A lei garante documentos básicos aos refugiados, incluindo documento de identificação e de trabalho, além da liberdade de movimento no território nacional e de outros direitos civis.

Juntamente com a Venezuela, o Brasil foi um dos primeiros países a fazer parte do Comitê Executivo do ACNUR, que é formado por países que demonstram maior compromisso com

os refugiados. Mesmo o Brasil tendo ratificado e recepcionado os mecanismos pertinentes ao tema na época, a instalação do escritório do ACNUR no Rio de Janeiro 1977 marca de fato o início das atividades operacionais por parte do governo brasileiro em favor dos refugiados e população-foco (*people of concern*).

Segundo registros históricos do CONARE, no ano de 1979, o Brasil recebeu, em caráter excepcional, cerca de 150 vietnamitas. Esses indivíduos não foram reconhecidos como refugiados, mas graças à intervenção do ACNUR eles foram recebidos em solo brasileiro na condição de imigrantes. No mesmo ano, dezenas de cubanos também chegam ao Brasil, onde foram recebidos pelo governo do Paraná, sendo posteriormente transferidos para onde foram assistidos pela Comissão de Justiça e Paz.

No ano de 1982, o governo brasileiro votou pelo reconhecimento do ACNUR enquanto órgão da ONU. Essa atitude fez com que o comprometimento nacional em relação à proteção dos refugiados começasse a tomar forma. O relatório do ACNUR intitulado *Refúgio no Brasil* (2010) registra que “O reflexo dessa nova mentalidade do governo brasileiro foi a acolhida, em 1986, de 50 famílias iranianas, cerca de 130 pessoas, perseguidas em seu país de origem por motivos”.

Entre os anos de 1992 e 1994, o Brasil acolhe cerca de 1.200 angolanos que fugiram de seu país de origem após o final das eleições que ali ocorreram. A grande maioria desses indivíduos não fugia de seu país por motivos de perseguição individual, mas sim por conta dos conflitos e da violência generalizada. Desta forma, não estavam de acordo com a definição clássica de refúgio, contida na Convenção de 1951 do ACNUR (2016): “bem fundado temor de perseguição em razão de: raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opinião pública”. Mesmo assim, foram reconhecidos como tal, já que o governo brasileiro aplicou uma definição mais ampla do conceito de refugiado, inspirada na Declaração de Cartagena, de 1984.

Em maio de 2002, o país ratificou a Convenção das Nações Unidas de 1954 sobre o Estatuto dos Apátridas e, em outubro de 2007, iniciou seu processo de adesão à Convenção

da ONU de 1961 para Redução dos Casos de Apatridia. Em dezembro de 2010, celebrando o 60º aniversário do ACNUR, o Brasil sediou um encontro governamental onde 18 países da América Latina se comprometeram a se engajar mais na proteção das vítimas de deslocamentos forçados e de apátridas na região. O compromisso foi estabelecido na “Declaração de Brasília para Proteção de Refugiados e Apátridas nas Américas”.

Segundo o CONARE, aproximadamente de 8.731 refugiados de 81 nacionalidades vivem no Brasil atualmente, dos quais 25% são mulheres. Entre os refugiados reconhecidos pelo país, os sírios são o maior grupo, com 23% do total, seguidos pela Colômbia, Angola e a República Democrática do Congo. Há ainda estrangeiros vindos do Líbano, da Palestina, Libéria, do Iraque, da Bolívia e de Serra Leoa.

Ainda segundo o órgão, em 2014, o Brasil recebeu o maior número de solicitações de refúgio da América Latina. São Paulo é o estado que abriga mais solicitantes de refúgio (3.809), e a capital paulista é a cidade com maior população de refugiados (3.276), vindos principalmente da Nigéria, República Democrática do Congo, do Líbano e de Gana.

Todas as solicitações de refúgio apresentadas no Brasil são analisadas e decididas pelo CONARE, que é composto por representantes dos ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, da Educação, do Trabalho e da Saúde, além de representantes da Polícia Federal e de organizações da sociedade civil que trabalham com o tema dos refugiados. O ACNUR é parte do comitê, apenas com direito a voz. Desde 2012, a Defensoria Pública da União tem participado das reuniões do CONARE, com direito a voz – conforme Memorando de Entendimento assinado com o comitê.

Em 2014, o CONARE reconheceu solicitações de refúgio de 18 países diferentes, como Síria, Líbano, RDC e Mali, demonstrando sensibilidade às principais crises humanitárias da atualidade. Desde 2013, praticamente 100% das solicitações apresentadas por nacionais da Síria foram reconhecidas. Entre os refugiados reconhecidos pelo Brasil, os sírios representam o maior grupo, com 20% do total. Em seguida estão os refugiados da

Colômbia, de Angola e da República Democrática do Congo. Outras populações relevantes são os refugiados do Líbano, Libéria, Palestina, Iraque, Bolívia e Serra Leoa.

Em termos de gênero e idade, os dados do CONARE demonstram que o percentual de mulheres diminuiu de 20% (em 2010 e 2011) para 10% (em 2013), se mantendo estável em 2014. A metade dos solicitantes de refúgio é formada por adultos entre 18 e 30 anos. Apenas 4% dos pedidos são apresentados por menores de 18 anos, dos quais 38% correspondem a crianças.

No âmbito do Mercosul, ao final de 2012 o Brasil liderou em âmbito ministerial com a adoção da “Declaração de Princípios Internacionais de Proteção dos Refugiados”. O documento reafirma o princípio da não devolução (*non-refoulement*), a importância da reunificação familiar e a priorização das abordagens de idade, gênero e diversidade. A Declaração também enfatiza a importância de se evitar políticas migratórias restritivas e a necessidade de estabelecer mecanismos de cooperação adicionais e novas formas complementares de proteção humanitária.

Em 2014, o Brasil sediou o evento comemorativo dos 30 anos da Declaração de Cartagena sobre a Proteção Internacional de Refugiados de 1984. A reunião concluiu um longo processo de consultas aos governos e à sociedade civil da América Latina e do Caribe, com o apoio do ACNUR, que incluiu reuniões em Buenos Aires, Quito, Manágua e Ilhas Cayman, além de negociações em Genebra com o GRULAC (Grupo da América Latina e do Caribe). O evento resultou na adoção da Declaração e Plano de Ação do Brasil, com foco em renovar os compromissos da região frente aos refugiados e apátridas durante a próxima década.

Em termos de apoio financeiro às contribuições para as operações humanitárias do ACNUR ao redor do mundo, o Brasil se consolidou como o principal doador do ACNUR entre os países emergentes, com US\$ 3,5 milhões doados em 2010, US\$ 3,7 milhões em 2011, US\$ 3,6 milhões em 2012 e US\$ 1 milhão em 2013, de acordo com o relatório Refúgio no Brasil, uma Análise Estatística (ACNUR, 2014, p.5).

Segundo a *Cartilha para Solicitantes de Refúgio no Brasil* do ACNUR (2010), “a integração local no país de asilo é uma das três soluções duradouras buscadas pelo Acnur no Brasil para sua população de interesse” (as outras duas são repatriação voluntária ao país de origem e reassentamento em um terceiro país) e a principal utilizada no Brasil. Existem, ainda, parceiros que implementam os projetos de assistência a solicitantes e refugiados de primeiro país de asilo que se localizam em suas regiões de atuação. Ademais, são exemplos de ações brasileiras aos refugiados: “acompanhamento psicossocial; material escolar; transporte para escolas; aulas de português; orientação cultural; capacitação profissional; assistência direta sobre questões de moradia, saúde, educação e segurança; e auxílio jurídico”, cuja realização cabe ao CONARE, ACNUR e a Caritas.

1.3. A Sociedade Civil na Implementação do Estatuto dos Refugiados no Brasil

As organizações da sociedade civil tiveram fundamental participação na incorporação da Convenção de 1951 no arcabouço jurídico brasileiro, culminando com a contribuição quando da elaboração do 1º Plano Nacional de Direitos Humanos em 1996 com a inclusão do tema dos migrantes e dos refugiados na proposta do Plano, propondo especificamente a adoção do estatuto do refugiado na legislação nacional.

A pauta veiculada na época tomava como ponto de partida a proposta de uma legislação específica para refugiados, na qual, majoritariamente, se considerasse a ampliação do conceito de refugiado, incluindo situações de conflito interno e outras em que a integridade do cidadão e de sua família estivesse seriamente ameaçada. Vale salientar que a própria sociedade civil mobilizava iniciativas com o intuito de reformular o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815/1980) por conta de sua obsolescência, não endereçando efetivamente o instituto do refúgio, salvo ínfimas disposições.

A conquista histórica obtida através do Programa de Direitos Humanos em 1996 e o Estatuto do Refúgio em 1997 vai além das aprovações das disposições legais em si.

Ressalta-se a forte mobilização das organizações sociais na época. Segundo o relatório do IMDH – Instituto Migrações e Direitos Humanos – intitulado *Políticas Públicas para as migrações internacionais*:

(...) algumas manifestações, eventos e acontecimentos que indicam a vigorosa presença de iniciativas da sociedade civil no campo do refúgio como cartas encaminhadas ao Ministério da Justiça manifestando a necessidade de uma legislação brasileira relativa ao refúgio e a adoção do conceito ampliado de refugiado (IMDH, 2009, p. 32).

Organizações como o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Secretariado da Cáritas Brasileira, a SEBS - Sociedade Educadora e Beneficente do Sul, o Centro de Atendimento ao Migrante em Caxias do Sul, assim como inúmeras outras instituições se articularam para pressionar as instancias executivas e legislativas para consideração do tema dos refugiados e imigrantes.

Ressalta-se a contribuição objetiva através de correspondências de tais organizações na elaboração do texto do artigo 1º do projeto de lei nº 1.936/1996, que estabelece o conceito de refugiado, trazia, segundo a solicitação da sociedade civil, a seguinte redação: “É, igualmente (refugiada), toda a pessoa que saiu de seu país de origem porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas por violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação massiva de Direitos Humanos ou outras circunstâncias que perturbaram gravemente a ordem pública” (IMDH, 2009, p. 41).

Além da sugestão de texto legal, nota-se ainda a forte atuação da Igreja Católica com uma posição consolidada globalmente frente à situação dos refugiados. Destaca-se o movimento incessante do Pontifício Conselho *Cor Unum* e Pontifício Conselho para Pastoral dos Migrantes e Itinerantes quanto ao apelo para que os estados fossem além dos limites estabelecidos na Convenção de 1951. Faz-se importante salientar que a ação pastoral junto aos refugiados no Brasil, já vinha de longa data. Segundo Michele Sprandel:

(...) teve início já nos anos 70, mais especificamente em 1976, com o pedido do Vicariato da Solidariedade do Chile, dirigido ao então Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugenio de Araújo

Sales, pedido este trazido em mãos por cinco chilenos necessitados de proteção, que fugiam da perseguição da ditadura militar naquele país. E uma das primeiras ações do Arcebispo, depois de encarregar a Cáritas de “organizar, de fato, um serviço de atendimento a refugiados latino-americanos”, foi intervir, junto às autoridades militares da época, dando-lhe ciência desta ação da igreja, pela vida e segurança dos “refugiados” que fugiam das perseguições dos regimes ditatoriais da época (Sprandel, 2003, p. 113).

Foram várias as oportunidades em que a própria CNBB participou do esforço para que a lei de refúgio tivesse uma dimensão verossímil e o seu processo de tramitação fosse o mais breve possível. Contudo, um impacto efetivo formou-se a partir do Departamento de Direito e Cidadania - DDC, tendo a CNBB como principal articuladora, uma rede constituída por entidades que, ao longo do processo de tramitação da lei de implementação do estatuto do refugiado no Brasil, mantiveram-se permanentemente articuladas e atuantes junto ao Congresso Nacional e ao governo brasileiro. Fizeram parte deste grupo:

- Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes;
- Centro de Estudos Migratórios em Caxias do Sul;
- Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados/Distrito Federal;
- Movimento Direito e Cidadania;
- Centro de Atendimento ao Migrante;
- Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande;
- Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Fortaleza;
- Centro de Apoio ao Migrante de Porto Velho;
- Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania/São Paulo;
- Cáritas Brasileira – Secretariado Nacional;
- Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro;
- Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos;
- Sociedade Educadora e Beneficente do Sul;
- Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal;

- Serviço Pastoral dos Migrantes;
- Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios;
- Sociedade Educadora e Beneficente S. Carlos;
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil CNBB.

Atuando em várias frentes, o DDC agiu dinamicamente na construção de uma rede de interlocutores dentro do próprio estado brasileiro. Não obstante pontos de vista e conceitos diferentes quanto ao conteúdo do projeto de lei, a relação entre a sociedade civil e o Poder Executivo foi marcada pela relação de responsabilidade mútua, conquistando o status que o Brasil possui hoje dentre os demais países na América Latina quanto o avanço da agenda dos refugiados.

Nos últimos anos, percebe-se uma forte inclinação do governo brasileiro e dos organismos internacionais, como o ACNUR, em atuar com iniciativas de apoio aos refugiados através de organizações da sociedade civil. Tanto o CONARE como o ACNUR trabalham o engajamento com entidades do terceiro setor através de editais de parceria. No caso do ACNUR, por exemplo, com critérios objetivos e coerentes o processo por parceiros busca identificar as organizações adequadas para executar os projetos do ACNUR no Brasil, a fim de proporcionar proteção e assistência de qualidade à população refugiada. Os temas cujos processos de parceria mais necessitados são (i) proteção e assistência humanitária à população refugiada, com diretrizes de que abordam idade, gênero e diversidade; (ii) integração local por meio de atividades que incentivem meios de subsistência mais sustentáveis; (iii) promoção da saúde mental; e (iv) combate à discriminação e sensibilização da opinião pública e dos meios de comunicação.

2. O Perfil do Refugiado e do Imigrante que chega ao Ceará

Em um ambiente de projetos voltados para soluções sociais para refugiados, onde a disponibilidade de recursos é um fator restritivo, como seriam determinadas as iniciativas, assim como suas premissas? Qual projeto deveria ser prioritário, um que aborde o tema do HIV ou projetos da área do ensino básico para crianças desacompanhadas?

Conforme preconizado por Waldely (2014, p. 93), “(...) os processos migratórios são heterogêneos e, conseqüentemente, as necessidades dos diferentes grupos”. Ou seja, alguns têm na cidade comunidades estabelecidas, nas quais se integram desde o início. Outros, por exemplo, necessitam de serviços públicos de acolhimento e outras estruturas que assegurem vida digna e direitos.

Nesse sentido, faz-se crucial mapear o perfil e a diversidade dos grupos-alvo em determinada comunidade uma vez que refugiados, apátridas, pessoas deslocadas internamente, “retornantes” e solicitantes de asilo são exemplos de diferentes grupos englobados pela tipologia do refúgio. Todavia, ao considerarmos parâmetros como gênero, idade, orientação sexual, deficiência física, patologias, formação educacional, dentre outros fatores, obtém-se um universo diversificado a ponto de demandar ações prioritárias e específicas para diferentes grupos.

Serão apresentadas abaixo as informações estatísticas e devidas análises interpretativas que nortearão o retrato atual da situação dos refugiados (e solicitantes de refúgio) e imigrantes na cidade de Fortaleza. Foram realizadas formatações em fichas cadastrais da Pastoral do Migrante de Fortaleza – referência no acolhimento de ambos os grupos-alvo, e da UNILAB, que tem atualmente mais de 720 alunos provenientes de países africanos matriculados na instituição.

Vale ressaltar a importância da análise quanto à situação dos imigrantes que vêm ao Ceará para fins acadêmicos, pois esta ajudará a compreender e criticar o sistema de acolhimento – objeto do capítulo seguinte – que a cidade possui para este grupo em específico e também

serve de base para avaliar as capacidades institucionais de acolher um grupo doravante mais delicado, como é o caso dos refugiados.

Como já informado anteriormente, o escopo geográfico do objeto de estudo deste trabalho será a cidade de Fortaleza, um município brasileiro, capital do estado do Ceará, situado na região Nordeste do país. Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Fortaleza possui 314.930 km² de área e 2.591.188 habitantes em 2015, além da maior densidade demográfica entre as capitais do país, com 7.786,4 hab/km². É a maior cidade do Ceará em população e a quinta do Brasil.

Ainda segundo o Instituto, Fortaleza foi em 2012 a décima cidade mais rica do país em PIB e primeira do Nordeste, com 43 bilhões de reais. Possui, ainda, a terceira região metropolitana mais rica das regiões Norte e Nordeste. É importante centro industrial e comercial do Brasil, com o oitavo maior poder de compra municipal da nação. No turismo, a cidade alcançou a marca de quarta cidade brasileira que mais recebe turistas de acordo com o Ministério do Turismo.

Segundo dados da Polícia Federal no Ceará, conforme informações gráficas abaixo, Fortaleza recebeu mais de 69 mil visitantes estrangeiros em 2014, dentre estes há números de estrangeiros que decidiram permanecer na região, legal ou ilegalmente:

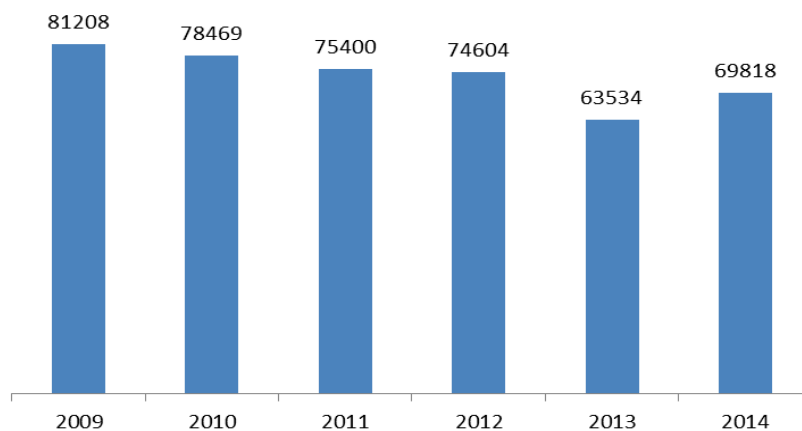


Gráfico 1. Número de Visitantes Estrangeiros ao Ceará 2009-2014
Fonte: www.dpf.gov.br/servicos/estrangeiro

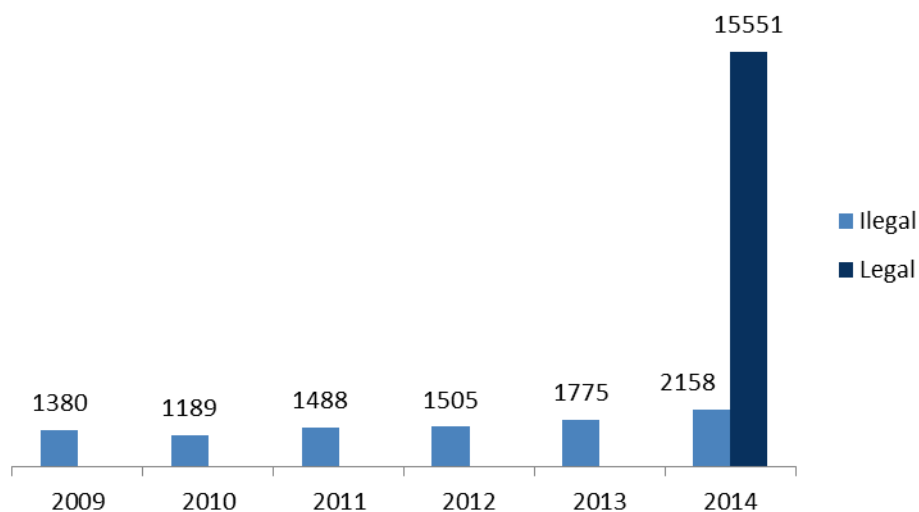


Gráfico 2. Moradias Ilegal no Ceará de 2009- 2014 e Legal de 2014
Fonte: www.dpf.gov.br/servicos/estrangeiro

2.1. Dados Estatísticos e Levantamento Amostral dos Grupos-Alvo

Foram analisadas 180 perfis em fichas de cadastro e atendimento de imigrantes (em maioria de estudantes africanos) e de solicitantes de refugio no Ceará no período de 2014 e 2016. Esta coleta de dados representa uma análise amostral, que usou a metodologia descrita por Miles e Huberman de integrar e as abordagens qualitativa e quantitativa em um levantamento amostral. Segundo estes autores:

Trata-se de uma combinação das abordagens que começa com o método qualitativo (exploração do tema), seguida por um questionário como um passo intermediário antes que os resultados, a partir de ambos os passos, sejam aprofundados e avaliados numa segunda fase qualitativa (Miles e Huberman, 1994, p. 41).

É importante salientar que o levantamento amostral coletado na Pastoral deverá ser complementado pelas análises coletadas na UNILAB (Anexo 1), uma vez que ambas as instituições dispõem de grande universo de dados acerca de estudantes africanos; e cabe ressaltar que na UNILAB será efetuada uma análise qualitativa mais profunda, pois abordará os aspectos subjetivos de tais estudantes.

Quanto aos imigrantes atendidos pela Pastoral do Migrante na região metropolitana de Fortaleza, nota-se que:

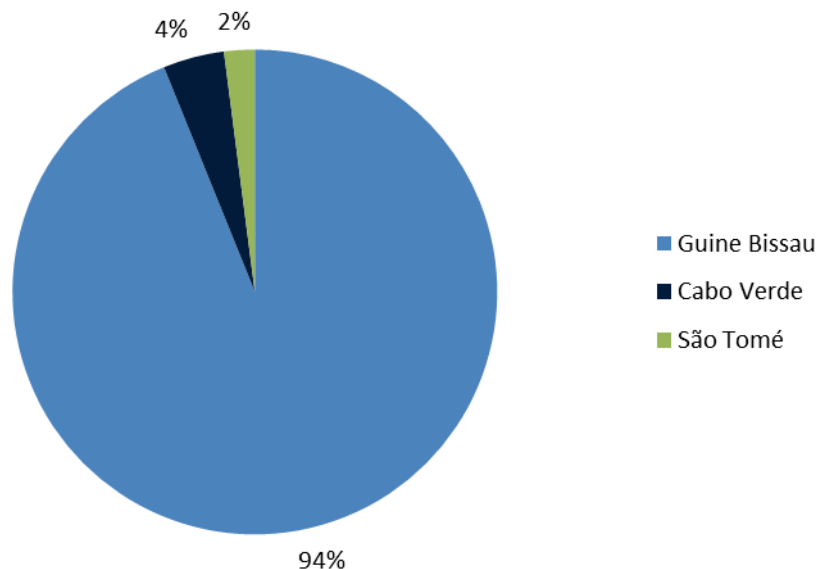


Gráfico 3. Atendimento por País de Origem.

Fonte: Pastoral do Migrante – Fichas Compiladas – Anexo 1

A análise da amostra revelou que em sua maioria os alunos que imigram para Fortaleza, e buscam suporte na Pastoral do Imigrante, são originários de Guiné-Bissau. Tal informação possui papel fundamental na avaliação do processo de acolhimento, assim como a sua estrutura, uma vez que, à exemplo dos cidadãos de Guiné-Bissau, percebem-se oportunidades de melhoria e riscos postos à análise acima.

Notadamente, seguindo o exemplo de Guiné-Bissau, não há embaixada ou quaisquer unidades consulares do Governo de Guineense, seja em Fortaleza, no Ceará ou em toda a região Nordeste. As unidades consulares guineenses se localizam em Brasília e em São Paulo.

Todavia, vale ressaltar a associação que se pode realizar entre a presença relevante de uma comunidade estrangeira e o nível de relação entre o país emitente e destinatário quanto à cooperação entre si em diversos temas e em diferentes dimensões (acadêmico, técnico, científico, etc.). No caso do Brasil e Guiné-Bissau, por exemplo, segundo a Agência

Brasileira de Cooperação Internacional em seu portal onde se encontram diversos acordos bilaterais entre o Brasil e países africanos, existe, por exemplo, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau que foi assinado em 18 de maio de 1978, com o objetivo de favorecer a abertura de novas oportunidades para a cooperação bilateral em temas definidos como prioritários pelos governos dos dois países.

Ao final de 2011, o programa bilateral com a Guiné-Bissau já era composto por oito projetos bilaterais em execução nas áreas da formação profissional, agricultura, inclusão social e direitos humanos, além de segurança pública e educação. Cooperação esta que possui afinidade de interação entre a formação educacional de estudantes guineenses no Brasil e oportunidades de emprego e renda em Guiné-Bissau, o que terá direta relação quanto aos resultados no tema “emprego e renda” e “áreas de estudo” que serão abordados posteriormente.

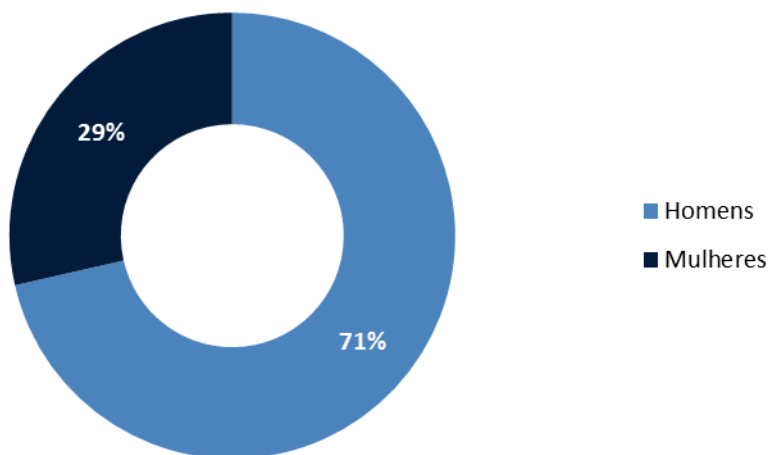


Gráfico 4. Atendimento por Gênero.

Fonte: Pastoral do Migrante – Fichas Compiladas – Anexo 1

O tema da questão do gênero é essencial no processo de acolhimento uma vez que, considerando que, por exemplo, o público feminino possui necessidade por abordagens diferenciadas em diversas esferas, como a necessidade de serviços médicos especializados

para a saúde da mulher, a questão da vulnerabilidade do sexo feminino a violências motivadas por gênero, além do trabalho sobre o tema da orientação sexual, no caso de indivíduos do grupo LGBTI, dentre outros temas. Abaixo, dados complementares acerca das faixas de idade por gênero.

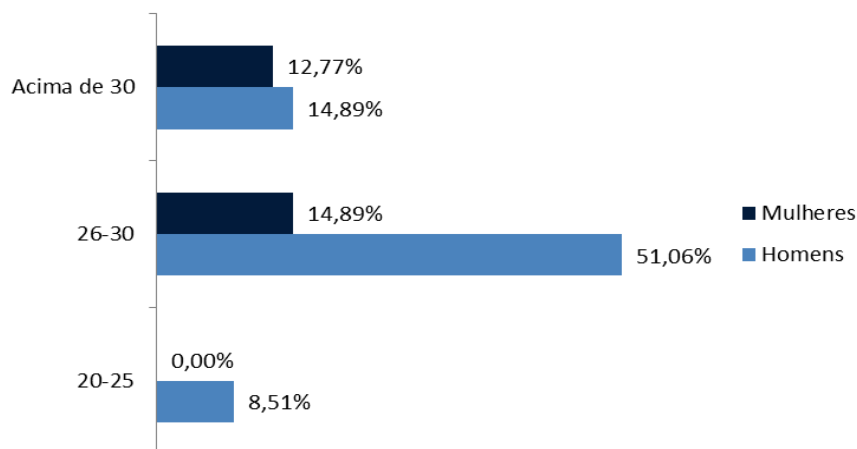


Gráfico 5. Idade por Gênero.

Fonte: Pastoral do Migrante – Fichas Compiladas – Anexo 1

Não obstante, caracteriza-se abaixo através do mapeamento geográfico de onde os imigrantes residem em Fortaleza.

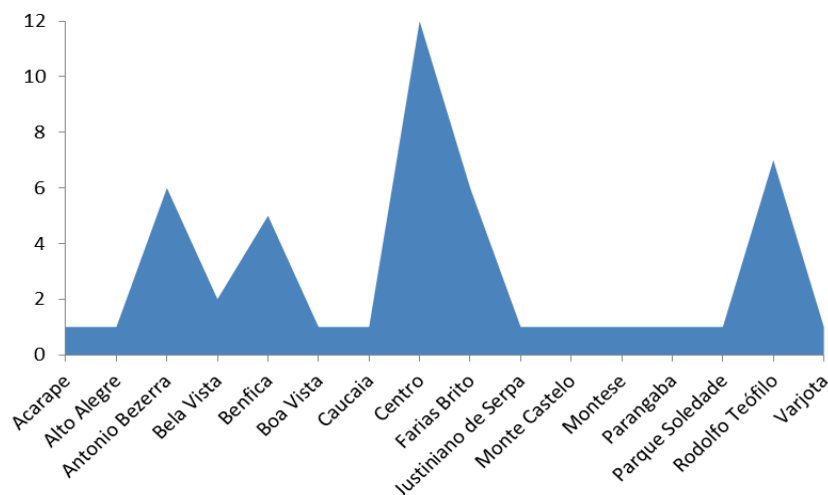


Gráfico 6. Bairros de Habitação.

Fonte: Pastoral do Migrante – Fichas Compiladas – Anexo 1

Percebe-se que na análise amostral, os grupos de imigrantes residem em bairros da periferia, cujos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, segundo pesquisa PNUD/IBGE em 2014 apontaram para tais áreas como predominantemente de equivalência Média-Baixa.

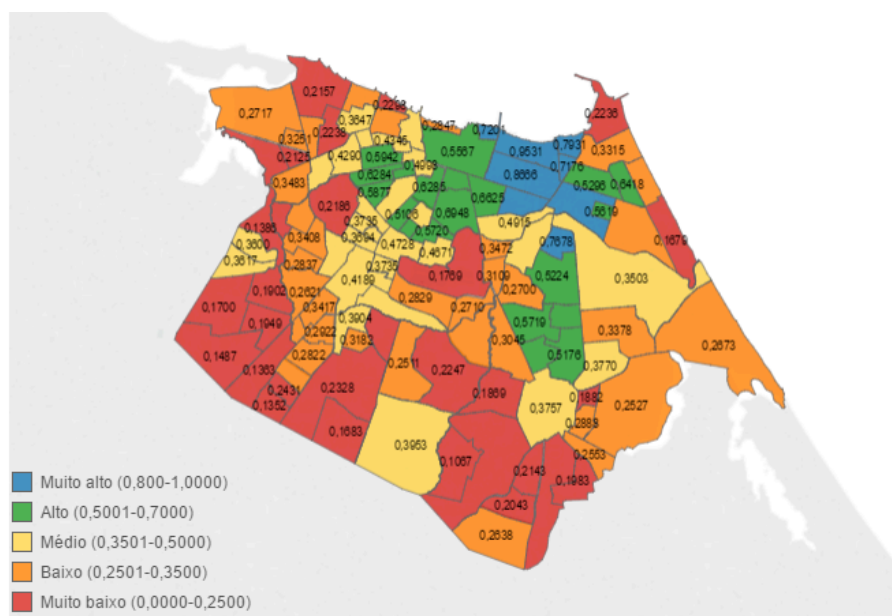


Figura 1. Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro em Fortaleza.

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico em <http://www.fortaleza.ce.gov.br/sde>

Tal informação é imprescindível na elaboração de programas de cooperação acadêmica ou de programas de subsídio financeiro, uma vez que ao entendermos que toda a população amostral indica que os imigrantes estão em áreas subdesenvolvidas socioeconomicamente, gera-se a preocupação de incorporar esse fator nas nuances dos programas, seja através da revisão dos valores de incentivo pagos, seja através de ações correlatas, como a construção de prédios para abrigar tais estudantes estrangeiros.

Adicionalmente, apesar da existência da UNILAB, há diversas instituições que recebem estudantes africanos em seus estudos. São cursos de graduação e de nível técnico. A análise amostral revelou predominância de imigrantes africanos estudando nas áreas de tecnologia da informação, enfermagem e na área administrativa. Tal informação prevalece como um direcionamento fundamental para elaboração, por exemplo, de

programas de geração de renda em modelo trabalho-estudo, programas de capacitação profissional, estágio, monitoria, etc.

Não obstante, tal informação nos remete à possibilidade de avaliação entre as áreas de estudo ingressadas pelos estudantes africanos e a contribuição que os mesmos poderão realizar em seus países quando do retorno de tais alunos após a conclusão do curso. Ora, uma vez que há acordo de cooperação bilateral na área acadêmica pela necessidade de se absorver conhecimento específico do país A para se aplicar no país B, visto que este segundo tem necessidade na área tema, é importante entendermos se esse princípio tem sido atendido.

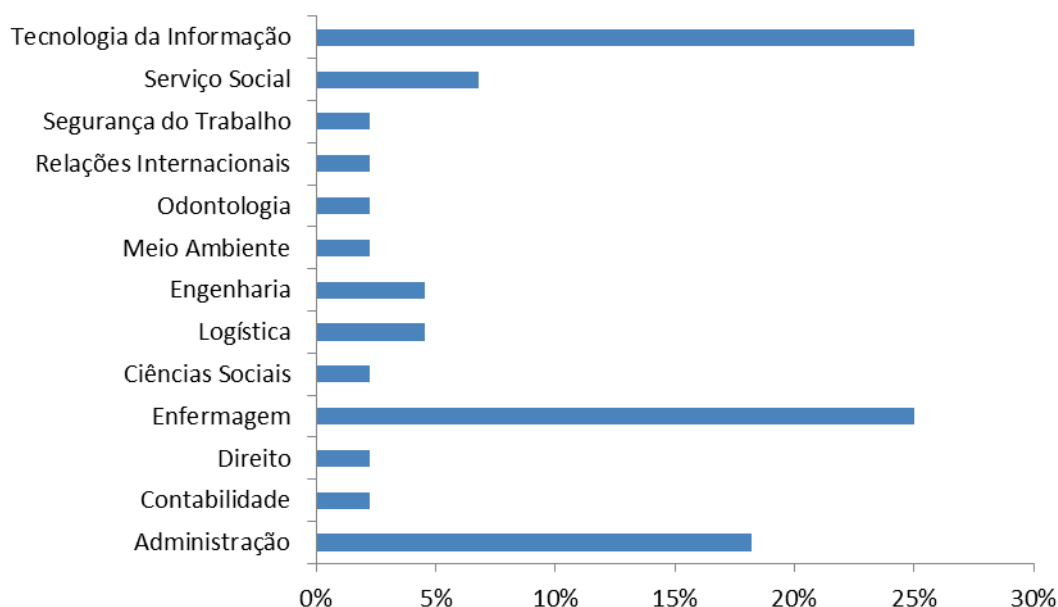


Gráfico 7. Percentagem por Áreas de Estudo.

Fonte: Pastoral do Migrante – Fichas Compiladas – Anexo 1

Por conseguinte, foi avaliado através do questionário (Anexo 1) o percentual de interesse entre os alunos africanos de retorno ao seu país de origem após a conclusão dos cursos.

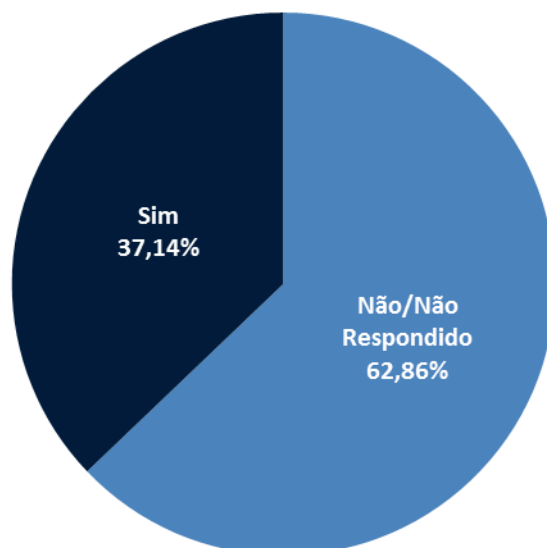


Gráfico 8. Percentagem de Intenção de Retorno ao País de Origem.

Fonte: Pastoral do Migrante – Fichas Compiladas – Anexo 1

Quanto a este resultado, vale considerar os seguintes fatores:

- (i) É possível que, por receio quanto ao objetivo do preenchimento desta pesquisa e o seu posterior uso, os estudantes africanos tenham respondido a esta pergunta positivamente, mesmo que de fato tenham intenção do oposto. Ou seja, alinhados com a especificidade de seus vistos estudantis, que exigem retorno ao país de origem após o fim de seus estudos;
- (ii) Dentre as principais justificativas para o interesse de permanecer no Brasil após a conclusão dos estudos relaciona-se com o fato das precárias condições do mercado de trabalho em termos de nível de salários e disponibilidade de empregos.

Em uma análise predominantemente qualitativa, buscou-se entender através da percepção subjetiva dos estudantes imigrantes quais as principais dificuldades e preocupações que eles possuem durante a estadia em Fortaleza.

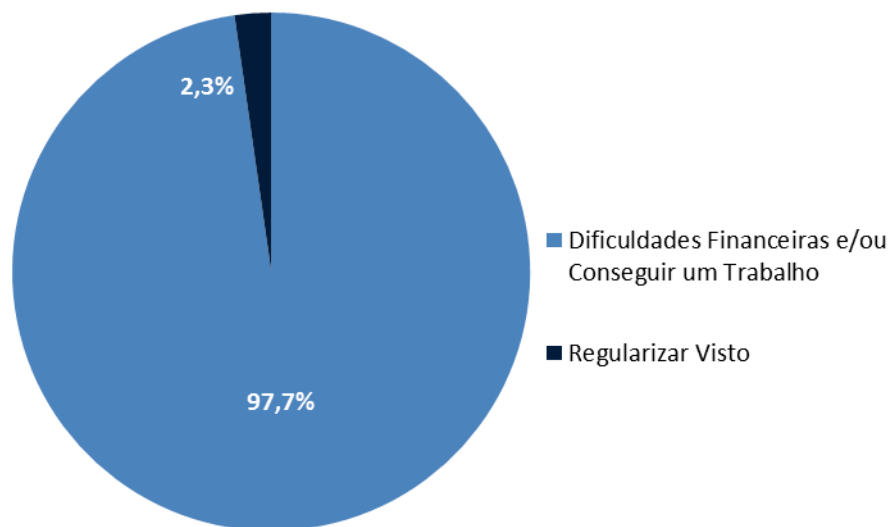


Gráfico 9. Maiores Dificuldades segundo Questionários
Fonte: Pastoral do Migrante – Fichas Compiladas – Anexo 1

É importante ressaltar o risco que um frágil sistema de apoio financeiro-estudantil pode trazer para a comunidade acolhedora, para os imigrantes estudantes e para o programa de cooperação educacional como um todo, uma vez que, utilizando o levantamento amostral em questão, percebeu-se que 100% dos estudantes africanos que recebem algum tipo de atendimento na Pastoral do Migrante moram em áreas de periferia urbana e geram/complementam sua renda através de trabalhos básicos e desalinhados com sua proposta de estudo. Em suma, os potenciais problemas advindos de tal situação podem ser materializados através do incremento da população que vive sob circunstâncias de assistência social básica e o próprio desvio de finalidade do propósito do estudo.

Acerca deste último ponto, cabe notar que, segundo o levantamento, vários estudantes trabalham como pedreiros, garçons, vendedores de rua. Sujeitos à informalidade e aos riscos já enfatizados acima, é importante ponderar que segundo o Ministério das Relações Exteriores Brasileiro, através de sua Divisão de Temas Educacionais, o imigrante portador do visto de estudante (Temporário IV) não poderá realizar atividades empregatícias em quaisquer empresas, com exceção de participação em sistema de estágio curricular, atividades de pesquisa, extensão e de monitoria.

Entre rendas advindas dos programas de apoio financeiro e as rendas oriundas de trabalhos informais no Brasil, o levantamento amostral apontou que a renda mensal da maior parte dos acolhidos pela Pastoral está entre R\$ 501,00 a R\$ 800,00. Importante notar que o valor dos salários mínimos legais em 2014 e 2015 foram de R\$ 724,00 e R\$ 788,00; respectivamente.

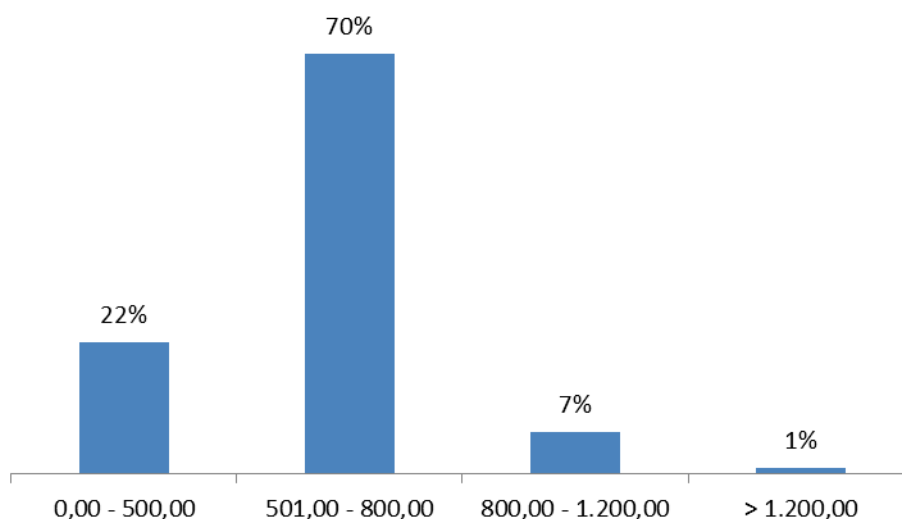


Gráfico 10. Média de Renda Mensal (R\$)

Fonte: Pastoral do Migrante – Fichas Compiladas – Anexo 1

Foi realizada ainda uma análise referente ao status de regularização dos vistos, que em sua maioria constam como categoria de estudante, apresentando alguma forma de irregularidade. Convém notar que diante de um quadro de irregularidade, o Ministério da Justiça Brasileiro define que a Expulsão, a Deportação e a Repatriação são as chamadas Medidas Compulsórias previstas na Lei nº 6.815, de 1980, conhecida como Estatuto do Estrangeiro. Tais medidas são tidas como as modalidades de retirada forçada do estrangeiro do Território Nacional, sendo independentes e peculiares.

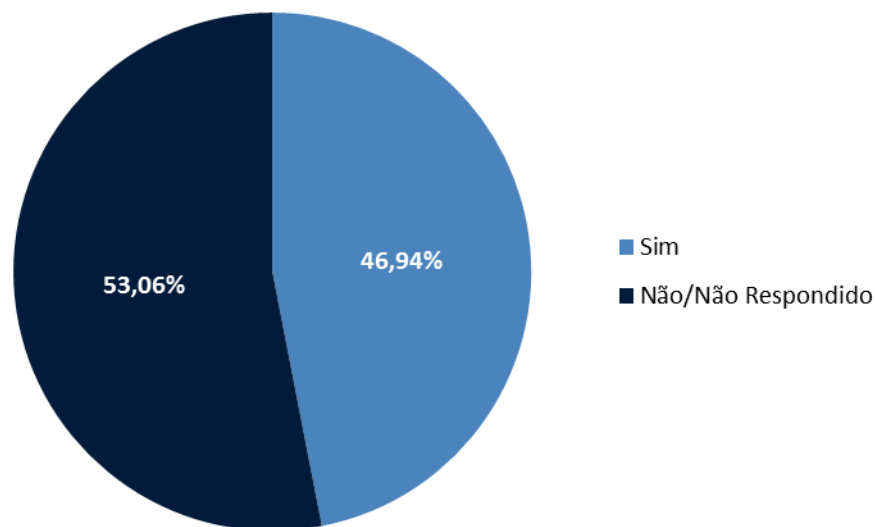


Gráfico 11. Percentagem de Situação do Visto
Fonte: Pastoral do Migrante – Fichas Compiladas – Anexo 1

Em complemento às conclusões elencadas acima, e avançando nas constatações deste trabalho acerca da predominância do subgrupo “estudantes africanos” no quadro geral de imigrantes e refugiados em Fortaleza-Ceará, foram analisados dados qualitativos e quantitativos na UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com apoio da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas, departamento desta.

A UNILAB é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a UNILAB tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

As atividades administrativas e acadêmicas da UNILAB se concentram nos Estados brasileiros do Ceará e da Bahia. No Ceará, a universidade conta com unidades nos

municípios de Redenção e Acarape. Na Bahia, a UNILAB está presente no município de São Francisco do Conde.

Quanto à estratificação de alunos africanos por países de origem, percebe-se que, na mesma percepção da análise na Pastoral do Migrante, os resultados apontam para predominância de cidadãos da Guiné-Bissau conforme abaixo:

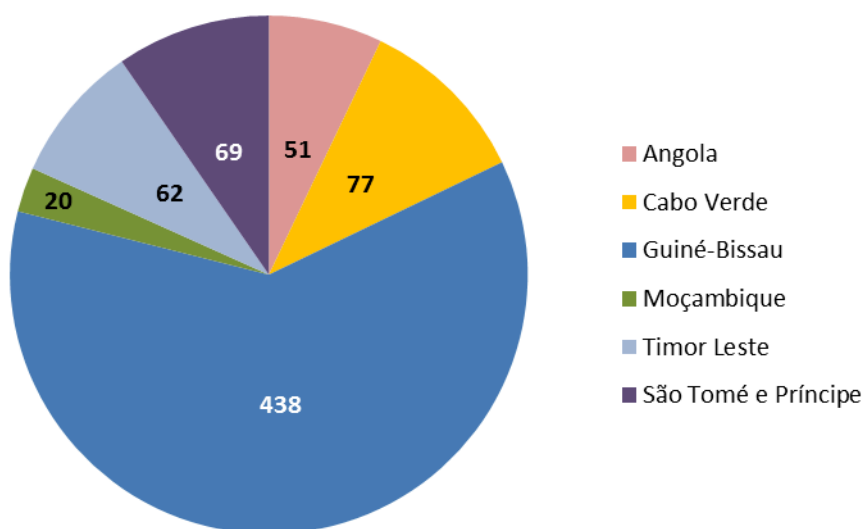


Gráfico 12. Quantidade de Alunos Internacionais por País na UNILAB
Fonte: UNILAB em <http://www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>

Em uma análise mais qualitativa, foram avaliados os aspectos subjetivos acerca da percepção da população de alunos africanos com a experiência de imigração em Fortaleza-Ceará. Aspectos estes que possuem um cunho programático, por conta de tais alunos participarem de programas de intercâmbios acadêmicos, mas que revelam uma faceta crítica acerca do processo de acolhimento de imigrantes.

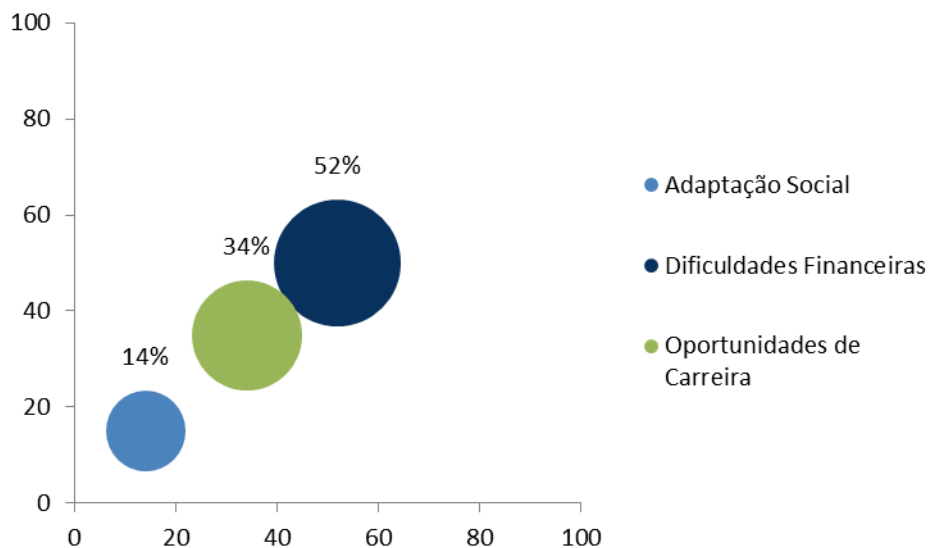


Gráfico 13. Principais Dificuldades dos Alunos da UNILAB
Fonte: Pró-Reitoria de Políticas Estudantis – UNILAB

O resultado acima, alinhado com o levantamento amostral na Pastoral do Migrante de Fortaleza, revela a preocupação e, por conseguinte, o risco do processo de acolhimento no que tange a disponibilidade de subsídio financeiro de qualidade.

Especificamente, no aspecto de “Dificuldades Financeiras”, percebeu-se a fragilidade da viabilidade econômico-financeira a qual estão sujeitos os estudantes africanos, uma vez que os programas de apoio financeiro são considerados insuficientes para manutenção da plena estadia. Alguns de tais programas de subsídio serão descritos no próximo capítulo a título de referência.

Não obstante, outro tema considerado na análise se refere a “Oportunidades de Carreira”. Esta questão se desdobra em (i) baixa oferta de programas remunerados de trabalho/estágio, assim como baixos salários pagos pelos mesmos; e (ii) ínfimas perspectivas de manter carreira no país por conta da oferta de vagas e categorização dos vistos de estudante, onde a opção restante seria voltar aos seus países de origem e se inserirem no contexto deveras combatido socioeconomicamente.

Com referência às populações de solicitantes de refúgio e refugiados propriamente ditos, foram realizados os seguintes levantamentos amostrais com suas respectivas análises. Complementarmente, o levantamento amostral realizado na Pastoral do Migrante de Fortaleza, cuja uma de suas atribuições é intermediar solicitantes de refugio com os órgãos competentes, demonstrou dados importantes acerca do perfil deste grupo, que por sua vez corrobora com a hipótese levantada por este trabalho.

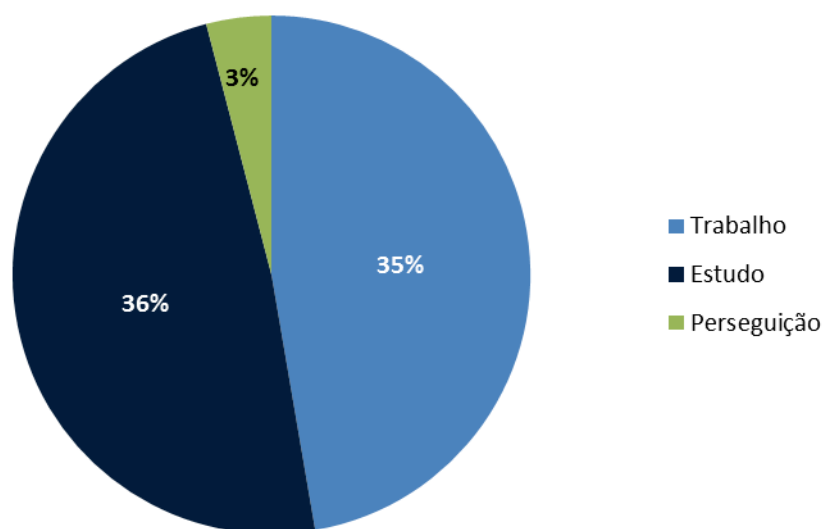


Gráfico 14. Motivação para Solicitação de Refúgio
Fonte: Pastoral do Migrante – Fichas Compiladas – Anexo 1

Percebeu-se um elevado número de imigrantes que, de posse de visto de turista ou de estudante, ingressaram o Ceará em busca de trabalho e estudo, e que por motivos de cessão do visto face à conclusão dos estudos ou cessão da permanência temporária do visto de turista, solicitam o refúgio para se manterem na região. O levantamento revelou que grande parte dos solicitantes de refúgio que possuía vistos vencidos responderam ao questionário com ênfase na preocupação em se obter a carteira de trabalho – documento necessário para se obter trabalho formal e se submeter aos direitos advindos pela legislação trabalhista brasileira. Tal informação é primordial na elaboração de programas de acolhimento de imigrantes, em reforço à hipótese do apoio de renda; e de valia em nível federal quanto às ações de cooperação bilateral, inclusive no que tange o controle migratório.

Contudo, é importante salientar que a lei Brasileira do Refúgio, expandindo o disposto na Convenção dos Refugiados de 1951 e seu respectivo protocolo de 1967, admite que um indivíduo se enquadra na categoria de refugiado se:

- (i) Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- (ii) Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- (iii) Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Há ainda outras categorias referentes às situações de risco, mas que, da mesma forma que no caso dos estudantes africanos que imigram, possuem tratamento jurídico específico e diferente daquele definido para a categoria de refugiado. O ACNUR define tais categorias adicionais conforme abaixo:

- (i) Solicitante de Asilo/Refúgio: O solicitante da condição de refugiado é alguém que afirma ser um refugiado, mas que ainda não teve seu pedido avaliado definitivamente. Aqueles que forem considerados, através dos procedimentos apropriados, não serem refugiados e não estarem necessitando de nenhuma outra forma de proteção internacional; poderão ser enviados de volta aos seus países de origem.
- (ii) Deslocados Internos: São pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, que muitas vezes são erroneamente chamadas de refugiadas. Ao contrário dos refugiados, os deslocados internos não atravessaram uma fronteira internacional para encontrar segurança, mas permaneceram em seu país natal. Mesmo se fugiram por razões semelhantes às dos refugiados (conflito armado, violência generalizada, violações de direitos humanos), legalmente os deslocados internos permanecem sob a proteção de seu próprio governo, ainda que este governo possa ser a causa da fuga. Como cidadãos,

elas mantêm todos os seus direitos e são protegidos pelo direito dos direitos humanos e o direito internacional humanitário.

(iii) Apátridas: A apatridia refere-se à condição de um indivíduo que não é considerado como um nacional por nenhum Estado. Apesar dos apátridas também poderem ser refugiados, as duas categorias são distintas e ambos os grupos são de interesse do ACNUR. A apatridia ocorre por uma variedade de razões incluindo discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em incluir todos os residentes do país no corpo de cidadãos quando o Estado se torna independente, dentre outros.

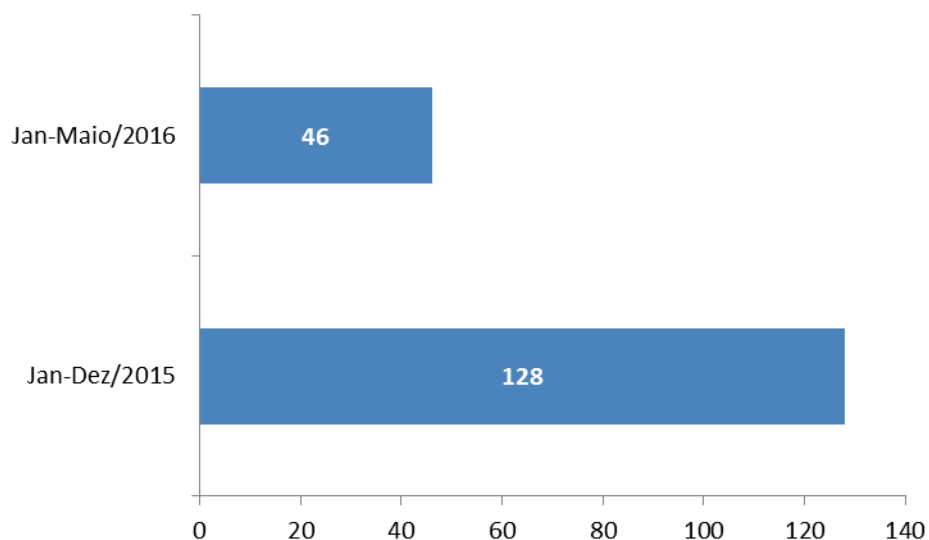


Gráfico 15. Quantidade de Solicitações de Refúgio no Ceará (2015-2016)
Fonte: Delegacia de Imigração da Polícia Federal – Anexo 4

Segundo levantamento realizado em conjunto com a Polícia Federal (vide Anexo 4), identificou-se o número de solicitações de refúgio em 2015 e 2016. Tal análise nos remete a um indicador de projeção anual, uma vez que ao se utilizar de projeção simples, percebe-se que se as solicitações de 2016 continuarem em mesmo ritmo, o valor para o fechamento do ano será similar ao número de 2015, 128 solicitações.

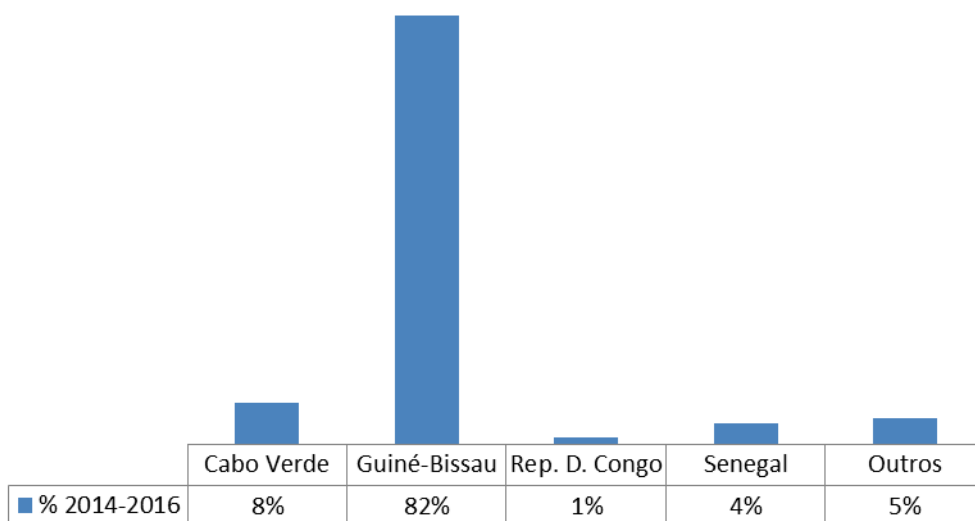


Gráfico 16. Percentagem de Solicitações de Refúgio no Ceará por País
 Fonte: Delegacia de Imigração da Polícia Federal – Anexo 4

No levantamento amostral feito na Pastoral do Migrante, constatou-se que 82% dos solicitantes de refúgio entre final de 2014 e março de 2016 são provenientes da Guiné-Bissau. Indivíduos que fugiram motivados por extremas restrições financeiras, que por sua vez ameaçam sua capacidade de sobrevivência.

Segundo o mesmo questionário qualitativo respondido pela Polícia Federal, o perfil de quem está solicitando refúgio no Ceará não se enquadra à legislação vigente. São cidadãos de países africanos e lusófonos sem nenhum conflito atualmente; que entram regularmente com vistos de estudante e no decorrer de seus estudos ficam irregulares ou solicitam refúgio para garantir, em sua maioria, possibilidade de exercer atividade trabalhista remunerada em território nacional. A Polícia defere categorização de refugiado para cidadãos da Síria, Afeganistão e Iraque (guerra), Cuba (violação de direitos), Colômbia e Venezuela (Grupos Armados), além de Nigéria, Congo, Serra Leoa (conflito religioso), *inter alia*.

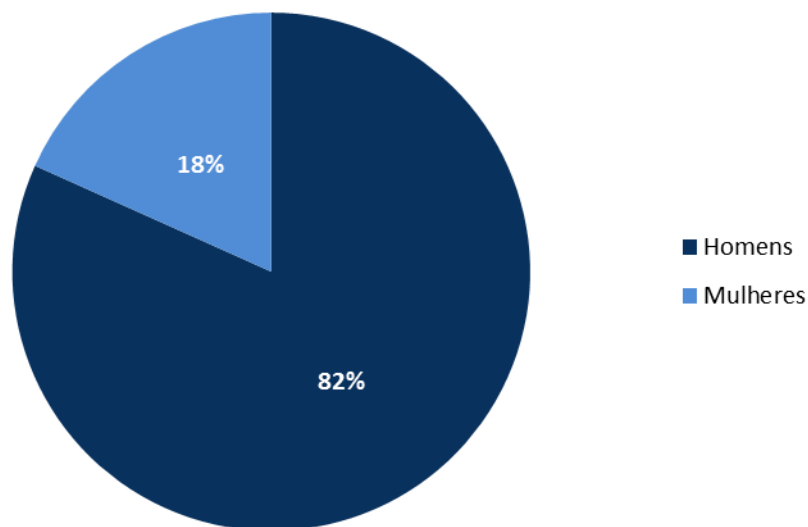


Gráfico 17. Percentagem de Solicitações de Refúgio no Ceará por Gênero
Fonte: Pastoral do Migrante – Fichas Compiladas – Anexo 1

Em uma análise considerando o gênero, e por sua vez, a vulnerabilidade, apenas dos solicitantes de refúgio, percebeu-se que a variação entre homens e mulheres destes solicitantes segue similar percentual dos apurados com os estudantes imigrantes mencionados no início deste capítulo.

Quanto às populações de refugiados especificamente, foram contabilizados os números absolutos através de dados da Polícia Federal anexos. Primeiramente, percebe-se a ínfima relevância da população dos refugiados no contexto da ação de assistência social uma vez que segundo os dados recolhidos, há apenas 8 refugiados que receberam o referido status no estado do Ceará provenientes de Cuba, Senegal, República Democrática do Congo e Nigéria. Segundo a Delegacia de Imigração (DELEMIG), este número pode ser ainda menor uma vez que o registro de estrangeiro é flutuante, ou seja, um refugiado pede refúgio no Ceará para depois se deslocar por outros Estados brasileiros melhor desenvolvidos socioeconomicamente.

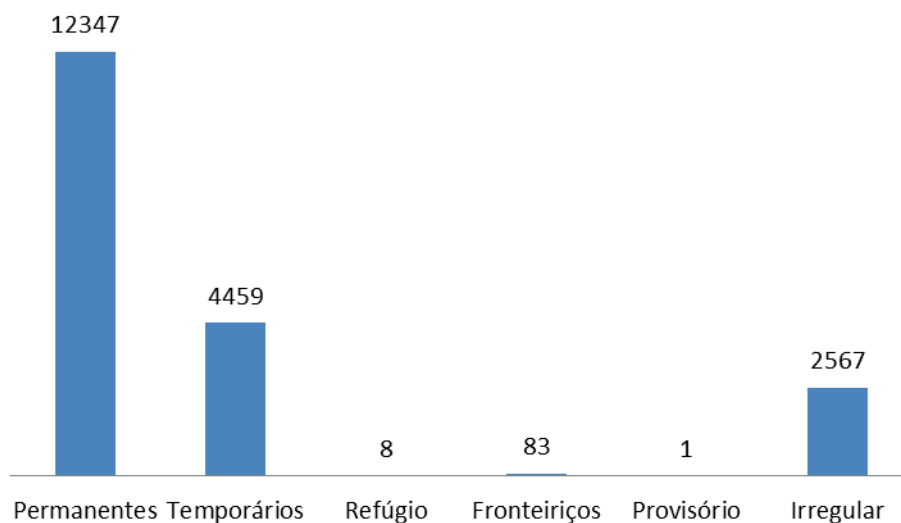


Gráfico 18. População de Estrangeiros no Ceará (2016)
Fonte: Delegacia de Imigração da Polícia Federal – Anexo 4

É prudente notar os insumos que as análises expostas acima possuem individualmente, assim como a relação de mútuo reforço que as mesmas possuem quando vistas em grupos, em conjuntos. Por exemplo, quando se abordar o tema do trabalho como subsidio ao estudo, entender que há um grupo com uma faixa etária predominante e com formações acadêmicas majoritárias, e que isso é um direcionamento solido para desenvolvimento de politicas ou programas de acolhimento, especificamente na área acadêmica.

Dessa forma, constata-se através de análise estatística que: indivíduos do sexo masculino, predominantemente estudantes africanos de países que falam língua portuguesa, com idade entre 26 e 30 anos, que habitam áreas de Fortaleza com indicadores socioeconômicos de atenção, cujas maiores dificuldades se baseiam nas questões de cunho financeiro para necessidades básicas e estudo, são o fator comum ao se traçar o perfil da população total de imigrantes no Ceará.

3. Análise do Processo de Acolhimento no Estado do Ceará

Em 20 de Janeiro de 2016, foi autorizada a criação na cidade de Porto Alegre (Região Sul do Brasil) do Centro de Referência e Acolhida aos Imigrantes e Refugiados. Com o objetivo de garantir acolhimento que respeite a dignidade humana de imigrantes refugiados que chegam à capital, o centro foi viabilizado por meio de um convênio entre a Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Estado e o Governo Federal. O Centro de Referência será implantado em espaço, cedido pelo Governo do Estado, contará com recursos do Ministério da Justiça para aquisição de mobiliário, bens de consumo e contratação de recursos humanos. As atividades do convênio e os recursos serão geridos pela prefeitura de Porto Alegre. O convênio prevê abrigo emergencial de 50 imigrantes e visa oferecer espaço adequado para abrigar, emergencialmente, refugiados, imigrantes e solicitantes de refúgio, além de promover a integração social e garantir direito à alimentação, acesso à saúde, proteção social, intermediação para o trabalho e capacitação profissional, ensino de língua portuguesa, orientação jurídica sobre direitos e obrigações no país, entre outras ações.

Similarmente em São Paulo, um órgão chamado Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI) busca promover o acesso a direitos e a inclusão social, cultural e econômica dos imigrantes na cidade de São Paulo, por meio do atendimento especializado a esta população, da oferta de cursos e oficinas, além do serviço de acolhimento. O projeto é uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. A gestão do CRAI é realizada em parceria com o Serviço Franciscano de Solidariedade. O serviço também conta com o apoio da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça.

Ambos os exemplos acima exemplificam a materialização do disposto pela declaração da Organização Internacional para Migração – OIM, cuja qual o Brasil é país membro desde novembro de 2004 – de que “Os Estados têm uma obrigação e um interesse de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos de todos os migrantes, independentemente do seu estatuto legal” (OIM, 2015, p. 3).

Em termos de responsabilização do poder público, e em complemento o exposto no capítulo 1 sobre a legislação brasileira para os refugiados, compete ressaltar a estrutura legal acerca do tema da imigração em si, base para a aplicação dos mecanismos de acolhimento aos imigrantes no Brasil.

Neste aspecto, atualmente está em curso um processo de atualização do Estatuto do Estrangeiro, datado de 1980. Chamada de nova Lei da Migração, o texto muda a interpretação brasileira relacionada ao tratamento dado às pessoas de outros países que queiram viver no Brasil, com a mudança do termo “estrangeiro”, em vigor desde a época da ditadura militar, para “migrante”. O referido projeto de lei está atualmente aguardando parecer do relator da comissão especial na Câmara dos Deputados.

O projeto que propõe a nova Lei de Migração regula a entrada e estada de estrangeiros no Brasil, estabelecendo normas de proteção ao migrante. O texto define “imigrante” como sendo toda pessoa, nacional de outro país ou apátrida, que transite, trabalhe ou resida e se estabeleça temporária ou definitivamente no Brasil, excluindo o turista. O texto assegura os direitos originários dos povos indígenas e das populações tradicionais, em especial o seu direito à livre circulação nas terras tradicionalmente ocupadas. Pela proposta, a política migratória brasileira será regida também pelo repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a qualquer forma de discriminação, pela não criminalização da imigração e não discriminação em razão dos critérios e procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida no território nacional.

De acordo com o projeto, a nova lei visa ainda à promoção da entrada regular e da regularização documental, acolhida humanitária, desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil e a garantia do direito à reunião familiar, além da igualdade de tratamento e de oportunidade aos migrantes e seus familiares.

Os migrantes, segundo o projeto, terão acesso igualitário e livre aos serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho,

moradia, serviço bancário e seguridade social. O projeto de lei estabelece a proteção integral e defesa dos interesses das crianças e adolescentes migrantes, respeito a dispositivos de convenções, tratados e acordos internacionais, proteção dos brasileiros no exterior, promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil e repúdio a práticas de expulsão ou deportação coletivas. Segue abaixo um quadro-resumo comparativo entre o ordenamento legislativo vigente e tal proposta de lei:

Lei Vigente nº 6.815/1988	Proposta de Lei n.º 2.162/2013
Considera o estrangeiro um tema de segurança nacional.	Considera os migrantes um tema de direitos humanos
Dificulta e burocratiza a regularização migratória.	Encoraja a regularização migratória. O migrante regular fica menos vulnerável, tem oportunidade de inclusão social e deixa de ser invisível.
É incompatível com a Constituição Federal e os tratados internacionais de direitos humanos.	Propõe uma das mais avançadas leis migratórias do mundo contemporâneo em matéria de direitos.
Trata de estrangeiros.	Trata de migrantes: imigrantes (inclusive o transitório) e emigrantes.
Dá ao Estado a possibilidade de decidir ao seu bel-prazer quem pode entrar e permanecer no Brasil.	Dá direito à residência mediante o atendimento das condições da lei, permitindo inclusive a reunião familiar.
Vincula a regularização migratória ao emprego formal.	Possibilita a entrada regular de quem busca um emprego no Brasil.
Fragmenta atendimento a migrante em órgãos estatais diversos.	Estabelece órgão estatal especializado para atendimento dos migrantes.

Tabela 1. Quadro Resumo - Lei do Estrangeiro e Projeto de Lei do Migrante

Fonte: Biblioteca do Senado Federal em www2.senado.leg.br/bdsf

O projeto de lei garante aos imigrantes condição de igualdade com os nacionais, prevê a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade, além de garantir os direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos, bem como o direito à liberdade de circulação no território nacional.

Objetivamente, vale apontar que em Fortaleza, assim como em todo o estado do Ceará, não possui estrutura integrada ou institucionalizada no mesmo nível dos exemplos apresentados no início deste capítulo. Contudo, a região dispõe de equipamentos, processos e

mecanismos de propriedade do poder público ou de origens filantrópicas, para realizar o atendimento de pessoas em situação de risco e/ou com serviços que podem se estender especificamente aos imigrantes e refugiados através dos mais diversos temas, como abrigos ou serviços jurídicos, por exemplo.

3.1. A Estrutura de Acolhimento no Ceará

No nível municipal, a Prefeitura de Fortaleza dispõe de 26 Centros de Referência da Assistência Social e 2 Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Tais equipamentos integram projetos, programas e serviços, que contribuem para o exercício da cidadania e possibilitam a superação da situação de vivência de rua. Assim, é um espaço referência para que qualquer pessoa em situação de rua possa procurar serviços de acesso à documentação oficial, cadastro para programas sociais, atividades socioeducativas e artísticas. Os usuários realizam ainda sua higiene pessoal, lavam suas roupas e utilizam o equipamento como referência de endereço.



Figura 2. Centros de Referência Especializado da Assistência Social.

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em

<http://www.fortaleza.ce.gov.br/setra>

Adicionalmente, a Prefeitura dispõe de três abrigos, localizados nos bairros Joaquim Távora, Benfica e Jacarecanga, com capacidade para atender até 50 pessoas cada. O primeiro atende famílias, já os dois últimos recebem o público masculino. Os usuários acolhidos nos equipamentos contam com quatro refeições durante o dia, além de terem atendidas as necessidades de higiene e limpeza, bem como a segurança durante a estadia.



Figura 3. Abrigos Municipais de Fortaleza
Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em
<http://www.fortaleza.ce.gov.br/setra>

Há ainda o Centro de Convivência para Pessoas em Situação de Rua. O equipamento oferta convivência e atendimento às necessidades de pessoas adultas que estejam utilizando as ruas como espaço de moradia e sobrevivência no Centro de Fortaleza. Com capacidade para atender até 200 pessoas, o Centro realiza atividades de sociabilidade e convivência contemplando as linguagens lúdicas e culturais, cursos profissionalizantes, além de oferecer serviço de lavagem de roupa, alimentação.



Figura 4. Centro de Convivência para Pessoas em Situações de Rua
Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
<http://www.fortaleza.ce.gov.br/setra>

Verifica-se a inexistência de Secretaria ou Departamento específico que trabalhe com o tema dos imigrantes e refugiados. Tais grupos são atendidos pelos mecanismos acima, desenvolvidos inicialmente para a população de moradores de rua, e com escopo e programas definidos quase que exclusivamente para este grupo específico. Os grupos de imigrantes e refugiados podem usufruir do serviço de acomodação através de solicitação por parte de organizações da sociedade civil à Prefeitura de Fortaleza, porém tal solicitação dependerá da disponibilidade e análise do caso.

Ao se analisar a estrutura de apoio ao acolhimento de imigrantes e refugiados por parte do poder municipal, identificam-se os seguintes pontos de atenção:

- (i) Desvio de finalidade: Apesar de haver atendimento para as demandas de acomodação e alimentação, tais serviços se destinam aos moradores de rua - um grupo cujo tipo de acolhida difere do público-alvo deste trabalho - o que não garante a oferta de tais serviços para os imigrantes e refugiados plenamente em face da grande população de moradores de rua que residem na capital (aproximadamente 1.800, segundo a Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, órgão da Prefeitura de Fortaleza).
- (ii) Programa de Transferência/Subsídio de Renda: Conforme sinalizado pela análise amostral no capítulo anterior, o perfil do estudante imigrante e do solicitante de refugio no Ceará possui relevante preocupação quanto a dificuldades financeiras para se manter. Não há programas por parte do poder municipal dedicado à subsidiar financeiramente tais grupos.

Na esfera estadual e federal foram realizadas análises qualitativas através de questionários exploratórios (anexos a este trabalho) com uma Defensora Pública da União, Dra. Lidia Nóbrega e com o Gestor da Coordenadoria de Direitos Humanos do Governo do Ceará, Sr. Demitri Cruz; ambas as análises buscaram levantar aspectos institucionais e subjetivos com relação ao nível de maturidade das estruturas de acolhimento aos imigrantes e refugiados.

Primeiramente, em nível estadual, o governo do Ceará, através de sua estrutura organizacional, possui coordenadorias que trabalham com temas sociais de direitos humanos a temas raciais e de assistência social. Não se identificaram no Estado do Ceará nenhum programa específico voltado ao público de refugiados e imigrantes. As demandas específicas que são demandas ao Estado do Ceará são acompanhadas pelo Centro de Referência em Direitos Humanos e pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, ambos departamentos do governo estadual, este último nos casos de migração forçada para fins de exploração sexual e trabalho escravo.

Segundo o responsável pela Coordenadoria de Direitos Humanos, em resposta ao questionário (Anexo 2), “Em relação aos refugiados, além dos problemas já detectados, faz-se necessária uma ação de acolhimento inicial mais contundente. O ainda diminuto número de refugiados no Estado do Ceará ainda não despertou a atenção dos órgãos públicos para uma ação integrada de acolhimento até a regularização de sua situação e conseqüentemente do exercício pleno de sua cidadania em solo brasileiro”.

Em consonância ao exposto pelos dados estatísticos do capítulo anterior, o Coordenador de Direitos Humanos reitera que “No caso dos imigrantes em situação de vulnerabilidade um dos principais desafios é a estrutura de efetivação dos seus direitos enquanto estrangeiro, dado que as estruturas de apoio da polícia federal e, principalmente de representação consular destes países no nosso Estado são bastante frágeis”.

Categoricamente, o questionário aplicado junto ao Coordenador de Direitos Humanos do Governo Estadual resultou no desdobramento de fatores que, segundo o entrevistado, alimentam diretamente a principal dificuldade identificada na análise estatística realizada, as dificuldades financeiras e o trabalho. A saber:

- (i) A prevalência da busca por subsídio financeiro e oportunidades de trabalho é resultado da reduzida rede de assistência estudantil neste sentido.
- (ii) A limitação do ordenamento jurídico brasileiro no que se refere à legalidade do trabalho dos estudantes internacionais, que segundo o entrevistado “empurrando os para a informalidade e para situações de trabalho não regulamentadas e, na maioria dos casos degradantes”.

Alternativamente, foi realizado levantamento similar através de aplicação de questionário (Anexo 3) na DPU – Defensoria Pública da União, órgão do poder federal. Com um escopo mais arrojado, a DPU possui grupos de trabalho, histórico de atendimento específico ao público dos refugiados e imigrantes, agendas integradas com outras entidades de diferentes níveis.

Um dos papéis da Defensoria Pública da União (DPU) é oferecer assistência jurídica de graça aos estrangeiros no Brasil e aos brasileiros no exterior. A DPU trabalha no Ceará realizando os seguintes serviços para tais indivíduos:

Solicitação de benefícios assistenciais para estrangeiros idosos, deficientes, vulneráveis	Processo de Naturalização
Asilo político, deportação, expulsão, extradição, refúgio	Assistência jurídica a pessoas que estão no exterior (brasileiro ou estrangeiro)
Regularização de documentos (visto, regularização de permanência, carteira de trabalho)	Processos de alimentos internacionais: saúde, educação, habitação, vestuário, lazer etc
Guarda de criança que tem pais de nacionalidades distintas, brasileira e estrangeira	Legalização de documentos junto aos Consulados brasileiros
Transferências de pessoas condenadas	Casamento transnacional

Tabela 2. Quadro Resumo dos Serviços da DPU para Estrangeiros

Fonte: <http://www.dpu.gov.br/assistencia-juridica-internacional>

Com referência ao processo mencionado no início deste capítulo acerca do processo de atualização de uma nova lei para o imigrante, a DPU dispõe, para articulação da atuação na área de migrações em âmbito nacional, de Grupo de Trabalho especializado no tema que acompanha projetos de lei em trâmite sobre a matéria no Congresso Nacional e tratativas diretamente com o Departamento do Estrangeiro no Ministério da Justiça em Brasília.

Segundo a Defensora entrevistada, em resposta ao questionamento de percepção acerca da estrutura de acolhimento disponível para o público-alvo deste trabalho (Anexo 3), estruturas como abrigos e centro de saúde: “em reuniões e audiências públicas realizadas com os estudantes pudemos constatar um sentimento de desaprovação bastante acentuado em relação a esses serviços, inclusive com denúncias de racismo sofrido em centros de saúde”.

Cabe mencionar também que a DPU pode atender imigrantes e refugiados em situações de natureza criminal pertinentes à Justiça Federal. Contudo, para quaisquer matérias, a DPU apenas faz a defesa da pretensão nas instâncias judiciais e administrativas pertinentes, não podendo assegurar o resultado favorável para a parte solicitante.

Na esfera federal, nota-se que não há escritório do CONARE no Ceará, o que se justifica pela ínfima quantidade de refugiados. O contato com o órgão pode ser feito através da Polícia Federal (cujo contato é a primeira etapa para solicitar refúgio no Brasil) ou através das suas organizações do terceiro setor parceiras, como é o caso da Pastoral do Migrante de Fortaleza.

Complementarmente, a Polícia Federal possui estrutura para atendimento específico aos imigrantes e refugiados na capital Fortaleza através de sua Delegacia de Imigração (DELEMIG), além de unidades de atendimento geral nos pontos fronteiriços aéreos e marítimos.

Especificamente, à Unidade de Polícia de Imigração compete o controle e fiscalização da entrada, saída e permanência de estrangeiros no território nacional, recepção e o atendimento de estrangeiros na condição de turista, e o monitoramento de estrangeiros em caráter temporário controlando prazos e aplicando as medidas de infração, além de fazer parte do fluxo inicial do processo de solicitação de refúgio.

Convém ainda ressaltar o acesso ao ACNUR, que apesar de não possuir escritório no Ceará, pode ser contatado remotamente ou através de diversas instituições filantrópicas, como também é o caso da Pastoral do Migrante local.

No que se refere à participação das organizações do terceiro setor em assistência e acolhimento aos imigrantes e refugiados, não foram identificadas organizações temáticas ou mesmo especialistas na causa. Contudo, é perceptível o envolvimento de instituições religiosas como a Pastoral do Migrante em bairros isolados.

Como título de benchmarking para referência a uma estrutura de acolhimento pleno para os imigrantes com fins acadêmicos, vale referenciar o modelo adotado pela UNILAB para os seus alunos provenientes da África, exclusivamente. Neste modelo a UNILAB aborda o acolhimento dos imigrantes acadêmicos através de iniciativas como as que seguem:

- (i) Programa Pulsar: cujo um dos objetivos busca contribuir para a integração sociocultural do estudante através de tutoria, incluindo acompanhamento jurídico e psicológico;
- (ii) Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros: busca acompanhar e orientar o estudante, assim como a inserção e regularização na vida acadêmica;
- (iii) Programa de Assistência ao Estudante: cujo cerne está em garantir aos imigrantes os direitos de assistência estudantil cujas condições são insuficientes para a estada dos mesmos. O programa se desdobra em subsídios de ordem de moradia, instalação, transporte, alimentação, social e emergencial;
- (iv) Projeto Samba: com o objetivo de promover a socialização de informações sobre legislações brasileiras referentes às questões de raça/etnia, gênero e condição de permanência como estrangeiros/as no Brasil, assim como apresentar por meio da socialização de informações a estrutura, serviços e ações direcionados aos estudantes, em especial, políticas e programas de assistência estudantil e ações afirmativas.

Tais programas englobam o que Jurandir Zamberlam afirma em *Os Novos Rostos da Imigração no Brasil* como “um acolhimento de excelência para o imigrante vulnerável deverá ser executado através de integração sociocultural e engajamento produtivo na nova comunidade” (Zamberlam, 2014, p. 75).

Por fim nesta análise, claramente percebe-se a ausência de política municipal e estadual para a população de imigrantes e refugiados que estabeleçam ações e programas para o recebimento e inclusão de tais grupos na sociedade.

Não obstante, os mecanismos de nível federal existentes na região abordam preponderantemente a esfera do atendimento jurídico em processos específicos. Em ambos os lados, percebe-se baixo o nível de integração destes órgãos do poder público com entidades de outros setores, tanto empresarial como os da filantropia.

Em comparação com o nível de maturidade dos mecanismos brasileiros de assistência aos refugiados, que incorpora desde legislação, documentação, acesso à saúde e suporte financeiro, a estrutura de suporte ao imigrante com fins acadêmicos é plenamente inadequada, insuficiente.

Prova disso se dá através da legislação vigente ter sido criada na década de 80 e até então não ter sido atualizada. Trata-se de um tema de competência federal, mas que diferente do tema dos refugiados, não possui desdobramento para os outros níveis do poder público em ações conjuntas de acolhimento. Com uma mesma perspectiva integrada, corrobora Eugenio Ambrosi, Diretor Regional da Organização Internacional para Migrações:

(...) em um mundo cada vez mais interligado e uma região dinâmica e mutável, onde tendências demográficas, a recuperação econômica incerta e fluxos migratórios chamam por uma resposta reforçada, a necessidade nunca foi tão grande de avançar em conjunto com um esforço intensificado para trazer a migrantes e comunidades uma abordagem mais holística, coerente e humana para a gestão da migração (Ambrosi, 2015, p. 4).

Ainda no tema dos imigrantes, as organizações do terceiro setor têm tido papel fundamental na sistemática de acolhimento. Todas as instituições abordadas mencionaram, por exemplo, a Pastoral do Migrante de Fortaleza como ponto de encaminhamento de tais indivíduos para busca de assistência básica.

Objetivamente, a apreciação do aspecto psicológico, da integração social, da alimentação, acesso à saúde pública, proteção social, intermediação para o trabalho e capacitação profissional, ensino de língua portuguesa, ou estruturas formais como centros de acolhida e orientação para emergências, bem como a própria questão de gestão da informação ou banco de dados, interligando partes interessadas aos imigrantes e refugiados, são aspectos de um processo de acolhimento ideal que não foram identificados como relevantemente presentes ou efetivos na região do Ceará.

4. Estudo de Caso da Pastoral do Migrante de Fortaleza

Neste capítulo, analisaremos a atuação da Pastoral do Migrante na forma de organização da sociedade civil, descrevendo inicialmente o contexto de sua criação, seu histórico, as atividades ali desenvolvidas para, por fim realizar uma reflexão crítica acerca de sua atuação dentro do processo de acolhimento.

Conforme mencionado por diversas vezes neste trabalho, assim como formalizado por todas as instituições entrevistadas através de seus questionários respondidos, a Pastoral do Migrante de Fortaleza é atualmente a indicação de todas estas no que se refere a um centro para assistência de imigrantes e refugiados que buscam o alívio e suporte básico.

Os dados aqui relatados foram colhidos por intermédio de entrevistas e visitas realizadas semanalmente durante todo o mês de abril e maio de 2015 com a aplicação de questionário semiestruturado que se encontra no Anexo 6. Foram abordados todos os temas que permeiam a esfera da gestão de ONGs como planejamento estratégico, finanças, gestão de processos, análises operacionais, etc.

Por fim, à título de referência em boas práticas, foram levantados dados de ordem qualitativa com o Secretariado Diocesano das Migrações no Porto com objetivo de se buscar um referencial organizacional e geográfico mais experiente e maduro acerca de trabalhos envolvendo o acolhimento de refugiados e imigrantes. Dessa forma, abre-se a possibilidade de troca de sinergia entre as organizações, análise das capacidades absolutas entre as regiões e percepções para melhoria geral da própria Pastoral do Migrante em Fortaleza. Da mesma maneira, o questionário apresentado para a Diocese no Porto se encontra como Anexo 5 deste trabalho.

4.1 A Pastoral do Migrante em Fortaleza

A pastoral dos migrantes da Arquidiocese de Fortaleza foi criada em fevereiro de 1995, com a chegada das irmãs missionárias Scalabrinianas quando da intensa migração dos retirantes da seca para a capital. Em âmbito nacional, a Pastoral dos Migrantes está ligada ao Setor das Pastorais da Mobilidade Humana da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Esse setor, constituído em dezembro de 2003 em Brasília-DF, faz parte da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e compreende as seguintes Pastorais: Pastoral dos Migrantes, Refugiados, Nômades, Marítimos, Turismo, Pescadores, Caminhoneiros. Atualmente, a Pastoral do Migrante em Fortaleza não possui espaço próprio, se localizando em sala cedida pelo Centro Pastoral Maria Mãe da Igreja na Rua Rodrigues Júnior, 300, Centro, em Fortaleza/Ceará.

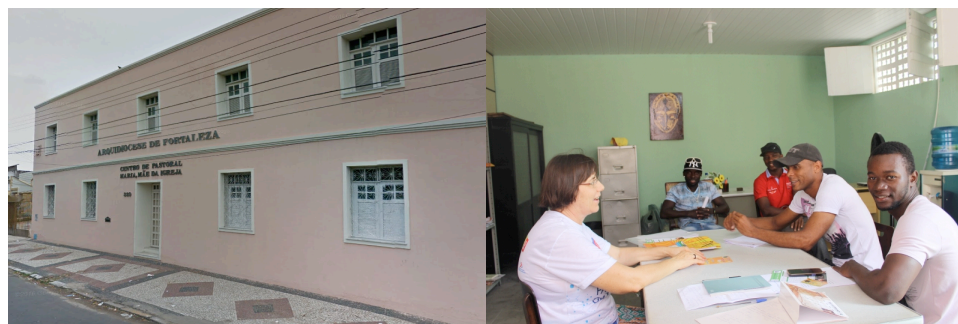


Figura 5. Local de Atendimento da Pastoral do Migrante

Fonte: <http://tribunadoceara.uol.com.br>

O modelo de gestão da Pastoral em Fortaleza se define pela presença de uma equipe de Coordenação composta por 4 pessoas e uma equipe chamada de Agentes Pastorais, por sua vez composta por 16 pessoas. Em ambas as equipes, os funcionários são profissionalizados, ou seja, são especialistas em áreas como serviço social, sociologia, psicologia, dentre outras áreas, além de serem profissionais voluntários, porém subsidiados parcialmente pela Arquidiocese.

A equipe de Coordenação é incumbida de gerir os trabalhos da Pastoral, garantindo recursos e, principalmente, articulando estrategicamente parceiros e projetos. A equipe de Agentes Pastorais trabalha em nível operacional, seguindo as diretrizes do planejamento, e atuando com o atendimento, visitas, prestação de serviços ao acolhido. O processo de acolhimento executado pela Pastoral do Migrante se dá basicamente conforme etapas abaixo:

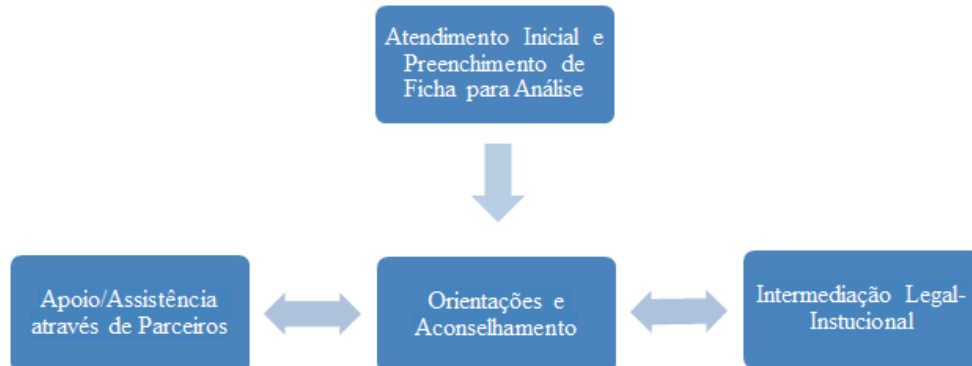


Figura 6. Processo de Acolhimento da Pastoral do Migrante em Fortaleza
Fonte: Questionário aplicado na Pastoral do Migrante em Fortaleza – Anexo 6

No primeiro contato, é realizada a sondagem inicial em modelo de conversa aberta para se conhecer os aspectos pessoais do acolhido, suas necessidades, motivações, históricos, temores, etc. Posteriormente, preenche-se a ficha de cadastro cuja tratativa será diligenciada nos processos seguintes.

Na ficha abordam-se questões pessoais, como quantidade de filhos e interesse de retornar ao país de origem, assim como pontos legais sobre a regularização do visto, práticas de trabalho e estudo. Tais perguntas foram construídas de modo a se viabilizar as devidas ações de atendimento, além de se criar registros históricos dos atendimentos para futuras consultas.

ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA - PASTORAL DOS MIGRANTES
Av. Dom Manoel, 339, centro
60060-090 – Fortaleza/ CE
Telefones: (85) 3388-8725 ou Cel. (85) 8701-4818
E-mail: pastoraldosmigrantes.ce@gmail.com

FICHA CADASTRAL – Nº _____

Nome: _____

Sexo: Feminino () Masculino () Idade: _____ Nacionalidade: _____

Nº de documento: CPF () RG () _____

Cidade e país de nascimento: _____

Endereço Anterior: _____

Endereço residencial atual: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Tem filhos? Não () Sim () Quantos? _____ Nasceram no Brasil? Sim () Não () Religião: _____

Mora de aluguel: Sim () Não () Qual o valor do aluguel? R\$ _____ Outra () Mora sozinho (a) Sim () Não ()

Com quantas pessoas mora: Nº _____ Qual sua profissão? _____ Você trabalha
Sim () Não () Se trabalha o que faz? _____

Trabalha com carteira assinada? Sim () Não () Qual seu rendimento mensal? R\$ _____

Status migratório: Turista () Solicitante de Refúgio () Refugiado () Residência provisória () Residência permanente ()
Visto de estudante () Outro () Qual? _____ Seu visto está Regular () Irregular () Já quanto tempo? _____ Em que ano chegou ao Brasil? _____ Em qual cidade? *Fortaleza*

Qual o motivo da migração? Estudo () Trabalho () Outro: _____

Se estuda, qual o nome do curso? _____

Qual o nome de instituição acadêmica? _____

Ao concluir o curso, pretende retornar para seu país de origem: Sim () Não () Por quê? _____

Você participa de/da: Pastoral do Migrante () Catequista () Grupo de liturgia e canto () Associação () Qual? _____

Outro/a () Qual? _____

Você recebe ou recebeu ajuda de alguma instituição: Governo () Pastoral do Migrante () Igreja () Outro () Qual? _____

Qual sua maior preocupação de dificuldade? _____

Figura 7. Ficha de Acolhimento da Pastoral do Migrante
Fonte: Pastoral do Migrante de Fortaleza

Após o atendimento inicial, inicia-se a diligência para iniciar a assistência. Por conta das limitações de recursos, que serão analisadas mais profundamente no próximo capítulo, a Pastoral do Migrante depende exclusivamente de parceiros para a efetividade de seus encaminhamentos de assistência. Dessa forma, acomodações, cestas básicas, atendimento psicológico e de saúde em geral, são serviços aos quais a Pastoral busca com seus parceiros e encaminha os acolhidos na medida que surge disponibilidade de atendimento.

Paralelamente, a Pastoral também facilita o contato entre o acolhido e órgãos competentes para assuntos legais como a solicitação de refúgio, que se inicia com o atendimento na Polícia Federal. A Pastoral direciona os acolhidos para atendimentos específicos na Defensoria Pública da União para questões de processos judiciais em garantias de direitos, dentre outros temas.

A Pastoral trabalha ainda com o fornecimento de orientações processuais-legais (procedimento de solicitação de refúgio, básico de legislação para estrangeiros), além de orientar acerca da estadia na cidade (pontos de risco, locais de apoio, etc.) e fornecer alívio ao migrante ou refugiado que se encontra em situação vulnerável emocionalmente, em

busca de um atendimento, que segundo a diretora do IMDH em publicação no periódico *Peregrino*, Rosita Milesi, considerado como “(...) o grande pilar humanitário e confiável em tempos de crise econômica e descaso social no Brasil desde o início do século 21” (Milesi, 2015, p. 13).

É importante notar que as especificidades da organização serão analisadas no próximo capítulo sob a luz da gestão de resultados, onde as mesmas terão sua eficiência avaliada com foco na busca de aperfeiçoamento. Adicionalmente, hoje a Pastoral tem trabalhado com as seguintes atividades:

Encaminhamento profissional dos imigrantes legais;
Eventos Gerais (Convivência, seminários temáticos, participação em audiências públicas, arrecadação de recursos, etc.);
Formação de Agentes Voluntários,
Ações de assistência básica através da rede de contatos (alimentação, abrigo, etc.);
Encaminhamentos gerais para parceiros (atendimento jurídico, psicológico, etc.);
Retiros de aspecto espiritual para acolhidos e voluntários;
Visitas e suporte aos imigrantes internacionais presos.

Tabela 3. Principais Atividades da Pastoral do Migrante em Fortaleza
Fonte: Questionário aplicado na Pastoral do Migrante em Fortaleza – Anexo 6

No que tange a governança da Pastoral em Fortaleza, a equipe realiza:

- (i) Reuniões de Gestão: A cada dois meses as equipes da Pastoral se reúnem para deliberar acerca de projetos, acompanhamento orçamentário, alinhamento gerencial, apresentação de resultados, dentre outros.
- (ii) Encontro para encerramento do ano: Realizado anualmente com o objetivo de realizar o balanço das atividades do ano, considerando principalmente os aspectos orçamentários e de recursos, e como tais fatores influenciarão o ano seguinte.
- (iii) Encontros para Capacitação através do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM): Ocorre periodicamente com o propósito de concentrar os representantes das

Pastorais pelo Brasil para capacitação, formação, compartilhamento de experiências, dentre outros.

Quanto ao aspecto da sustentabilidade financeira, o orçamento da Pastoral em Fortaleza é subsidiado quase que exclusivamente por aportes da própria estrutura da Arquidiocese. Em segundo plano, registra-se entrada de recursos de demais fontes conforme o quadro-resumo:

Fonte	Observações
Fundo Nacional de Solidariedade para Projetos Sociais (CNBB)	Apoio Financeiro para Projetos
Fundo Diocesano para Solidariedade	Apoio Financeiro para Projetos
Serviço Pastoral dos Migrantes	Apoio Financeiro para Materiais
Recursos da Congregação Scalabriniana	Apoio Financeiro para Custo com Pessoal
Comunidade	Doações Irregulares de valores baixos
Voluntários	Doações Irregulares de valores baixos
Eventos, Feiras, etc.	Geração de caixa de curtíssimo prazo

Tabela 4. Principais Fontes de Recursos da Pastoral em Fortaleza
Fonte: Questionário aplicado na Pastoral do Migrante em Fortaleza – Anexo 6

Conforme exposto anteriormente, a Pastoral do Migrante trabalha quase que exclusivamente através de sua rede de contatos. Com interações em diferentes níveis de parceria, notam-se os principais apoiadores da instituição conforme resumo abaixo:

Parceiro	Tipo de Apoio
Estrutura da Igreja	Itens de necessidade básica, pequeno auxílios financeiros
Defensoria Pública da União	Atendimento diferenciado para encaminhamentos da Pastoral
Polícia Federal	Orientações e Informações
Prefeitura - Secretária de Assistência Social	Abrigos Públicos
UNILAB	Parceiro institucional em eventos
Instituto de Migrações e Direitos Humanos IMDH	Assessoria Organizacional e Legal
Voluntários	Serviços, pequenos auxílios financeiros, itens de necessidade básica

Tabela 5. Principais Parceiros da Pastoral em Fortaleza
Fonte: Questionário aplicado na Pastoral do Migrante em Fortaleza – Anexo 6

Como planejamento de longo prazo, a Pastoral do Migrante em Fortaleza visualiza no futuro o amadurecimento do processo de acolhimento que englobe três aspectos principais: (i) alto nível de engajamento do poder público como parceiro ativo, institucional e financeiro; (ii) a construção de uma infraestrutura (própria ou consorciada) específica para atendimento digno dos imigrantes e refugiados; e (iii) a capacidade para prestação de serviços contínuos a estes grupos de pessoas, sem risco de interrupção motivadas por ausência de recursos.

4.2 Diagnóstico de Qualidade e Análise de Gestão

As organizações da sociedade civil, por atuarem em prol de um interesse público, agem e captam recursos em nome de uma causa pública. Assim sendo, atuam como mandatário desse interesse e devem assegurar aos diversos atores envolvidos que seus recursos e suas atividades estão sendo geridos de forma eficaz, ou seja, estão atingindo os resultados dos pretendidos e com qualidade (Szazi, 2005, p.14).

Nesse sentido, percebe-se que a única distinção entre as organizações do terceiro setor, como a Pastoral do Migrante, e empresas privadas comuns é a geração de receita para o acionista, pois os demais fatores como custos, orçamentos, qualidade, recursos humanos, gestão de processos, são facetas presentes na rotina de ambos os tipos de organizações; havendo assim, possibilidade de compartilhamento das matérias do conhecimento e ganhos de resultado. Como Tsai e Yamamoto complementam:

As entidades do terceiro setor enfrentam quatro desafios: o desafio da legitimidade, referente à formalização legal e transparência de suas ações e divulgação de seus resultados; o desafio da eficiência, referente à profissionalização da instituição; o desafio da sustentabilidade, tanto de ordem financeira como humana; e o desafio da colaboração com o Estado, o setor empresarial e as próprias entidades do setor que acabam tornando-se competidoras dos recursos disponíveis ao invés de estabelecerem uma frente comum de ajuda mútua (Tsai, Yamamoto, 2005 p. 32).

Dessa forma, com o objetivo de apoiar a Pastoral do Migrante de Fortaleza em seu objetivo de consolidar um processo de acolhimento mais eficiente na região, foram identificados alguns pontos de melhoria relacionados aos processos conduzidos pela própria instituição. São aspectos que vão além de questões financeiras, mas que tocam também aspectos da gestão de parceiros, dos riscos, da criação de canais de comunicação e da transparência, além de consideração acerca do modelo de gestão para alcançar os resultados da instituição.

4.2.1 Planejamento Estratégico

Não foi identificado na gestão da Pastoral do Migrante em Fortaleza o processo de realizar o planejamento estratégico da instituição. O planejamento estratégico é um conjunto de atividades que tem por objetivo elaborar um plano de curto, médio ou longo prazo. “Sua importância reside no fato de que ele contribui para realizar a adequada alocação de recursos e fortalecer a organização” (Mara, 2000, p. 2110). Drucker (1995, p. 39) reforça que “uma organização sem fins lucrativos requer quatro coisas para funcionar: um plano, marketing, pessoas e dinheiro”.

O planejamento estratégico é um esforço disciplinado que origina decisões fundamentais que dão forma e guiam uma organização, contribuindo para desenvolver estratégias; vislumbrar direcionamentos; estabelecer prioridades; dimensionar as consequências futuras de ações presentes; desenvolver uma base coerente e defensável para a tomada de decisão; controlar suas atividades; tomar decisões em diferentes níveis e funções; aperfeiçoar o desempenho e responder a situações mutantes (Beggy, 2002, p. 22).

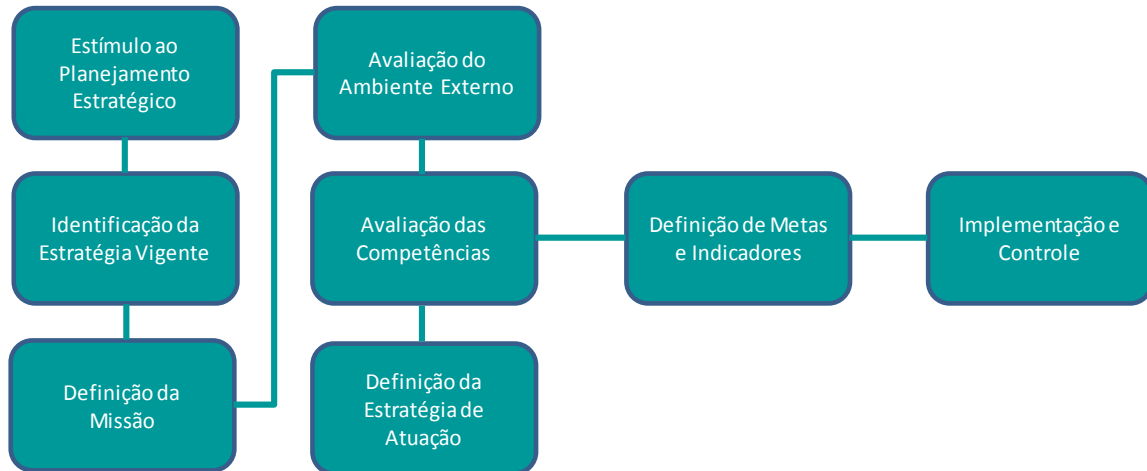


Figura 8. Planejamento Estratégico para Organizações do Terceiro Setor
Fonte: Portal da Administração: www.portal-administracao.org

Nesse sentido, a organização define suas metas atreladas a sua missão e visão, desdobra suas metas em objetivos. Os objetivos, também entendidos como marcos para alcance das metas, são transcritos em planos de ação. Dai a empresa tem um esquema claro e sistemático para alcance de suas metas, um caminho lógico com prazos e responsáveis que deverá ser monitorado e controle com ferramentas de qualidade. A Pastoral poderia iniciar a prática de realizar o planejamento estratégico de forma básica através de encontros anuais em um modelo de gestão participativa, onde todos os envolvidos nos processos se engajam nas avaliações e planejamentos das atividades.

Adicionalmente, indica-se o uso de ferramentas para auxílio na execução dos planejamentos da instituição, ferramentas como o PDCA, que por sua vez possui um modelo de trabalho bastante utilizado na gestão da qualidade que busca desenvolver a análise de situações, definição de objetivos, criação de ações e avaliação dos resultados obtidos. Idealizada por Walter A. Shewart e divulgado por William Edward Deming, a ferramenta busca deixar mais claro e ágil o processo de alcance das metas da organização ou gestão de projetos com o intuito de atingir determinado fim. A metodologia contém 4 passos básicos:

- (i) Planejar: é o planejamento do que será feito, considerando o estabelecimento das metas, definição dos objetivos e planos de ação.
- (ii) Executar: é a condução do planejamento, incluindo a coleta de dados para análise e treinamento dos envolvidos quando for o caso.
- (iii) Verificar: é a apuração dos resultados e dados do planejamento, feito durante todo o período que o plano estiver em execução.
- (iv) Agir: é a fase de correção das falhas.

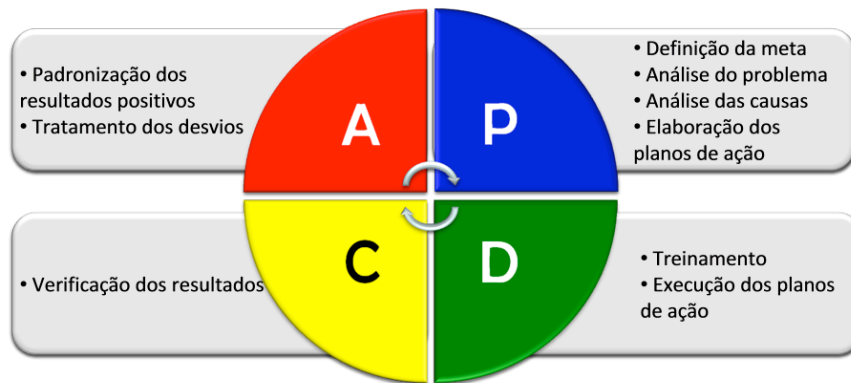


Figura 9. Modelo PDCA para Planejamento
Fonte: Portal da Administração: www.portal-administracao.org

Alternativamente, uma ferramenta de bastante valia para a gestão do planejamento estratégico é a análise SWOT, acrônimo das palavras *strengths*, *weaknesses*, *opportunities* e *threats* que significam respectivamente: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Conceitualmente, esta ferramenta permite ao usuário, através de atividade de mapeamento e racionalização, avaliar os ambientes internos e externos à organização ou ao projeto específico com o objetivo de validar estratégias e viabilidades. Segue abaixo uma análise SWOT realizada considerando a Pastoral do Migrante em Fortaleza, seu modelo de gestão, especificidades e fatores exógenos à organização:

Forças <ul style="list-style-type: none">- Cultura Hospitaleira- Apoio organizacional irrestrito por parte da Arquidiocese em nível nacional- Modelo de atuação por projeto- Atuação reconhecida pela sociedade	Fraquezas <ul style="list-style-type: none">- Baixíssimo envolvimento do poder público no processo de acolhimento- Gestão de relacionamento com parceiros em estágio inicial- Número de voluntários cadastrados insuficiente
Oportunidades <ul style="list-style-type: none">- Proposta de Lei n.º 2.162/2013- Possibilidade de melhorias de gestão- Espaço cedido pelo poder público para iniciar parcerias (Municipal e Governo)- Sinergia com a UNILAB	Ameaças <ul style="list-style-type: none">- Novo Governo Conservador- Crise financeira nacional- Escalada da Intolerância- Crises sistêmicas em países da África e Oriente Médio

Figura 10. Análise SWOT da Pastoral do Migrante em Fortaleza
Fonte: Autoria Própria

4.2.2 Gestão por Resultados e por Indicadores

O conceito de gestão por resultados vem do inglês *Management by Objectives* (MBO) ou *Management by Results* (MBR). Em suma, trata-se de um modelo de gestão no qual todas as ações em uma empresa devem ser fruto de um cuidadoso planejamento estratégico e buscam incessantemente o melhor resultado possível, objetivando sempre a otimização de desempenho e o crescimento da organização.

De acordo com Peter Drucker (2002, p. 28), a implantação de uma gestão por resultados consiste nas seguintes etapas:

- (i) Revisão dos objetivos organizacionais: Os gestores devem ter uma visão clara dos objetivos macros, conhecer o planejamento estratégico e as ambições da empresa.
- (ii) Definição dos objetivos dos colaboradores: Gestores e seus liderados devem se reunir para firmar acordos sobre os objetivos e os resultados esperados com seu trabalho. Eles

também estabelecem um prazo para a apresentação destes resultados e avaliação do desempenho.

(iii) Monitoramento do processo: De tempos em tempos, antes da finalização do prazo acordado, gestores e liderados se reúnem para verificar se os objetivos estão sendo alcançados.

(iv) Avaliação de desempenho: No final do período de funcionamento normal, o desempenho é julgado de acordo com o atingimento ou não dos objetivos.

O sucesso da gestão por resultados leva a organização a enxugar custos, otimizar um projeto ou aumentar a produtividade da equipe. Tudo isso requer um envolvimento maior entre os gestores e os colaboradores, e o estabelecimento de objetivos e prazos claros para cada um. A equipe deve ser monitorada, acompanhada e poder contar com os líderes para os momentos de dificuldade.

Para uma organização que trabalha em um escopo que engloba projetos extraordinários e rotina (atendimento e acolhimento), como é o caso a Pastoral do Migrante em Fortaleza, aplicar um modelo de gestão por resultados traria relevantes ganhos de resultado uma vez que a instituição dispõe de uma equipe grande e frentes diversificadas de trabalho para atender ao objetivo de acolher os imigrantes e refugiados, o que demanda engajamento multi-setor, comunicação eficiente e controle dos custos.

A espinha dorsal da gestão por resultados, e que seria peça chave para os ganhos em gestão e processos na Pastoral do Migrante em Fortaleza, se refere à definição de indicadores de desempenho e rotina de monitoramento. Indicadores de atividade, projetos ou mesmo de ordem financeira contábil revelam-se ferramentas indispensáveis para manter a garantia dos resultados da instituição.

De modo geral, “os indicadores devem refletir a forma de gestão da instituição e a estrutura de custos dos projetos, entre outros fatores” (Padoveze, 2004, p. 19). Os indicadores de

desempenho ajudam uma organização na medida em que são usados para a tomada de decisão e são definidos conforme a natureza de sua atuação.

Com referencia à realidade da Pastoral do Migrante, foram mapeados espaços para adoção de indicadores como o percentual de dependência de arrecadação do doador X, que pode se traduzir em informação de risco ou premissa para desenvolvimento de novos parceiros. Por exemplo, percebe-se que 100% do orçamento dos projetos da Pastoral são subsidiados pela estrutura interna da Igreja conforme disponibilidade da mesma. Não se verificam doações de empresas privadas, por não haverem parceiros deste tipo consolidados pela Pastoral.

Não obstante, avaliam-se como importantes indicadores como o índice de aplicação em projetos, permitindo chegar ao percentual de consumo do projeto X frente ao valor do orçamento a organização, possibilitando inclusive a comparação de diferentes projetos por este mesmo indicador, e o nível de flutuação do orçamento do fluxo de caixa.

Outra abordagem importante para a análise das atividades do terceiro setor é a mensuração do investimento unitário por projeto, esse indicador possibilita identificar qual o investimento financeiro realizado para cada objeto (pessoa, animal, instituição, entre outros) atendido pelos diversos projetos da organização, auxiliando na mensuração dos gastos aplicados a determinado objetivo específico. A mensuração do investimento unitário por projeto possibilita a comparação da destinação de recursos entre projetos com características semelhantes, além de servir como ferramenta de análise de viabilidade para expansão de projetos já em desenvolvimento.

$$\text{Investimento unitário por projeto} = \frac{\text{gasto total do projeto}}{\text{quantidade de pessoas atendidas}}$$

Figura 11. Equação para Indicador de Investimento unitário por projeto

Fonte: Autoria Própria

A aplicação e uso constante dos indicadores apresentados acima vão depender do nível de maturidade de gestão, assim como o porte da organização e complexidade de sua estrutura de capital e projetos. Foi apresentado para a gestão da organização um modelo de quadro de

gestão à vista para fazer constar um painel de indicadores conforme abaixo. Dessa forma, pode-se disseminar a informação da avaliação de desempenho da organização para os públicos interno e externo.

Indicador	Objetivo	Fonte	Forma de Cálculo	Orientação	Meta	Mês	Acumulado Mês
Indicador 01	-	-	-	-	-	-	-
Custo por Criança Atendida	Indica a eficiência na geração de custo	Relatório de Fechamento Mensal	Total de Custo / Número de Crianças cativas atendidas	Negativa. Quanto menor, melhor	R\$ 240,00 / Criança	R\$ 239,00	R\$ 256,00
Indicador 02	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 6 Exemplo de Quadro de Gestão à Vista para Indicadores de Dsempenho
Fonte: Autoria Própria

4.2.3 Sustentabilidade Financeira

Através das análises acerca do perfil orçamentário e das práticas financeiras da Pastoral do Migrante em Fortaleza, foram mapeados alguns fatores que podem ser considerados como risco à continuidade dos projetos da instituição, assim como oportunidade de melhoria na estrutura de recursos da mesma.

Primeiramente, quanto à composição dos mantenedores de recursos da Pastoral, especificamente o fato de não haver contribuição de recursos por parte de empresas privadas ou federações empresariais, considerando que não há impeditivo quanto a isso nas regulamentações da Pastoral. Em *Administração de organizações sem fins lucrativos*, Peter Drucker enfatiza a necessidade das organizações sociais diversificarem suas fontes de arrecadação orçamentária considerando “(...) o caráter voluntário das contribuições, que podem sofrer interrupções abruptas por parte de seus mantenedores por diversos motivos” (Drucker, 1997, p. 31).

Consolidar diferentes fontes de orçamento garante flexibilidade de recursos inclusive em períodos de sazonalidade. Ou seja, hipoteticamente se o orçamento da Arquidiocese não suportar os projetos X e Y da Pastoral em Fortaleza por conta de um comprometimento extraordinário (alocação de recursos para a visita do Papa, por exemplo), a equipe da

Pastoral poderá aplicar programas de arrecadação focados em voluntários para subsidiar tais projetos.

Outras práticas de arrecadação de recursos por parte de organizações do terceiro setor incluem parceria com concessionárias de serviços de utilidade pública (água, luz, telefone) para possibilidade de incluir nas contas dos usuários pequenas contribuições à instituição social; além de participação em processos de seleção para financiamento de projetos, que é exatamente o perfil da Pastoral do Migrante em Fortaleza. A própria prefeitura de Fortaleza possui vários editais abertos para apoiar iniciativas de diversos temas, como esporte, cultura, etc, temas estes que possuem relação com a agenda dos imigrantes e refugiados.

Conforme será aprofundado no próximo capítulo, a capacidade de arrecadação de recursos de uma instituição está intrinsecamente relacionada com a sua capacidade de se comunicar com as partes interessadas (*stakeholders*) e de seus canais de comunicação para alcance (*outreaching*). Dessa forma, reforça-se a importância de diversificar o perfil de doadores.

Geralmente, as organizações do terceiro setor que estabelecem uma estratégia de arrecadação oriunda de pessoas físicas apresentam menor dependência de recursos com um único ator financiador, obtendo uma vasta carteira de agentes financiadores com valores menores. Já as organizações que estabelecem uma estratégia de arrecadação com base em projetos e parcerias junto a pessoas jurídicas apresentam maior dependência dos atores financiadores, que em geral são em pequeno número, mas representam grandes montantes financeiros (Cabral, 2008, p. 14).

Nesse caso, para identificar a dependência financeira da instituição com relação a cada uma das organizações mantenedoras, basta confrontarmos o montante doado por determinada organização com o total das doações, conforme apresentado a seguir:

$$\text{Índice de dependência do mantenedor} = \frac{\text{doações do mantenedor "X"}}{\text{total das doações}}$$

Figura 12. Equação para Indicador de Dependência de Mantenedor
Fonte: Autoria Própria

Outros aspectos importantes que foram percebidos como potenciais agregadores de valor à diversificação dos recursos da Pastoral são (i) criação de programas de voluntariado para engajar a comunidade, e (ii) aumentar o incremento da arrecadação de recursos através de eventos para geração de caixa. No caso da Pastoral, isso pode ser feito incorporando a própria temática dos imigrantes e refugiados, como por exemplo, a promoção de feiras gastronômicas para divulgação da cultura africana, cursos de língua estrangeira ministrados por tais indivíduos, dentre outros.

Em segundo lugar, e em conexão com o ponto levantado acima, insta-se a importância de instituições do terceiro setor como a Pastoral em desenvolver as disciplinas de gestão financeira em seus processos, principalmente no que se refere ao planejamento e acompanhamento financeiro.

As empresas se valem do planejamento financeiro para organizar suas finanças, receitas, despesas e outros recursos líquidos. Conforme Giltman (2004, p.92) “O processo de planejamento financeiro começa com a elaboração de planos financeiros de longo prazo, tais planos orientam a formulação de planos e orçamentos de curto prazo, que significam a implantação dos objetivos estratégicos de longo prazo da empresa”.

Considerando que o planejamento financeiro de longo prazo é composto por uma cadeia de planejamentos de curto prazo, que por sua vez possuem uma régua de alcance de 1 a 2 anos, Ross e Westerfield (1998, p. 176) afirmam que “as finanças de curto prazo consistem em uma análise das decisões que afetam os ativos e os passivos circulantes, com efeitos sobre a empresa dentro do prazo definido”. O planejamento de curto prazo propicia o controle das operações dando subsídios para uma movimentação segura de capital em toda a organização.

A equipe da Pastoral conta com uma profissional incumbida da tesouraria, responsável em grande parte pelas movimentações rotineiras das contas da instituição, havendo relevante oportunidade de se implantar um processo de planejamento financeiro integrando os parâmetros levantados nos subcapítulos acima e de forma participativa.

4.2.4 Gestão dos Parceiros e dos Canais de Comunicação

No que se refere à base de parceiros e partes interessadas (*stakeholders*) da Pastoral do Migrante, perceberam-se duas oportunidades de melhorias: (i) a baixa diversidade de parceiros conforme parcialmente abordado no tópico anterior, e (ii) o ineficiência ou ausência dos canais de comunicação da Pastoral para com seus parceiros. Ambos os pontos se relacionam com o tema da gestão do relacionamento com parceiros, em inglês (*Partner Relationship Management*), que possui contribuição estratégica em todas as outras áreas da organização.

Segundo o Guia do Conhecimento Em Gerenciamento de Projetos, o termo *stakeholder* significa “um indivíduo, grupo ou organização que possa afetar, ser afetado ou sentir-se afetado por uma decisão, atividade ou resultado de um projeto” (Instituto de Gestão de Projetos, 2014, p. 114). Ou seja, tratam-se dos funcionários da organização, proprietários, fornecedores, concorrentes, ONGs, clientes, o Estado, credores, comunidade que estejam relacionadas com uma determinada organização ou projeto.



Figura 13. Exemplificação de *Stakeholders*
Fonte: Portal da Administração: www.portal-administracao.org

A análise dos *stakeholders* é um processo sistemático de coleta e análise de informação sobre os interesses, objetivos e preferências dos interessados para se mapear os riscos e as necessidades de comunicação de uma organização ou projeto. “O processo de gestão de gerenciamento de *stakeholders* é implementado em três etapas: Identificar, Engajar e Gerenciar” (Vargas 2014, p. 56).

Considerando como primordial, a etapa de identificação pode ser realizada através da aplicação de uma Matriz de Poder X Interesse. Tal ferramenta de gestão é gerada através de uma tabela onde para cada parte interessada é atribuída uma nota referente ao seu grau de poder e de influencia. Conforme o valor das notas de cada parte interessada atribui-se uma categoria que definirá o modelo de engajamento, comunicação e gerenciamento do *stakeholder*.

Stakeholder	Positivas	Negativas	Gr.Poder	Gr.Interesse	Atitude
patrocinador	apoio político e com verbas	excesso de pressão	10	10	gerenciar
equipe	bom ambiente de trabalho, cooperação	disputas internas e sabotagem	8	4	manter satisfeito
fornecedores	entregas no prazo e nas especificações	insumos fora de especificação ou com defeito	3	8	manter informado
gerente rival	competição saudável	concorrência por recursos e prioridade	3	2	monitorar
usuários	apoio	pressão junto a agentes públicos e imprensa	2	6	manter informado

Tabela 7. Exemplo de Tabela para Análise de Poder x Interesse dos *Stakeholders*

Fonte: Autoria Própria

Segue abaixo uma matriz de poder x interesse para a Pastoral do Migrante de Fortaleza considerando o posicionamento da instituição na atual estrutura de acolhimento de refugiados e imigrantes:

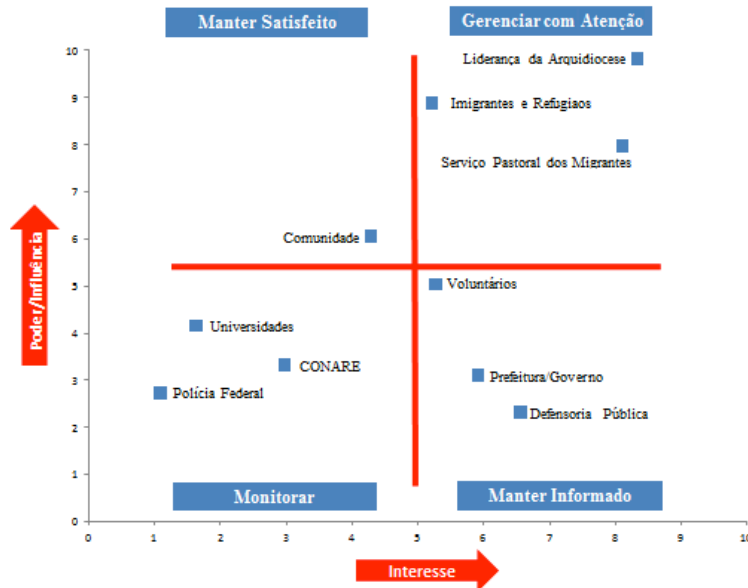


Gráfico 19. Matriz de Poder x Interesse da Pastoral do Migrante em Fortaleza
Fonte: Autoria Própria

Após identificar as partes interessadas e suas respectivas tratativas dentro da gestão do relacionamento de *stakeholders*, passa-se para a etapa de engajar e gerenciar as partes interessadas. José Angelo do Valle lista alguns exemplos de ações de engajamento e gerenciamento de parceiros, dentre eles (Do Valle, 2014, p. 32):

- (i) Convidá-los para participarem do processo de gerenciamento dos riscos;
- (ii) Assegurar que os requisitos sejam claros. Enviar relatórios.
- (iii) Envolvê-los nas reuniões da equipe, reportar a essas pessoas e incluir informações solicitadas;
- (iv) Convidá-los para ingressarem oficialmente na equipe de gerenciamento de projetos;
- (v) Planejar reuniões periódicas durante o projeto;

De modo a engajar e gerenciar as partes interessadas, a informação relevante para cada *stakeholder* pode ser conduzida através dos canais de comunicação da instituição, trata-se de uma Matriz de Comunicação. Segue exemplo de ferramenta para atendimento às partes interessadas utilizando exemplos da própria Pastoral do Migrante em Fortaleza:

Stakeholder	Detalhamento de Informações	Frequência	Forma de Comunicação
Arquidiocese	Relatório detalhado de atendimento	Semanal	Relatório Executivo
UNILAB	Quantidade de Alunos atendidos de Guiné-Bissau	Bimestral	Email Oficial
Voluntários	Programação de Ações e Eventos	Mensal	Newsletter

Tabela 8. Exemplo de Matriz de Comunicação
Fonte: Autoria Própria

Não obstante, foram mapeadas outras oportunidades de melhoria nos canais de comunicação com as partes interessadas, a saber:

- (i) Criação e Manutenção da página da Pastoral em Redes Sociais;
- (ii) Criação do sitio oficial na Internet;
- (iii) Emissão e compartilhamento com as partes interessadas de um Balanço Anual de Resultados;
- (iv) Criação e compartilhamento de newsletter para voluntários;
- (v) Participação em mídias de rádio e TV, e eventos temáticos;

Em determinados casos, faz-se necessário verificar o tipo de informação que interessa ao público alvo, nem sempre um mesmo modelo interessa a todos, nesse caso a comunicação poderá ser diferenciada para cada grupo de *stakeholders*.

Por fim, notou-se a ausência ou baixíssimo nível de engajamento da Pastoral do Migrante com três partes interessadas: as empresas privadas, voluntários e outras organizações do terceiro setor. Conforme explicitado anteriormente, as contribuições que tais partes podem agregar ao escopo de trabalho da Pastoral transcende a esfera da arrecadação de recursos, pois atinge também a esfera do engajamento social de mais classes da comunidade; dessa forma, mudando mentalidades (e preconceitos) e reforçando a importancia da assistencia a

refugiados e imigrantes na região do Ceará. Cabe a Pastoral desenvolver programas de identificação de empresas e ONGs com capacidade de agregar valor estratégico à instituição, assim como desenvolver um programa de captação de voluntários; e em todos os casos, engajar e gerenciar o relacionamento com tais partes interessadas sob à luz das técnicas mencionadas acima.

4.2.5 *Accountability* e Gestão da Informação

Finalmente, foram mapeadas ainda duas oportunidades de melhoria referentes à gestão da informação interna da Pastoral do Migrante, assim como seu processo de prestação de contas e transparência (*accountability*) com as partes interessadas. O termo *accountability* é definido como “a obrigação de prestar contas dos resultados obtidos em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poderes” (Olak, Nascimento, 2010, p. 21). A prestação de contas é uma das formas de mostrar à sociedade que a instituição é idônea. A transparência na administração da instituição é muito importante, principalmente na questão financeira, pois abre portas para novos recursos, o que no caso da Pastoral é fator crítico.

Olak (2000, p. 10) destaca três elementos que identificam uma nova postura de gestão e de controle aplicável às organizações do terceiro setor sendo “transparência, os relatórios de avaliação de desempenho e os relatórios contábeis”.

Assim, a Pastoral do Migrante em Fortaleza pode atender aos requisitos de transparência ao mesclar a forma tradicional de se prestar contas, através do relatório de atividades, conhecido também como relatório social anual, em que a instituição apresenta a sua missão, visão, valores, objetivos, projetos, evolução com parâmetros de recursos aplicados, número de beneficiados em cada projeto, parcerias, planejamento para o próximo período, demonstrações contábeis; e divulgar tais informações através de canais de comunicação inovadores como as páginas em redes sociais, newsletter e até mesmo lançar um evento para a comunidade para divulgação da prestação de contas.

Da mesma forma que o tópico anterior, se de um lado as melhorias no processo de prestação de contas com a sociedade tem relação direta com o aumento da confiança, imagem e capacidade de arrecadação de recursos para com *stakeholders*; da mesma maneira uma gestão eficiente das informações internas da Pastoral pode favorecer a instituição em diversos aspectos, principalmente no que tange a otimização dos processos.

Notaram-se ausentes duas ferramentas: (i) uma base de dados informatizada com os dados registrados nas fichas de acolhimento de imigrantes e refugiados, e (ii) uma base de dados com o cadastro dos voluntários.

No primeiro, faz-se necessário possuir uma cópia digital de tais informações, assim como seu backup de dados, uma vez que manter esse tipo de informação sensível em papéis possui risco de perda, deterioração, má-escrita, desorganização, além de consumir tempo para se realizar algum tipo de análise estatística qualitativa ou quantitativa. Em tempo, para se tabular todas as fichas de acolhimento da Pastoral em uma única base de dados e realizar as análises pertinentes tomou aproximadamente 2,5 semanas neste trabalho.

Adicionalmente, ainda na esfera da gestão da informação, entende-se como plausível para a Pastoral do Migrante a escrita e divulgação dos fluxos dos processos existentes. Por exemplo, o fluxo de solicitação de refúgio, o procedimento para solicitação de vaga em albergue da rede pública, etc. Tal trabalho pode ser feito através de tutoriais, quadros impressos para visualização coletiva. Além de trazer padronização para os processos da instituição, tal gestão da informação traz ganhos de agilidade em casos de ausência do funcionário responsável e substituição por um novo, estimula a confiança por parte do acolhido uma vez que ele visualiza tais informações ao invés de apenas ouvir do funcionário.

Em último lugar, vê-se a possibilidade, e necessidade, de se criar uma base de dados informatizada para cadastro dos voluntários. Tal base deverá ser inteligente, ou seja, através da mesma a Pastoral deverá poder identificar voluntários por área de especialização

(psicologia, direito, contabilidade, fluentes em línguas estrangeiras, etc.), além de ser possibilitada facilmente a capacidade de colher as informações de contato dos voluntários para acioná-los para determinada ação.

4.3 Boas Práticas e Sinergia com a Diocese das Migrações no Porto

De modo a buscar referência e bases de comparação com outras instituições e ambientes geográficos no que tange ao processo de acolhimento de imigrantes e refugiados, além de metodologias de trabalhos com os mesmos e boas práticas de gestão, foi realizada consulta qualitativa e quantitativa, conforme questionário Anexo 5, com o Secretariado Diocesano das Migrações, localizado na cidade do Porto, em Portugal.



Figura 14. Prédio da Diocese das Migrações do Porto

Fonte: <http://www.migracoesporto.pt/sobre-nos>

Funcionando desde 1997, o Secretariado Diocesano das Migrações fica localizado especificamente na Rua Arcediago Van-Zeller 50, na Casa Diocesana. Até início de 2016 já passaram pelos serviços do Secretariado Diocesano das Migrações no Porto, em 2015, 3.054 imigrantes e/ou emigrantes de mais de 40 países.

O escopo da Diocese do Porto se assemelha ao da Pastoral do Migrante em Fortaleza, ou seja, acolhimento, orientações, encaminhamentos para assistência básica e encaminhamentos gerais (Figura 5). Contudo, quanto aos projetos desenvolvidos pela

Diocese no Porto, nota-se um nível elevado de complexidade do escopo e impacto. Dentre os principais:

- (i) Cursos de Português para estrangeiros. Segundo a Diretora da Diocese no Porto, Maria Eduarda Viterbo, “a aprendizagem da língua é fundamental, quer para a integração na sociedade e no mercado de trabalho ou para apresentação de Projetos acadêmicos, quer mesmo para a obtenção de Residência Permanente e preparação para os exames nacionais dos que querem pedir a nacionalidade”.
- (ii) Apoio jurídico para desbloquear situações problemáticas nos postos de trabalho, informar sobre as questões laborais, legislação, direitos e deveres, ajudar a recuperar salários em atraso, repor a justiça em situações de ilegalidade, etc.

Neste aspecto, nota-se o alinhamento da Diocese Portuguesa quanto ao tema das garantias de direitos laborais dos imigrantes legalizados e refugiados. Na Pastoral do Migrante, segundo questionário (Anexo 5), está em processo de desenvolvimento uma linha de ação voltada para o monitoramento das condições de trabalho dos acolhidos, com foco em combater condições análogas à escravidão e supressão dos direitos individuais da legislação trabalhista brasileira.

- (iii) Orientações a estudantes estrangeiros e refugiados sobre aspectos acadêmicos.

Neste aspecto, nota-se uma boa prática quanto aos serviços prestados para imigrantes com visto de estudante e refugiados que têm interesse em desenvolver atividades acadêmicas no novo país, Ou seja, um trabalho de aconselhamento estudantil para tais indivíduos, evitando que os mesmos se exponham aos riscos contratuais por inadvertência ou falta de informação.

- (iv) Processos Administrativos: elaboração de documentação e acompanhamento de assuntos relacionados com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal, Segurança Social, Polícia, Consulados, Contribuições e Impostos – esclarecimentos, preenchimentos de Declarações de Imposto de Renda, abertura de contas bancárias,

transferências de dinheiro para o estrangeiro, Conservatórias do Registro Civil, processos de casamento.

Novamente, uma boa prática. De modo a contemplar com plenitude a vida social, e os processos que nela estão inseridos, a unidade de acolhimento poderá fornecer orientações diversas acerca da integração local do imigrante ou refugiado. Por exemplo, no caso da Pastoral, verifica-se a incidência de dúvidas por parte dos acolhidos sobre procedimento de abertura de conta bancária. Contudo, ciente da realidade de recursos de pessoal da Pastoral, tais serviços e processos de facilitação podem ser desenhados através de parcerias com bancos, cartórios, escritórios de contabilidade, dentre outros.

(v) Tradução de documentos: Certidões (nascimento, batismo, casamento, divórcio e óbito), formulários para solicitação de benefícios, cartas, exames médicos, documentos acadêmicos, etc.

Na mesma linha de raciocínio do item anterior, tal boa prática se configura relevante em um contexto de grande procura por parte de imigrantes em processo de acolhimento e integração. Similarmente tal serviço pode ser implantado através de parcerias com profissionais de tradução juramentada e cursos de línguas estrangeiras.

(vi) Colaboração com a Autoridade de Saúde principalmente nos casos de desalojados ou em situação de doenças infetocontagiosas. Além do acompanhamento em consultas hospitalares, articulação com os Serviços Sociais, o apoio em caso de morte, contato com a família nos países de origem, presença durante o internamento, etc.

Para a replicação desta prática localmente, o principal ponto neste aspecto se refere à situação da rede pública de saúde no Ceará. Atualmente a Pastoral do Migrante indica nominalmente os centros de saúde e hospitais para atendimento. Porém, a disponibilidade de vagas e a qualidade do serviço dependem do poder público municipal e estadual. Dessa forma, caberia envolvimento de tais poderes na agenda da saúde pública de tais indivíduos.

Quanto ao serviço de acompanhamento dos pacientes, a Pastoral poderia desenvolvê-lo através de uma rede de voluntários.

Tanto os projetos da Diocese do Porto listados acima, assim como as ações já mencionadas que são realizadas pela Pastoral do Migrante em Fortaleza, são orientados por uma forte metodologia que demonstra forte resiliência e conexão ao objetivo final, a acolhida.

A organização da Pastoral dos Migrantes se constrói lentamente e se alicerça na sensibilidade da Igreja local para o fenômeno migratório. Os gestos de acolhida na catequese, na liturgia, nos sacramentos e serviços sociais são os passos iniciais para criar, na Igreja local, um espírito de serviço aos migrantes (Corso e Zamberlam, 2005, p. 36).

Quanto ao aspecto da estrutura interna da Diocese no Porto, nota-se que todos os colaboradores, com exceção da Diretora – por motivos de dedicação exclusiva, são voluntários. O organograma da Diocese das Migrações inclui profissionais responsáveis por temas como saúde, jurídico, finanças, gestão de eventos, tecnologia da informação e ensino.

Importante salientar que, segundo a Diocese para Migrações do Porto, as principais dificuldades de se executar atividades de apoio aos refugiados e imigrantes se refere à:

- (i) Baixa colaboração e envolvimento da estrutura geral da igreja católica local e da comunidade cristã, apesar da Diocese fazer parte da Igreja.
- (ii) Restrições financeiro-orçamentárias.

Vale fazer a comparação entre as duas realidades diferentes, pois o que se conclui quanto a Pastoral do Migrante em Fortaleza é exatamente o oposto do que mencionado pela Diocese do Porto quanto ao envolvimento e engajamento da Igreja Católica no escopo dos trabalhos sobre migração. Notadamente, o orçamento de projetos e custeio é quase que exclusivamente subsidiado pela Igreja, assim como o apoio institucional e de formação da própria igreja é fator chave nos resultados da Pastoral em Fortaleza.

Em contrapartida, segundo informações da Diocese no Porto, percebe-se um nível de maturidade no processo de identificar, engajar e gerenciar parceiros; considerados pela instituição como cruciais para viabilizar as atividades da instituição, sendo as organizações da sociedade civil os seus principais parceiros, como a Caritas Diocesana, por exemplo.

Quanto à análise da infraestrutura urbana que a cidade do Porto dispõe para acolher imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade. Segundo a Diocese, apesar de julgar tal estrutura insuficiente sob a ótica da qualidade do atendimento e da oferta quantitativa para a demanda, a cidade possui um Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, do Alto Comissariado para as Migrações do Governo, onde está presente um balcão do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, da Segurança Social, do Instituto de Emprego, balcão de informações e emissão de documentos.

Similarmente à Fortaleza, a cidade dispõe de albergues populares, mas que também enfrentam restrições financeiras e de disponibilidade, e não são de uso exclusivo para a população de imigrantes.

Ainda na esfera da gestão organizacional, a Diocese planeja suas atividades baseada em análise detalhada da população de acolhidos. Segundo a Diretora da Instituição, “(...) analisar bem a situação, o público alvo, fazer estimativas e programar bem as atividades, são pontos essenciais para que o trabalho resulte”. Afirmação tal que faz relação com as sugestões de melhoria na Pastoral do Migrante sobre um modelo de trabalho orientado por indicadores de desempenho e inclusão de bases digitais de informação para facilitação de análises e estudos. Percebe-se ainda a forte atuação da Diocese no Porto quanto aos canais de comunicações digitais, possuindo páginas em redes sociais e sitio institucional na internet que conta com informações de notícias, calendário de eventos, projetos, informações de contato, entre outros, o que se configura numa prática de extrema valia para a Pastoral do Migrante em Fortaleza, pois reduz custos de comunicação e alavanca o alcance das campanhas da instituição.

CONCLUSÃO

Atualmente, o mundo é palco de um fenômeno sem precedentes, um fluxo avassalador de pessoas se movendo por países e continentes, sejam motivadas pela fuga de conflitos armados, dificuldades socioeconômicas ou mesmo movidas pelo efeito da globalização, que por sua vez encurtam distâncias e aproximam nações, como no caso das parcerias internacionais na área acadêmica. O Brasil, especificamente, tem vivido em plenitude os efeitos de tais movimentos, inclusive os negativos, face às questões de ordem econômica, regulatória e institucional, principalmente se observados tais efeitos em regiões menos desenvolvidas, como é o caso do Estado do Ceará.

O contexto do desenvolvimento deste trabalho se fixou majoritariamente em identificar e analisar a capacidade das instituições locais em acolher imigrantes e refugiados, que apesar de possuírem configurações diferentes, compartilham estruturas similares. Adicionalmente, através de análises estatísticas e multilaterais, identificou-se que o perfil de tais grupos em Fortaleza difere abruptamente do perfil de imigrantes e refugiados dos grandes centros como São Paulo. Fortaleza, uma cidade “ponte” para refugiados, mas um destino para centenas de imigrantes africanos que ingressam a cidade via instituições acadêmicas e buscam fixar laços para alcançar melhores oportunidades de vida; é uma localidade que não possui um sistema de acolhimento integrado para nenhum dos grupos mencionados, apesar de existirem diversas instituições que atuam na agenda da imigração e do refúgio; e se apoia na atuação de uma entidade da sociedade civil, a Pastoral do Migrante, para responder com assistência às necessidades básicas de tais grupos.

O que se pôde analisar e concluir foram um perfil detalhado dos grupos-alvo de investigação, as vulnerabilidades destes, um mapa com oportunidades de melhoria, assim como os resultados positivos alcançados, com referências de boas práticas e finalmente, uma fonte acadêmica e literária sobre a situação dos imigrantes e refugiados em Fortaleza e no Ceará. Defende-se aqui um papel de complementariedade por partes de agentes da sociedade quanto ao avanço desta agenda, notadamente, o poder legislativo e judiciário, empresas privadas e a organizações do terceiro setor.

A Pastoral do Migrante em Fortaleza, por sua vez, pode-se caracterizar como um exemplo de substituição à atuação estatal em certos aspectos na agenda dos refugiados e imigrantes, pois age sem subsídio do poder público e mesmo assim trabalha para garantir o disposto nas convenções internacionais assinadas entre o Brasil e o ACNUR e a OIM. Ademais, a Organização evidenciou grande espaço para melhorias de gestão que podem resultar na otimização de seus resultados, assim como sinergia com entidades mais maduras a nível organizacional na agenda dos imigrantes e refugiados, como é o caso da Diocese das Migrações do Porto, apesar desta última sofrer problemas exógenos similares.

Por intermédio desta dissertação se fez exequível a tarefa de se aprofundar, e respaldar, a hipótese da comunidade em avaliar criticamente a capacidade da região em receber novos fluxos de estrangeiros, principalmente de refugiados, revelando ainda, gargalos específicos e riscos de transgressão de direitos, como é o caso da situação dos imigrantes africanos nas dezenas de instituições educacionais no Ceará.

Ademais, espera-se que este trabalho traga para a mesa de discussão da sociedade a preocupação de se criar instrumentos solidificadores de um sistema de proteção social brasileiro para imigrantes e refugiados, trazendo segurança jurídica para os mesmos; e transparência às parcerias celebradas entre o Estado e organizações sociais, bem como estimulando a participação da sociedade civil em seu próprio processo de desenvolvimento, seja em nível federal com a aprovação do projeto de lei n.º 2.162/2013 – que trará uma nova era para a forma que o país recebe estrangeiros, seja a nível local através da criação de instituições temáticas no Governo Estadual e Prefeitura Municipal, instituições essas que são inexistentes em ambas os organogramas atualmente.

Por fim, a vocação miscigenada da cultura brasileira muitas vezes mascara a dura adaptação de imigrantes e refugiados, dramas neste trabalho registrados. A sociedade precisa estar ciente de suas capacidades e envolvida com o tema do fluxo migratório, uma vez que o processo de acolhimento de tal fluxo muitas vezes passa por estruturas de assistência social compartilhadas com os próprios cidadãos nacionais; urja-se atentar à motivação fundamental sob a luz dos direitos humanos universais de fornecer alívio a homens, mulheres, crianças que buscam dignidade em suas vidas em outras fronteiras.

Bibliografia

ACNUR. (2016). *Convenção sobre o Estatuto do Refugiado de 1951*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/1951-refugee-convention.html> (consultado em 15/04/2016).

ACNUR. (2015). *Cartilha para Solicitantes de Refugio no Brasil*. 2015. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2015/Cartilha_para_solicitantes_de_refugio_no_Brasil_2015.pdf (consultado em 10/04/2016).

ACNUR. (2014). *Refúgio no Brasil, uma Análise Estatística*. 2014. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf (consultado em 12/04/2016).

ACNUR. (2010). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Refugio_no_Brasil.pdf (consultado em 12/03/2016).

Ambrosi, E. (2015). Migration: the enemy within. *Pan European Networks*, v. 32, n. 11, pp. 4-16.

Associação Brasileira de Cooperação Internacional. *Acordos de Cooperação Brasil-Guiné-Bissau*. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/GuineBissau> (consultado em 05/04/2016).

Baptista, J. L. (2008). Acção humanitária: notas teóricas a relato de uma experiência pessoal. *Cadernos de Estudos Africanos*, v. 15, pp. 99-121.

Beggy, T. (2002). *Adapting the traditional business plan into social enterprises*. Pennsylvania (EUA), CPA Journal, pp. 22-23.

Behring, E. e Boschetti, I. (2011). *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez.

Bravo, M. (2006). *Política de Saúde no Brasil. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. Brasília: Fnepas.

Cabral, E. H. (2008). *Terceiro setor: gestão e controle social*. São Paulo: Saraiva.

Corso, G e Zamberlam, J. (2005). *Pastoral dos Migrantes*. Porto Alegre: Solidus.

Costa, B. (2004). *Capital Social e Organizações do Terceiro Setor em Porto Alegre*. Porto Alegre: Universidade Federal do rio Grande do Sul.

Do Valle, A. e Bueno, A. (2014). *Gerenciamento de Stakeholders em Projetos*. Brasília: Editora FGV.

Drucker, P. (2002). *Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos*. São Paulo: Pioneira.

Drucker, P. (2002). *Administrando para obter resultados*. São Paulo: Thomson Pioneira.

Gitman, L. (2004). *Princípios de Administração Financeira*. São Paulo: Addison Wesley.

Gomes, F. (2006). Conflito Social e Welfare State: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 2, pp. 201-236.

IBGE. (2001). *Estatísticas Econômicas Históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE.

IMDH. (2009). Políticas públicas para as migrações internacionais. *Caderno de Debates em Refúgio, Migrações e Cidadania*, v.4, n. 4, p. 17-29.

Instituto de Gestão de Projetos. (2014). *Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK)*. São Paulo: Editora Saraiva.

Lonardon, E. e Gimenes, J. (2006). O processo de afirmação da assistência social como política social. *Serviço Social em Revista*, v. 8, n. 2, pp. 10-36.

Lutif Junior, J. (2011). Auditoria como estratégia de certificação de transparência das organizações sem fins lucrativos. *Conexxio – Revista Científica da Escola de Gestão e Negócios*, v.1, n. 1, pp. 63-80.

Mara, C. M. (2000). A Strategic planning process for a small nonprofit organization. *Nonprofit Management & Leadership*, v. 11, n. 2, pp.211-223.

Miles, M. e Huberman, A. (1994). *Qualitative data analysis: An expanded sourcebook*. California (EUA): Sage.

Milesi, R. (2015). Mobilidade Humana e Paz. *Revista Peregrino*, v. 13, n. 22, pp. 14-26.

Olak, P. A. e Nascimento, D. (2010). *Contabilidade Para Entidades Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor)*. São Paulo: Atlas.

Olak, P. (2000). *Bases para a eficácia na aplicação do contrato de gestão nas organizações sociais brasileiras*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Organização Internacional para Migração. (2015). *Constitution and Basic Texts of the Governing Bodies*. Disponível em:

http://publications.iom.int/system/files/pdf/iomconstitution_en.pdf (consultado em 05/05/2016).

Padoveze, C. L. (2003). *Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação*. São Paulo: Thomson Learning.

Estatuto do Refugiado Lei nº 9.474. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm (consultado em 25/04/2016).

Ross, S. A. e Westerfield, R. W. (1998). *Administração Financeira*. São Paulo: Atlas.

Sales, T. e Salles, M. R. (2002). *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Paulo: IDESP.

Sprandel, M. e Milesi, R. (2003). *O acolhimento a refugiados no Brasil: histórico, dados e reflexões*. Brasília: IMDH.

Szazi, E. (2004). *Terceiro setor - temas polêmicos 1*. São Paulo: GIFE.

Tsai, P. e Yamamoto, M. (2005). *Governança corporativa: Análise Comparativa entre o setor privado e o terceiro setor*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros/> (consultado em 20/04/2016).

Vargas, R. (2014). *Manual Prático do Plano de Projeto: utilizando o PMBOK Guide*. São Paulo: Editora Brasport.

Waldely, A. (2014). O fluxo de imigração recente para o Brasil e a política governamental: os sinais de ambiguidade. *Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, v. 9, n. 9. pp. 93-112.

Zamberlam, J. (2014). *Os Novos Rostos da Imigração no Brasil*. Porto Alegre: Solidus.

ANEXOS

1. Quadro-Resumo das (1/4) Fichas de Acolhimento de Refugiados e Imigrantes da Pastoral do Migrante em Fortaleza (Fim de 2014, 2015 e 2016).

Identificação *	Sexo *	Idade *	País *	Bairro *	Filhos *	Profissão *	Trabalha *	Com o que *	Cariér *	Visto *	Motiv *	Curso *	Reconstr *	Data *	Percepção *	Obsações *	Visto Irregular *	Quantos Anos *
1	Masculino	27	Guiné Bissau	Justiçã de Serna	Não	Mecânico	Sim	-	Não	Estudante	Estudo	Medicina	Sim	jan/16	Recursos para manter os estudos			
2	Masculino	25	Guiné Bissau	Centro	Não	Estudante	Sim	Administração	Não	Estudante	Estudo	Relações Internacionais	Sim	set/15	Trabalho durante os estudos			
3	Masculino	27	Guiné Bissau	Centro	Não	Tec. Enfermagem	Sim	Tec. Enfermagem	Sim	Estudante	Estudo	Enfermagem	Sim	mar/16	-			
4	Masculino	28	Guiné Bissau	Rodolfo Landino	1	Estudante	-	-	-	Estudante	Estudo	Mão ambiente	Sim	dez/15	Trabalho Sistema			
5	Masculino	31	Guiné Bissau	Faras Brio	1	Estudante	-	-	-	Estudante	Estudo	Tecnologia da Informação	Não	nov/15	Recursos para manter os estudos			
6	Masculino	28	Guiné Bissau	Rodolfo Landino	1	-	Sim	Servicos-Freelista	Sim	Freelancer	Trabalho	Tecnologia da Informação	-	abr/16	Recursos para manter os estudos			
7	Feminino	46	Guiné Bissau	Monte Castelo	3	Educadora	Não	-	-	Freelancer	Trabalho	-	-	mar/15	Trabalho	Solicitar de refúgio	Sim	01
8	Masculino	32	Guiné Bissau	Rodolfo Landino	Não	Adm. De Ingress	Não	-	-	Estudante	Estudo	-	Não	mar/16	Trabalho Sistema	Solicitar de refúgio	Sim	4
9	Masculino	31	Guiné Bissau	Antonio Bebera	Não	Padreiro	Não	-	-	-	-	-	-	fev/16	Trabalho Sistema	Solicitar de refúgio	Sim	
10	Masculino	27	Guiné Bissau	Antonio Bebera	Não	Pinor	Não	-	-	-	-	-	-	fev/16	Careira de trabalho	Solicitar de refúgio	Sim	
11	Masculino	29	São Tomé	Centro	-	Estudante	Não	-	-	Irregular	-	-	-	jan/16	Recursos para manter os estudos			
12	Feminino	32	Guiné Bissau	Alto Alegre	Não	Tec. Enfermagem	Sim	Adm. Enfermagem	Não	Estudante	Estudo	Administração	Sim	abr/15	Careira de Trabalho			
13	Feminino	30	Guiné Bissau	Faras Brio	Não	Tec. Enfermagem	Sim	Tec. Enfermagem	Não	Estudante	Estudo	Enfermagem	Sim	mar/15	Recursos para manter os estudos			
14	Feminino	27	Guiné Bissau	Baa Viza	1	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Tecnologia da Informação	Sim	mar/15	Recursos para manter os estudos			
15	Masculino	-	Guiné Bissau	Antonio Bebera	-	Estudante	-	-	-	Estudante	Estudo	Tecnologia da Informação	Não	abr/15	Trabalho			
16	Feminino	32	Guiné Bissau	Benfica	Não	TI	Não	-	-	Estudante	Estudo	Enfermagem	Não	abr/15	Trabalho			
17	Feminino	-	Guiné Bissau	Montrepe	Não	Tec. Enfermagem	Sim	Adm. Enfermagem	Não	Estudante	Estudo	Enfermagem	Não	abr/15	Recursos para manter os estudos			
18	Masculino	28	Guiné Bissau	Centro	Não	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Administração	Sim	-	Recursos para manter os estudos			
19	Masculino	37	Guiné Bissau	Faras Brio	4	TI	Sim	Padreiro	Não	Estudante	Estudo	Tecnologia da Informação	Sim	mar/15	Trabalho Sistema	Quer carreira de trabalho	Sim	
20	Masculino	30	Guiné Bissau	Rodolfo Landino	Não	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Enfermagem	Sim	abr/15	Trabalho e Sistema	Quer carreira de trabalho	Sim	
21	Masculino	30	Guiné Bissau	Rodolfo Landino	Não	Construção Civil	Não	-	-	Estudante	Estudo	Enfermagem	Sim	abr/15	Trabalho e Sistema	Quer carreira de trabalho	Sim	
22	Feminino	32	Guiné Bissau	Parque São-Jude	Não	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Serviços Social	Sim	mar/15	Regularizado			
23	Masculino	27	Guiné Bissau	Parangaba	Não	Logística	Não	-	-	Estudante	Estudo	Administração	Não	abr/15	Trabalho e Sistema	Quer carreira de trabalho	Sim	1
24	Masculino	30	Guiné Bissau	Centro	Não	TI	Sim	-	-	Estudante	Estudo	Tecnologia da Informação	Sim	mar/15	Recursos para manter os estudos			
25	Masculino	27	Guiné Bissau	Baa Viza	Sim	Tec. Enfermagem	Não	Tec. Enfermagem	Não	Estudante	Estudo	Enfermagem	-	fev/15	-			
26	Feminino	27	Guiné Bissau	Baa Viza	1	Tec. Enfermagem	Não	-	-	Estudante	Estudo	Administração	Sim	mar/15	Trabalho e Sistema			
27	Masculino	37	Guiné Bissau	Antonio Bebera	Não	Contador	Sim	Emprego DOM	Não	Estudante	Estudo	Contabilidade	-	abr/15	Careira de Trabalho			
28	Masculino	25	Guiné Bissau	Antonio Bebera	Não	-	-	-	-	Estudante	Estudo	Administração	Não	jun/15	Trabalho e Sistema			
29	Masculino	23	Guiné Bissau	Centro	Não	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Administração	Não	jun/15	Trabalho e Sistema	Quer carreira de trabalho		
30	Masculino	32	Guiné Bissau	Rodolfo Landino	Não	Construção Civil	Sim	Padreiro	Não	Estudante	Estudo	Sig. do trabalho	Sim	abr/15	Trabalho e Sistema	Quer carreira de trabalho		

Quadro-Resumo das (2/4) Fichas de Acolhimento de Refugiados e Imigrantes da Pastoral do Migrante em Fortaleza (Fim de 2014, 2015 e 2016).

O Perfil dos Imigrantes, Refugiados e Estruturas de Acolhimento no Ceará, Brasil: Análises e Estudo de Caso

Identificação *	Sexo *	Idade *	País *	Bairro *	Filhos *	Profissão *	Trabalha *	Com o que *	Carreira *	Visão *	Motiv *	Curso *	Retornar *	Data *	Preocupação *	Ossesões *	Visão/regular *	Quanto Anos *
31	Masculino	28	Guine Bissau	Farias Brito	Não	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Logística	Sim	abr/15	Trabalho e Sistema	Quer carreira de trabalho		
32	Feminino	-	Cuba	Serrinha	1	Engenheira	Não	-	-	Sol. Religião	Religião	-	-	dez/14	Busa emprego para sobreviver.	Solicitante de trabalho		
33	Masculino	-	Cuba	Serrinha	2	Tec. Eletrônica	Não	-	-	Sol. Religião	Religião	-	-	dez/14	Busa emprego para sobreviver.	Solicitante de trabalho		
34	Masculino	-	Nigeria	Centro	Não	Trader	Não	-	-	Sol. Religião	Religião	-	-	out/14	Busa emprego para sobreviver.	Solicitante de trabalho		
35	Masculino	-	Nigeria	Centro	Não	Engenheiro	Não	-	-	Sol. Religião	Religião	-	-	out/14	Busa emprego para sobreviver.	Solicitante de trabalho		
36	Masculino	-	Nigeria	Centro	Não	Adm. De Empresas	Não	-	-	Sol. Religião	Religião	-	-	out/14	Busa emprego para sobreviver.	Solicitante de trabalho		0,5
37	Feminino	28	Guine Bissau	Centro	Não	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Engenharia	Não	maí/15	Trabalho e Sistema		Sim	
38	Feminino	32	Guine Bissau	Caldeia	Não	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Serviço Social	Sim	maí/15	Trabalho e Sistema		Sim	3
39	Feminino	29	Guine Bissau	-	Sim	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Engenharia	Sim	jan/15	Trabalho e Sistema			
40	Masculino	27	Guine Bissau	Acarape	-	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Humanidades	-	jan/15	Trabalho e Sistema			
41	Masculino	30	Guine Bissau	Centro	Não	Tec. Enfermagem	Sim	Tec. Enfermagem	Não	Estudante	Estudo	Enfermagem	Sim	maí/15	-			
42	Feminino	33	Guine Bissau	Centro	1	Doméstica	Sim	Doméstica	Não	-	-	-	-	maí/15	-			
43	Masculino	27	Cabo Verde	Várzea	1	Estudante	Sim	Garçom	Não	Turismo	Economia	Odontologia	Sim	abr/15	Trabalho e Sistema			
44	Feminino	30	Sergal	Centro	Sim	Vendedora	Sim	Vendedora	Não	Estudante	Estudo	Medicina	Sim	abr/15	Trabalho			
45	Masculino	26	Guine Bissau	Farias Brito	Não	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Medicina	-	jan/15	Trabalho			
46	Masculino	24	Guine Bissau	Antonio Bezerra	-	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Tecnologia da informação	-	jan/15	Trabalho			
47	Masculino	23	Sergal	Centro	-	Conferente	Não	-	-	Sol. Religião	Religião	-	-	fev/15	Trabalho			
48	Feminino	26	Guine Bissau	Farias Brito	Não	Estudante	Sim	Tec. Enfermagem	Não	Estudante	Estudo	Serviço Social	Sim	maí/15	Trabalho e Sistema			
49	Masculino	30	Guine Bissau	Centro	Não	Estudante	Sim	Serviço Social	Não	Estudante	Estudo	Logística	Sim	maí/15	Trabalho e Sistema			
50	Masculino	27	Guine Bissau	Bobão Redão	1	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Tecnologia da informação	Sim	jun/15	Trabalho			
51	Masculino	39	Holanda	Aldeota	-	Segurança	Não	-	-	Turismo	-	-	Não	jun/15	Trabalho		Sim	0,8
52	Masculino	29	Guine Bissau	Berita	Não	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Tecnologia da informação	Sim	ago/15	Trabalho e Sistema		Sim	2
53	Masculino	26	Guine Bissau	Berita	Não	Adm. De Empresas	Não	-	-	Estudante	Estudo	Administração	Não	maí/15	Trabalho e Sistema		Sim	4
54	Masculino	27	Guine Bissau	Berita	Não	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Administração	Sim	set/15	Trabalho e Sistema		Sim	0,7
55	Masculino	26	Guine Bissau	Centro	Não	TI	Não	-	-	Estudante	Estudo	Tecnologia da informação	-	jun/15	Trabalho e Sistema			
56	Masculino	28	Guine Bissau	Centro	Não	Tec. Enfermagem	Sim	Tec. Enfermagem	Não	Estudante	Estudo	Enfermagem	-	jun/15	Trabalho e Sistema			
57	Masculino	30	Guine Bissau	Berita	Não	Estudante	Não	-	-	Estudante	Estudo	Enfermagem	-	jan/15	Trabalho e Sistema			

Quadro-Resumo das (3/4) Fichas de Acolhimento de Refugiados e Imigrantes da Pastoral do Migrante em Fortaleza (Fim de 2014, 2015 e 2016).

O Perfil dos Imigrantes, Refugiados e Estruturas de Acolhimento no Ceará, Brasil: Análises e Estudo de Caso

Identificação	Sexo	Idade	País	Bairro	Filhos	Profissão	Trabalha?	Com o que	Categoria	Visão	Motivo	Curso	Retornará	Data	Preocupação	Visão Irregular	Quantos Anos
58	Masculino	31	Guiné Bissau	Jardim América	Não	Estudante	Sim	Aluno	Não	Estudante	Estudo	Meio Ambiente	Não	abr/15	Categoria de Trabalho		
59	Masculino	29	pa. Dem. do Con	Caculia	Não	Estudante	Sim	Tradutor	Não	Sol. Reduço	Requisar	RH	Não	out/15	Reursos Financeiros/Trabalho		
60	Masculino	32	Guiné Bissau	na d'armbo, 885	1	Petreiro	Sim	Petreiro	Não	Sol. Reduço		RH	Não	mai/16	Regularizar o visto, pois veio o de estudo		
61	Masculino	30	Guiné Bissau	Sermingador praefete, 1	Não	RI				Sol. Reduço		RH	Não	mai/16	Reursos Financeiros/Trabalho		
62	Masculino	28	Guiné Bissau	Centro	2	Estudante	Sim	Garcom	Não	Sol. Reduço			Sim	mai/16	Reursos Financeiros/Trabalho		
63	Masculino	28	Guiné Bissau	Antonio Bezerra	3	Petreiro	Sim	Petreiro	Não	Sol. Reduço				fev/16	Reursos Financeiros/Trabalho		
64	Feminino	29	Guiné Bissau	Antonio Bezerra	2	Motorista	Sim	Motorista	Não	Sol. Reduço				fev/16	Fazer Tautidade		
65	Masculino	32	Guiné Bissau	Antonio Bezerra	2	Prior	Sim	Prior	Não	Sol. Reduço				fev/16	Reursos Financeiros/Trabalho		
66	Masculino	28	Senegal	Montese	Não		Sim	Garcom	Não	Sol. Reduço			Sim	fev/16	Reursos Financeiros/Trabalho		
67	Masculino	22	Guiné Bissau	Centro	3	Petreiro	Sim	Petreiro	Não	Sol. Reduço				fev/16	Reursos Financeiros/Trabalho		
68	Masculino	44	Guiné Bissau	Centro	3	Capitineiro	Sim	Petreiro	Não	Sol. Reduço				fev/16	Reursos Financeiros/Trabalho		
69	Masculino	39	Senegal	Centro	3	Capitineiro	Sim	Petreiro	Não	Sol. Reduço				fev/16	Fazer Tautidade		
70	Masculino	24	Guiné Bissau	Centro	Não		Sim	Petreiro	Não	Turista				jan/16	Reursos Financeiros/Trabalho		
71	Masculino	26	Guiné Bissau	Centro	Não	Petreiro	Sim	Petreiro	Não	Sol. Reduço				jan/16	Reursos Financeiros/Trabalho		
72	Masculino	25	Venezuela	Aldeia	Não	Contabilidade	Não		Não	Sol. Reduço				jan/16	Reursos Financeiros/Trabalho		
73	Feminino	38	Guiné Bissau	Centro	Não	Vendedora	Sim	Vendedora	Não	Sol. Reduço			Sim	jan/16	Reursos Financeiros/Trabalho		
74	Masculino	34	Guiné Bissau	Sermilha	Não	TI	Sim	Danista	Não	Sol. Reduço			Sim	nov/15	Reursos Financeiros/Trabalho		3
75	Feminino	31	Guiné Bissau	Centro	Não	TI	Sim	TI	Não	Sol. Reduço				nov/15	Reursos Financeiros/Trabalho		
76	Masculino	33	Guiné Bissau	Centro	1	Administrador	Não			Sol. Reduço	Previsão			abr/15	Reursos Financeiros/Trabalho		
77	Masculino	30	Guiné Bissau	Centro	Não	Estudante				Sol. Reduço	Estudo	RI		out/15	Reursos Financeiros/Trabalho		
78	Masculino	21	Guiné Bissau	Centro	Não	Estudante				Sol. Reduço	Estudo	Administração		out/15	Reursos Financeiros/Trabalho		
79	Masculino	31	Guiné Bissau	Alvaro Weyne	Não	Estudante				Estudante				out/15	Reursos Financeiros/Trabalho		
80	Masculino	35	Guiné Bissau	Antonio Bezerra	2	Prior	Sim	pintor	Não	Estudante				set/15	Reursos Financeiros/Trabalho		
81	Masculino	39	Cabo Verde	Centro	3	Eletricista				Turista				set/15	Reursos Financeiros/Trabalho		
82	Masculino	25	Guiné Bissau	Centro	Não	Estudante				Turista				set/15	Reursos Financeiros/Trabalho		
83	Masculino	29	Guiné Bissau	Centro	Não	Serviço Social	Sim	Serviço Social	Não	Estudante	Estudo	TI		set/15	Reursos Financeiros/Trabalho		
84	Masculino	31	Guiné Bissau	Centro	1	Estudante				Sol. Reduço	Estudo			jun/15	Reursos Financeiros/Trabalho		
85	Masculino	25	Guiné Bissau	Centro	Não	Capitineiro				Sol. Reduço				fev/15	Reursos Financeiros/Trabalho		3
86	Masculino	32	Guiné Bissau	Damas						Estudante	Estudo	Enfermagem		mai/15	Reursos Financeiros/Trabalho		1
87	Feminino	26	Guiné Bissau	Damas						Estudante	Estudo	Enfermagem		fev/15	Reursos Financeiros/Trabalho		2
88	Feminino	30	Guiné Bissau	Berfica	Não	Estudante	Sim	Enfermeira	Não	Sol. Reduço	Estudo			mai/15	Regularizar visto e carteira de trabalho		
89	Masculino	30	Guiné Bissau	Antonio Bezerra	Não	Administrador	Sim	Gerente	Não	Religião				ago/15	Regularizar visto e carteira de trabalho		0,7
90	Feminino	25	Guiné Bissau	Centro	Não	Chapeleira				Sol. Reduço	Estudo			ago/15	Regularizar visto e carteira de trabalho		
91	Masculino	63	Guiné Bissau	Antonio Bezerra	Não	Contador Civil	Não			Turista				ago/15			
92	Masculino	31	Guiné Bissau	Alvaro Weyne	Não	Capitineiro	Não			Sol. Reduço				ago/15			
93	Masculino	35	Guiné Bissau	Alvaro Weyne	Não	Prior	Sim	pintor	Não	Estudante	Estudo	TI	Não	jul/15	Regularizar visto e carteira de trabalho		
94	Masculino	28	Guiné Bissau	Antonio Bezerra	Não	Prior	Sim		Não	Estudante	Estudo			ago/15	Regularizar visto e carteira de trabalho		
95	Masculino	35	Guiné Bissau	Damas	Não	Tec. Edificações	Sim		Não	Estudante	Estudo			ago/15	Reursos Financeiros/Trabalho		
96	Masculino	30	Guiné Bissau	Damas	Não	Estudante	Sim	Escoque	Não	Sol. Reduço	Estudo	Administração	Sim	ago/15	Regularizar visto e carteira de trabalho		2,8
97	Masculino	32	Guiné Bissau	Damas	Não	Administrador	Sim	Aux. Adm	Não	Sol. Reduço	Estudo			mai/15	Reursos Financeiros/Trabalho		
98	Masculino	32	Guiné Bissau	Centro	Não	Estudante	Não			Estudante	Estudo	Administração	Não	mai/15	Reursos Financeiros/Trabalho		
99	Masculino	35	Guiné Bissau	Beia Vista	1	Estudante	Não			Estudante	Estudo			fev/15	Reursos Financeiros/Trabalho		4
100	Masculino	48	Guiné Bissau	Antonio Bezerra	3	Administrador	Não			Turista	Trabalho			fev/15	Reursos Financeiros/Trabalho		

Quadro-Resumo das (4/4) Fichas de Acolhimento de Refugiados e Imigrantes da Pastoral do Migrante em Fortaleza (Fim de 2014, 2015 e 2016).

O Perfil dos Imigrantes, Refugiados e Estruturas de Acolhimento no Ceará, Brasil: Análises e Estudo de Caso

Identificação	Sexo	Idade	País	Cidade	Nome	Filhos	Profissão	Trabalha?	Com quem	Categoria	Viso	Motivo	Curso	Retornará	Data	Preocupação	Viso regular	Quantos Anos
101	Masculino	34	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Mecânico	Sim	Mecânico	Não	Sol. Refúgio	Estudo	Administração	Sim	mar/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
102	Feminino	31	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Administrador	Não			Sol. Refúgio	Estudo	Administração	Sim	mar/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	1
103	Feminino	42	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Matemática	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
104	Feminino	27	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Engenharia	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
105	Feminino	28	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
106	Feminino	28	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
107	Feminino	28	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
108	Masculino	31	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
109	Masculino	37	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
110	Masculino	22	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
111	Masculino	28	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
112	Feminino	25	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
113	Masculino	29	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
114	Masculino	34	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
115	Masculino	25	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
116	Masculino	31	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
117	Masculino	38	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
118	Masculino	30	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
119	Feminino	33	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
120	Masculino	24	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
121	Masculino	36	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
122	Masculino	34	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
123	Masculino	32	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
124	Masculino	28	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
125	Masculino	38	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
126	Feminino	30	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
127	Masculino	37	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
128	Masculino	41	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
129	Masculino	26	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
130	Masculino	22	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
131	Masculino	24	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
132	Feminino	29	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
133	Masculino	28	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
134	Masculino	28	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
135	Masculino	24	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
136	Masculino	31	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
137	Feminino	29	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
138	Feminino	23	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2
139	Masculino	35	Guiné Bissau	País de Ilhéus	Antonio Bebera	Não	Estudante	Sim	Estudante	Sim	Estudante	Estudo	Administração	Sim	fev/15	Recursos Financeiros/Trabalho	Sim	2

2. Questionário Investigativo (1/3) respondido por Demetri Cruz, Gestor da Coordenadoria de Direitos Humanos do Governo do Estado do Ceará em 25/04/2016.



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Curso: Mestrado em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA ELABORAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

TEMA: O Perfil dos Imigrantes, Refugiados e Estruturas de Acolhimento do Ceará: Movimentos Históricos e Estudo de Caso na Pastoral do Migrante em Fortaleza*

Aluno: Diego Ribeiro Alves

1 – Há alguma ação por parte do poder público no Ceará com foco em dar apoio a refugiados e imigrantes?

Não existe ainda no Estado do Ceará nenhum programa específico voltado ao público de refugiados e imigrantes. As demandas específicas que são demandas ao Estado do Ceará são acompanhadas pelo Centro de Referência em Direitos Humanos e pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, este último nos casos de migração forçada para fins de exploração sexual e trabalho escravo, principalmente.

Cientes desta fragilidade pretendemos iniciar no mês de maio agenda de trabalho com a Pastoral do Migrante, visando construir uma pauta conjunta de articulação de políticas públicas.

2 – Quais são e como você avalia as estruturas de apoio que Fortaleza possui que possam ajudar no acolhimento destes grupos? Abrigos, Unidades de Saúde, Apoio Psicológico, etc.

A universalização das políticas públicas de proteção social, tanto no âmbito da assistência social, da saúde e da educação possibilita ampliação de cidadania mas traz o desafio de trabalharmos as especificidades dentro desta universalidade para públicos com necessidades distintas.

As redes de políticas públicas universais, embora com diversas fragilidades, podem ser instrumentalizadas para trabalhar com estes públicos, principalmente se forem adotadas ações no âmbito da capacitação de servidores e de um suporte técnico que oriente em casos específicos.

Questionário Investigativo (2/3) respondido por Demitri Cruz, Gestor da Coordenadoria de Direitos Humanos do Governo do Estado do Ceará em 25/04/2016.

Tais redes, no modelo federativo brasileiro, são executadas pelos municípios, devendo o ente estadual promover esta articulação necessária para qualificação das políticas públicas.

O projeto de implantação da Ouvidoria Estadual de Direitos Humanos, o qual pretendemos implementar no segundo semestre deste ano prevê a instituição de um comitê gestor composto pelos órgãos estaduais responsáveis pelas políticas públicas de direitos humanos, acesso à justiça e proteção social e a qualificação progressiva da rede de políticas públicas para atuar em relação às diferentes vulnerabilidades: de gênero, raça e etnia, geração, orientação sexual e de nacionalidade.

3 – Em sua opinião, quais os principais desafios para garantir uma melhor estrutura de acolhimento par os grupos de pessoas necessitadas, nesse caso, refugiados e imigrantes?

Cabe distinguir a situação de refugiados e imigrantes. No caso dos imigrantes em situação de vulnerabilidade um dos principais desafios é a estrutura de efetivação dos seus direitos enquanto estrangeiro, dado que as estruturas de apoio da polícia federal e, principalmente de representação consular destes países no nosso Estado são bastante frágeis.

No caso dos imigrantes africanos temos um dado a mais que repercute em todas as esferas, o racismo.

Em relação aos refugiados, além dos problemas já detectados, faz se necessária uma ação de acolhimento inicial mais contundente. O ainda diminuto número de refugiados no Estado do Ceará ainda não despertou a atenção dos órgãos públicos para uma ação integrada de acolhimento até a regularização de sua situação e consequentemente do exercício pleno de sua cidadania em solo brasileiro.

4 – Apesar do número baixo de refugiados em Fortaleza, é bastante relevante o número de imigrantes de países africanos que vieram por motivos de estudo (principalmente na UNILAB). Há algum projeto que a coordenadoria de direitos humanos do governo possui para esse público?

No âmbito do Governo do Estado do Ceará, a pauta de acolhimento aos imigrantes africanos é coordenada pela Coordenadoria Especial de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial CEPPIR, a qual recomendamos entrevistar. A CEPPIR conta nos seus quadros, inclusive, com um estudante estrangeiro, cuja situação de trabalho já foi regularizada.

Não obstante, temos acompanhado também o tema, tanto através de atendimentos a casos individuais no Centro de Referência de Direitos Humanos, nos casos de violação de direitos, quanto de forma institucional.

No caso da UNILAB, realizamos, em conjunto com o Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos, uma Conferência Regional de Direitos Humanos naquela universidade e após a conferência estadual, elegemos dois delegados, estudantes nacionais de Guiné Bissau e Angola para a Conferência Nacional, encerrada no último dia 29 de abril. Neste ciclo de conferências e numa audiência pública realizada posteriormente naquela universidade surgiu a proposta de instalação de um Centro de Referência em Direitos Humanos na UNILAB mantido em conjunto pela universidade e pelo governo estadual.

Atualmente estamos em fase de elaboração deste projeto para buscar captar recursos para sua implantação junto aos dois entes.

5 – De acordo com os dados colhidos com a Pastoral do Migrante em Fortaleza, a maior preocupação dos imigrantes que vêm ao Ceará para estudar é a de conseguir alguma atividade de geração de renda paralela aos seus estudos. Como você pensa que tal tema poderia ser abordado?

Como já dito anteriormente, existem três séries de problemas. A primeira relacionada à falta de suporte a estes estudantes, dado que o trabalho, na maioria dos casos, é uma necessidade e não uma escolha.

No caso das universidades públicas faz-se necessária a ampliação da rede de assistência estudantil voltada a este público e da preparação da rede universal de políticas públicas de proteção social para atenderlos. A falta de assistência também se reforça com a ausência de representação consular dos países de onde vêm os estudantes.

A segunda se relaciona com a própria situação da limitação do ordenamento jurídico brasileiro no que se refere à legalidade do trabalho destes estudantes, empurrando-os para a informalidade e para situações de trabalho não regulamentadas e, na maioria dos casos, degradantes.

E a terceira ordem de problemas se refere à questão do racismo, presente tanto nas relações sociais quanto nas instituições. Trata-se de um problema de ordem mais cultural do nosso país, mas que pode ser atacado com ações mais efetivas de educação em Direitos Humanos dirigidas e de responsabilização dos agressores, dado que o ordenamento jurídico brasileiro já contempla esta questão.

Sinta-se livre para realizar quaisquer comentários ou críticas adicionais que não estejam contemplados acima.

3. Questionário Investigativo (1/2) respondido pela Defensora Lídia Nóbrega, da Defensoria Pública da União do Estado do Ceará em 05/05/2016.



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Curso: Mestrado em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA ELABORAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO**

**TEMA: O Perfil dos Imigrantes, Refugiados e Estruturas de Acolhimento do Ceará:
Movimentos Históricos e Estudo de Caso na Pastoral do Migrante em Fortaleza***

Aluno: Diego Ribeiro Alves

1 – A Defensoria tem tido fluxo de atendimento para refugiados ou imigrantes (estudantes africanos)? Caso sim, qual tem sido a quantidade média? Quais as estatísticas que a Defensoria dispõe?

R – Sim. A Defensoria tem atendido estudantes em intercâmbio no Brasil, provenientes de diversos Estados do continente Africano. Infelizmente, a DPU ainda não dispõe de ferramenta de controle estatístico com o corte de pesquisa por nacionalidade, motivo pelo qual, pelo volume e diversidade de atendimentos realizados pelo órgão torna-se tarefa impossível delimitar essa quantidade.

2 – Quais têm sido as principais razões pelas quais tais pessoas procuram a Defensoria?

R – As principais pretensões dos estudantes em relação à Defensoria são referentes a necessidade de regularização da estadia (prorrogação de visto, *habeas corpus* para permanência, ainda que após expirado o visto para conclusão do curso, discussão das taxas e multas cobradas para os procedimentos de prorrogação ou emissão de segunda via de registro de estrangeiros, tratamento destinado aos migrantes pela Polícia Federal, etc), e a celeridade na entrega dos Diplomas de conclusão do curso.

3 – A Defensoria tem executado alguma ação ou projeto para apoio de refugiados ou imigrantes?

R – A DPU, a cada primeiro comparecimento dos estudantes com uma nova pretensão, procede à abertura de um Processo de Assistência Jurídica individual que veiculará essa pretensão formulada à DPU nas esferas administrativas e judiciais competentes.

Além disso, a DPU dispõe de dois procedimentos de natureza coletiva em curso: o primeiro referente ao tratamento dos estudantes na Polícia Federal, bem como aos procedimentos de regularização dos vistos em missões de estudos, já tendo sido

Questionário Investigativo (2/2) respondido pela Defensora Lídia Nóbrega, da Defensoria Pública da União do Estado do Ceará em 05/05/2016.

realizada reunião com a Delegada responsável pela Delegacia de Imigração na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Ceará e encaminhados alguns pontos pleiteados pelos estudantes, já tendo sido realizado o repasse da situação às representações estudantis (PAJ nº. 2015/035-3849); o segundo refere-se à situação de demora na entrega dos diplomas dos estudantes por algumas Instituições de Ensino Superior particular no Estado do Ceará (sujeitos à ratificação pela UFC), já tendo sido oficiadas as IES e a UFC para esclarecimentos da situação, bem como reunião com representante da Pro-Reitoria da UFC para discussão do problema e busca de soluções, especialmente para os estudante cujo visto encontra-se em vias de expirar (PAJ nº. 2015/035-4174).

Por fim, cumpre mencionar que a DPU dispõe ainda, para articulação da atuação na área de migrações em âmbito nacional, de Grupo de Trabalho especializado no tema que acompanha projetos de lei em trâmite sobre a matéria no Congresso Nacional (como o Novo Estatuto do Estrangeiro PL 2515/2015) e tratativas diretamente com o Departamento do Estrangeiro no Ministério da Justiça em Brasília. Atualmente o contato com o referido GT de Migrações e Refúgio dá-se por via do endereço eletrônico gmigracoeserefugio@dpu.gov.br.

4 – Na sua opinião, como você avalia a capacidade estrutural da cidade de Fortaleza para receber grupos de refugiados? Ex: Abrigos, centros de saúde, etc.

R – Não posso responder com precisão pois enquanto defensora pública lotada em Fortaleza há apenas 05 meses, ainda não tive oportunidade de comparecer pessoalmente nesses locais. Contudo, em reuniões e audiências públicas realizadas com os estudantes pudemos constatar um sentimento de desaprovação bastante acentuado dos estudantes africanos em relação a esses serviços, inclusive com denúncias de racismo sofrido em centros de saúde.

5 – Com o quê a Defensoria pode auxiliar um refugiado que chega buscando por acolhimento?

R – Qualquer pretensão de natureza federal, desde a situação do estudante no Brasil, problemas referentes a óbices na realização de matrículas em universidades, recebimento de diplomas, acesso a tratamentos de saúde, benefícios assistenciais, se for o caso, situações de natureza criminal pertinentes à Justiça Federal. Contudo, é sempre importante esclarecer que a DPU apenas faz a defesa da pretensão nas instâncias judiciais e administrativas pertinentes, nem podendo assegurar nunca o resultado favorável.

As situações mais comuns são as mencionadas na resposta ao item 2.

6 – Atualmente, tem sido grande o número de imigrantes africanos que vêm para estudar, principalmente na UNILAB. A Defensoria possui algum registro de atendimento especificamente para este tipo de imigrante?

R – Temos diversos assistidos estudantes da UNILAB, contudo, conforme já mencionado na resposta ao item 1, a DPU ainda não dispõe de ferramenta de controle estatístico com o corte de pesquisa por nacionalidade, motivo pelo qual, pelo volume e diversidade de atendimentos realizados pelo órgão torna-se tarefa impossível delimitar essa quantidade.

Sinta-se livre para realizar quaisquer comentários ou críticas adicionais que não estejam contemplados acima.

4. Questionário Investigativo (1/3) respondido por Marlene Miranda, responsável pela Delegacia de Imigrações da Polícia Federal do Ceará em 29/04/2016.

Prezado,

Segue a pesquisa:

Qual o número de Refugiados que habitam no Ceará ou solicitaram asilo no Ceará atualmente?

O número de REQUERENTE a Refugio:

- 2015 1/1 a 31/12/2015 = 128

- 2016 1/1 a 10/5/2016 = 46

Qual os países de origem desses refugiados?

- **Guine Bissau (80%)** o restante nesta ordem **Cuba, Síria, Libéria, Senegal, Cabo Verde, Moçambique, Nigéria, Colômbia, Venezuela, Congo, Serra Leoa.**

De acordo com a Lei 9.474/97 – Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que devido a fundados temores de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país, devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país, **caso dos sírios: Afeganistão/Iraque (guerra). cubanos (violação de direitos). colombianos, venezuelanos (fugindo da guerrilha farc etc) Nigéria/Congo/Serra Leoa (conflito religioso).**

O perfil de quem está solicitando refugio neste Estado a maioria não se enquadra nessa regra acima, pois trata-se de cidadãos do continente africano, notadamente Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Angola, países de língua portuguesa, sem nenhum conflito atualmente, que entram regularmente com visto de “estudantes” adquiridos junto a Representação consular brasileira em seus países de origem ao amparo da Lei 6815/80 e no decorrer dos estudos alguns ficam irregulares ou mesmo estudando, solicitam Refugio, para garantia muitas vezes de exercer atividade trabalhista remunerada em território nacional, pois na condição de estudante é proibido o exercício desta atividade.

Não temos notícias de nenhum cidadão de Guine Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Senegal, que tenham adquirido o “status” de Refugiado pelo Governo Brasileiro nos últimos anos, o que aconteceu no último ano, foi a aprovação pelo Conselho Nacional de Imigração e Ministério da Justiça (por causas sociais) conceder a permanência definitiva e NÃO o REFUGIO a esses Africanos.

O CONARE após analisar estes pedidos e não encontrar nenhum motivo para conceder refugio, tem encaminhado tais processos para análise no CNI (Conselho Nacional de Imigração), e alguns são beneficiados com a permanência.

Qual a quantidade de imigrantes legais e ilegais atualmente no Ceará. Assim como os países de Origem?

LEGAIS: Registrados neste Estado total Geral: 16988

Permanentes: 12347 – Temporários: 4459 – Residente (Refugio):08 – Fronteiriços:83 – Provisório: 1.

IRREGULARES:

- No ano de 2015 foram = 1976

- No ano 2016 (1/1 a 10/5) = 591

Portanto o total geral foi de 2.567 estrangeiros que foram autuados por estada irregular ou outro motivo, e foram notificados a deixar o país, sob pena de deportação com base na Lei 6815/80.

- Os países são os mais diversos, não temos estatísticas exatas de irregulares por nacionalidade, todavia, podemos afirmar que os estrangeiros que mais visitaram o Estado do Ceará foram os seguintes países, obedecendo esta sequência:

2015: **ITALIA, PORTUGAL, FRANÇA, ALEMANHA, ARGENTINA, SUIÇA e ESPANHA** etc (anexo).

2016 1/1 a 10/5: **PORTUGAL, ITALIA, ARGENTINA, FRANÇA, ALEMANHA, ESPANHA, SUIÇA** etc (anexo)

Questionário Investigativo (2/2) respondido por Marlene Miranda, responsável pela Delegacia de Imigrações da Polícia Federal do Ceará em 29/04/2016.

Como a DFF/Delemig, tem atuado no apoio e suporte ao grande número de estudantes africanos que tem chegado à Fortaleza nos últimos 2 anos (principalmente por conta da UNILAB em Redenção) seja quanto a documentação, acompanhamento de infrações, etc?

Ao DPF especificamente a Unidade de Polícia de Imigração, compete o controle e fiscalização de entrada, saída, e permanência de estrangeiros em território nacional, a recepção e o atendimento a imigrantes na condição de turista, aos que já possuem visto permanente, e o monitoramento da situação de estrangeiros que estão no Brasil em caráter temporário controlando prazos e aplicando as medidas de infração, além disso, a instituição recebe os estrangeiros que chegam ao país em portos, aeroportos e fronteiras, e a emissão do passaporte brasileiro.

Muito antes do Governo Federal instituir o PEC-G, (Programa de Estudante Convênio Graduação) e abrir as portas principalmente para os países de língua portuguesa, caso da UNILAB e outros, a Polícia Federal já recebia estudantes do mundo inteiro, que vem por intercâmbio ou ao amparo do artigo 13 Item IV da Lei 6815/80, e todas as Unidades Regionais do DPF e em alguns municípios do Brasil, possuem o Serviço de Atendimento a Estrangeiros.

O Serviço de atendimento em todo o Brasil (registro, prorrogação etc) é feito através de agendamento prévio na página do DPF www.pf.gov.br.

Na sua opinião, como você avalia a estrutura de acolhimento de Fortaleza ou do Ceará com respeito a receber refugiados e imigrantes? Exemplo- abrigos, empregos, saúde, defensoria, etc. Você pensa em algum ponto de melhoria na estrutura da cidade ou na gestão dos entes públicos

Neste Estado, desconheço se tem algum Órgãos de acolhimento para este tipo de imigrante, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, sei da existência da C.ÁRITAS - Arquidiocesana, que faz este tipo de serviço, inclusive alguns estrangeiros que solicitaram refugio nesta Unidade de Imigração, migraram para estes Estados em busca de apoio, a exceção fica apenas com a Defensoria Pública neste Estado, que tem dado apoio jurídico aos estrangeiros.

Políticas públicas para imigrantes e refugiados, devem ser implementadas pela união, com acordos na justiça do trabalho, as ações de assistência para os imigrantes serão implementadas em cooperação com os Estados e Municípios, por meio do apoio técnico e financeiro, mediante a assinatura de convênios entre os entes públicos. Garantindo direitos na assistência social, com a oferta do serviço de acolhimento; atenção à saúde, com a inclusão dos imigrantes e refugiados no Sistema Único de Saúde e o monitoramento e avaliação das condições epidemiológicas; mobilidade interestadual; facilitação da intermediação da mão de obra, através do Sistema Nacional de Empregos, e isso está muito longe de acontecer de forma satisfatória.

Atenciosamente,


Marlene Batista Silva Miranda
Responsável pelo CADASTRO/DELEMIG/DPF/CE
Mat. 5568



5. Questionário Investigativo (1/7) respondido por Maria Viterbo, Diretora do Secretariado da Diocese para Migrações no Porto em 18/05/2016.



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Curso: Mestrado em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA ELABORAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

TEMA: O Perfil dos Imigrantes, Refugiados e Estruturas de Acolhimento do Ceará: Movimentos Históricos e Estudo de Caso na Pastoral do Migrante em Fortaleza”

Aluno: Diego Ribeiro Alves

1 – Como funciona o departamento dentro da **Diocese** que trabalha com os imigrantes e refugiados? Ex.: Quantidade de funcionários, serviços prestados, detalhes organizacionais e administrativos, etc.

Chama-se Secretariado Diocesano das Migrações e funciona desde 1997/98, sediado, como os restantes Secretariados, na Casa Diocesana (Seminário de Vilar).

Por princípio, sendo da Igreja, funciona com voluntários – há, porém, uma exceção: Directores/as, uma vez que precisam de se dedicar a tempo inteiro a estes serviços da Igreja, são remunerados, fazendo parte dos Quadros da Diocese. No caso do nosso Secretariado, apenas a Directora é remunerada (trabalha em exclusivo, sem limite de horário, todo o ano) - trata-se, obviamente, de um salário “simbólico”, na Igreja não há comparação com as tabelas salariais normais. Todos os restantes elementos da equipa permanente, bem como os colaboradores, são voluntários, conjugando a sua colaboração com o Secretariado e a sua vida profissional / académica. (em anexo encontra a listagem da Equipa Permanente e dos colaboradores, com respectivas funções)

2 – Quais são os principais projetos, iniciativa ou ações que a **Diocese** tem desenvolvido nas áreas dos refugiados e imigrantes? Para cada projeto, peço gentileza descrevê-lo brevemente, assim como o impacto proposto/alcançado.

A Igreja tem a sua estrutura organizada. Como tal, os planos base saem das orientações do Vaticano, passam pelas Conferências Episcopais, pelo Secretariado Nacional e daí para os Secretariados Diocesanos, como propostas. Cada Secretariado

Diocesano, de acordo com o seu Bispo, vai implementando e criando as valências, de acordo com as necessidades e características do movimento migratório na Diocese.

Assim, este Secretariado tem tido como principais valências / propostas base, as seguintes:

- Acolhimento sem limite de horas, dias... (sem distinção de cor, credo, etc) – divulgação da nossa presença através da Internet, redes sociais, Autarquias...e...”passa palavra”

Questionário Investigativo (2/7) respondido por Maria Viterbo, Diretora do Secretariado da Diocese para Migrações no Porto em 18/05/2016.

- Cursos de Português para estrangeiros (a aprendizagem da língua é fundamental, quer para a intergração na sociedade e no mercado de trabalho ou para apresentação de Projectos académicos, quer mesmo para a obtenção de Residência Permanente e preparação para os exames nacionais dos que querem pedir a nacionalidade)
- Apoio jurídico – essencial para desbloquear situações problemáticas nos postos de trabalho, informar sobre as questões laborais, legislação, direitos e deveres, ajudar a recuperar salários em atraso, reparar a justiça em situações de ilegalidade, etc...
- Explicações a estudantes estrangeiros filhos de imigrantes (secundário e início de Universidade) no sentido de minimizar as dificuldades de aprendizagem sobretudo devido às diferenças de língua
- Acompanhamento da elaboração de teses de Doutoramento aos alunos de países de Língua Portuguesa, mas em que o quase desconhecimento da língua dificulta muito o trabalho (Ex: Timor)
- Colaboração em trabalhos de investigação - nacionais e internacionais
- Processos Burocráticos: elaboração de dossiers e acompanhamento de assuntos relacionados com o SEF-Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Segurança Social, Polícia, Consulados, Contribuições e Impostos – esclarecimentos, preenchimentos de Declarações de IRS, abertura de contas bancárias, transferências de dinheiro para o estrangeiro, Conservatórias do Registo Civil, processos de casamento, etc...
- Tradução de documentos: Certidões (nascimento, Baptismo, casamento, divórcio e óbito), Declarações para Abono de Família, Pedidos de Alojamento para a Câmara Municipal, averbamento e testes para Cartas de Condução, Matrículas nas Escolas, etc...
- Bolsa de emprego e alojamento: ajuda na procura de trabalho, reconhecimento de competências, elaboração de Curriculum Vitae, definição de estratégias, tradução simultânea de entrevistas de emprego; ajuda na procura de casa, acompanhamento nas visitas e contactos com as Imobiliárias e proprietários, verificação e/ou tradução dos contratos de Arrendamento, acompanhamento nos processos de requisição de luz e água...
- Saúde: Colaboração com a Autoridade de Saúde principalmente nos casos de desalojados ou em situação de doenças infeto-contagiosas, desinfestação, etc... Acompanhamento em consultas hospitalares, articulação com os respectivos Serviços Sociais e Capelanias, apoio em caso de morte, contacto com a família nos países de origem, presença durante o internamento, etc.
- Acompanhamento de Reclusos: parceria com uma Associação de Imigrantes, no Projecto Reclusão Feminina (ver anexo) realizado em Estabelecimento Prisional

Questionário Investigativo (3/7) respondido por Maria Viterbo, Diretora do Secretariado da Diocese para Migrações no Porto em 18/05/2016.

- Acompanhamento dos sem abrigo – é também uma questão importante que nos preocupa, já que a situação de abandono a que normalmente chegam, põe em risco a sua segurança e a própria vida. Houve sempre – e há ainda – bastantes suicídios. E muitas mortes “na valeta”. Este é um dos factores que nos move e leva a tentar “viver” com estas pessoas bem mais de perto. Na maioria dos casos, não temos solução, mas o facto de estarmos com e escutarmos é muito importante.

- Promoção de colóquios. Tertúlias. Sessões de Esclarecimento. Momentos de reflexão, com temas vários – sociais, socio-económicos, integração, dificuldades, igualdade de género, tráfico de seres humanos, Lei da Imigração...

- Organização de eventos culturais em colaboração com as Associações de Imigrantes (Ex: Festa dos Povos – anual – com representações dos vários países, danças, mostra gastronómica e de artesanato)

- Fomentar a dimensão religiosa na vida / abertura ao transcendente

- Informar sobre a presença das suas Igrejas de origem

3 – Quais têm sido as principais dificuldades de se executar tais atividades de apoio aos refugiados e imigrantes?

As principais dificuldades prendem-se com a pouca colaboração dos párocos e da comunidade cristã. Há um desinteresse e alheamento das situações relacionadas com os imigrantes, que, se as pessoas funcionassem de outra forma e fossem mais colaborantes, poderíamos solucionar ou pelo menos melhorar muito a situação. Há ainda alguma dificuldade para contornar as questões de “falsa interpretação de normas” e excesso de burocracia por parte de alguns organismos, mas que vamos tentando resolver. De qualquer forma, por estranho que pareça, ao longo de todos estes anos, tem sido mais fácil e eficaz trabalhar com a Sociedade Civil do que com a Igreja, apesar de sermos parte desta Igreja e um organismo Diocesano...

Sentimos também a dificuldade financeira, já que a Diocese dispõe de uma quantia muito pequena, que não nos permite fazer face a muitas despesas. Por isso, a nossa acção passa muito por fazer parcerias, encaminhar para outras Instituições... Um parceiro importante tem sido a Caritas Diocesana.

4 – Avaliando a cidade do Porto como um todo, como você avalia as capacidades estruturais que o poder público dispõe para esses grupos de pessoas? Ex: Abrigos, Defensorias Públicas, Hospitais públicos, etc. Sinta-se livre para fazer uma avaliação crítica.

O nosso problema tem sido exactamente a existencia de pouquíssimas estruturas... Especificamente para imigrantes, não há. Há apenas o C.N.A.I. – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, do Alto Comissariado para as Migrações (Governo), que é uma espécie de “Loja do Cidadão” para estrangeiros, onde está presente um balcão do SEF, da Segurança Social, do Instituto de Emprego, de vários sectores... É, além de informativo, o local onde vão tratar dos vários documentos. É “oficial”, não tão humano quanto deveria...

Questionário Investigativo (4/7) respondido por Maria Viterbo, Diretora do Secretariado da Diocese para Migrações no Porto em 18/05/2016.

O imigrante deve, pois, integrar-se, dentro do possível, nas Instituições que já existem e servem a população portuguesa.

Albergues Nocturnos há 4 que servem a população em geral – 1 maior, da Associação dos Albergues Nocturnos e 3 pequenas (AMI, Santa Casa da Misericórdia e Padres Jesuitas) – mas estes, por necessidades financeiras, fazem contratos com a Segurança Social para receberem subsídios e, como tal, obedecem a critérios e números, espaços e normas que nem sempre se adaptam às situações dos imigrantes. Normalmente estão cheios, com sem abrigo portugueses e famílias carenciadas. É difícil encontrar possibilidade de ter cama... E o número de camas é muito reduzido para as necessidades.

Muitos imigrantes, em situação de carência, usam refeitórios de Ordens Religiosas, que, ao almoço distribuem uma pequena refeição à população em geral. Há ainda uma Paróquia grande da cidade, que ao fim da tarde abre a sua "Porta Solidária", onde, os que precisam, podem comer uma sopa quente e duas sandes.

A nível de roupas, há algumas organizações, na sua maioria da Igreja, mas também a Cruz Vermelha e a AMI, que têm os chamados "Roupeiros", com roupa usada, dada pela população, que é distribuída, em determinados horários, a quem precisa. Mas também é para toda a gente, não especificamente para imigrantes.

E ainda – esta é uma "solução" um pouco degradante – as chamadas Carrinhas da Noite: são grupos de pessoas, normalmente ligados à Igreja, mas não só, que se organizam e percorrem determinadas artérias da cidade com alguma bebida quente (chá, leite...), pão, etc... E às vezes distribuem também alguma roupa. Embora a

intenção seja boa, não resulta da melhor forma... Primeiro porque ficam pelas ruas fora filas e ajuntamentos de pessoas que se atropelam para chegar primeiro ao copo ou ao saco, o que origina várias vezes lutas mais ou menos violentas...sobretudo porque muitas pessoas estão alcoolizadas e drogadas... E, o facto de estarem na "montra", no meio da rua, a comer, à chuva e ao frio é uma imagem, no mínimo, triste e com pouca dignidade.

Quanto aos Hospitais, os imigrantes recorrem a eles em situações de emergência, são normalmente assistidos, mas, logo que possível, recolocados na rua, tenham ou não para onde ir...

5 – Como você avalia o nível de serviço das demais ONGs ou grupos de assistência social que têm trabalhado para ajudar a situação dos refugiados e imigrantes? Além da **Dioocese, quais outras organizações também ajudam estas pessoas?**

Questionário Investigativo (5/7) respondido por Maria Viterbo, Diretora do Secretariado da Diocese para Migrações no Porto em 18/05/2016.

Em parte já referi nos pontos anteriores...

Não são especificamente para imigrantes, mas para a população em geral. Há casos de Comunidades Religiosas que funcionam muito melhor, com mais proximidade, no que respeita às refeições, por exemplo... Porque o fazem por si próprias. (Franciscanas Hospitaleiras, Franciscanas Missionárias de Maria, Ordem de S. Francisco, Ordem da Santíssima Trindade). Há ainda a Caritas Diocesana que trabalha muito em parceria connosco e presta assistência em vários campos (géneros alimentícios, orientação profissional, ajuda às mães com bebés, roupeiro...) e a Sociedade de S. Vicente de Paulo que acompanha também famílias carenciadas.

Mas, no geral, as Instituições presentes, têm a sua acção limitada muito devido aos acordos que fazem para obterem subsídios. Se, por um lado, lhes dão dinheiro, por outro impoem regras que não são muito compatíveis com a visão humana e cristã que devemos ter.

6 – Qual o nível de envolvimento da comunidade (moradores, universidades, poder público e poder privado) nas ações da **Diocese** no que tange aos projetos de refugiados e imigrantes?

Em alguns casos depende também da nossa capacidade de sensibilizar e mobilizar. Como mencionei antes, há um certo alheamento e mesmo indiferença relativamente às questões dos imigrantes, mais por parte das Paróquias. O envolvimento é mais da Sociedade Civil. Para ter uma ideia ainda há quem diga referindo-se a mim "a Doutora só trabalha com marginais"... É revoltante! E, por exemplo na organização da Festa dos Povos, que junta no mínimo à volta de 500 pessoas e até mais, são quase todos estrangeiros. A comunidade portuguesa, embora todas as paróquias fossem avisadas,

não se mobiliza...Os próprios párocos não avisam... Mas mobilizam-se, por exemplo, Associações Culturais que até colaboram connosco na Festa.

7 – Como a **Diocese**, especificamente a equipe que trabalha com os imigrantes e refugiados, se avalia em termos de gestão? Em outras palavras, qual o modelo de trabalho usado, há indicadores socioeconômicos ou financeiro-orçamentários que a equipe se mantém ciente durante o decorrer de suas atividades?

A equipa que eu coordeno, funciona com uma orçamento pequenino dado pelo Economato da Diocese, apenas para o funcionamento normal do Secretariado (material, deslocações, acções de Formação em que temos que participar), daí que, no nosso trabalho concreto não podemos gastar quase nada... É uma fatia muito pequena,

Questionário Investigativo (6/7) respondido por Maria Viterbo, Diretora do Secretariado da Diocese para Migrações no Porto em 18/05/2016.

que nos vai permitindo fazer milagres! Fazemos um orçamento para cada ano, que apresentamos ao Economato e depois vamos regulando isso. Temos tudo avaliado. No fim de cada ano apresentamos contas. Claro que surgem sempre imprevistos, algumas necessidades de imigrantes que não são cobertas por outra qualquer instituição... Aí, se temos alguma pequena folga, dá... Se não temos, muitas vezes, pagam os próprios elementos da equipa.

8 – Quais as dicas, lições aprendidas e pontos de atenção, principalmente na esfera da Gestão, que a **Diocese** poderia listar para uma organização que está começando agora no serviço de apoio ao refugiado e imigrante?

Bem... A primeira coisa é procurar mobilizar e dinamizar as outras Instituições, fazer parcerias, pedir colaboração, fazendo entender que os imigrantes são gente igual a todos os outros, com necessidades muito concretas, mais carregadas pelo facto de estarem longe da sua terra, normalmente com poucos recursos ou mesmo sem recursos e serem muito vítimas de desonestidade, de burla e muitas vezes da sua própria ingenuidade ou mesmo grande irresponsabilidade. Mas não deixam de ser gente!

Analisar bem a situação, o público alvo, fazer estimativas e programar bem as actividades, são pontos essenciais para que o trabalho resulte. E, obviamente, ter gente muito séria, responsável e qualificada à frente da organização.

9 – Atualmente, em Fortaleza – Ceará – Brasil, por conta da criação de uma universidade luso-brasileira, diversos estudantes de países africanos têm imigrado para a cidade. Contudo, por conta da falta de estrutura e políticas de acolhimento por parte do poder público, esses estudantes começam a sofrer as mazelas sociais como a pobreza e falta de emprego. A **Diocese** no Porto possui histórico de algum caso parecido ou Projeto para dar apoio a imigrantes que vieram à cidade por motivos de estudo?

Há vários anos que existem acordos de cooperação com os PALOP – Países de Língua Oficial Portuguesa, que trazem muitos estudantes africanos a Portugal. Várias situações complicadas se levantam. Muitos deles, vindos ao abrigo dos acordos, como bolseiros, não tinham o objectivo de voltar para ajudar os seus países.... Isto era um escape para fugirem da sua zona de pobreza e limitação. Então, depois de estarem cá, já não querem voltar para lá. Alguns são vítimas das falhas políticas, dos acordos furados, da falha de bolsas, etc... Passam muitas dificuldades, muitas vezes sem terem o que comer. Não pagam as propinas, não têm resultados... O rendimento escolar também não é grande coisa. Vários perderam bolsas por falta de resultados positivos. E, claro, ao não quererem voltar, ficam na situação de irregulares (já que se vieram com visto de estudo, ele não existe mais) e a questão de encontrar trabalho é muito complicada.

Questionário Investigativo (7/7) respondido por Maria Viterbo, Diretora do Secretariado da Diocese para Migrações no Porto em 18/05/2016.

Digo-lhe o que disse antes: não há estruturas específicas de acolhimento para eles. As Dioceses têm também um Secretariado Diocesano da Pastoral Universitária, por exemplo. Mas essa questão assistencial é muito limitada na pastoral desse secretariado. Normalmente são encaminhados para nós, que tentamos ajudar como podemos, sobretudo encaminhando para a Caritas ou outros. Mas é muito difícil.

10 – Como é o processo de acolhimento usado pela **Diocese** para com os imigrantes e refugiados?

Hoje praticamente não temos necessidade de divulgação, já que, em tantos anos, praticamente todas as comunidades nos conhecem e vão passando palavra. As Associações de Imigrantes, oficiais e reconhecidas, são também ótimos parceiros nesta acção de acolhimento e ajuda.

- Como já mencionei, a primeira coisa é não ter barreiras – braços abertos para todos, independentemente do sítio de onde chegam, da Igreja a que pertencem, da situação que trazem, da ajuda que procuram. Se não podemos resolver (há situações mesmo sem solução), temos ouvidos e coração. Escutar é fundamental. E só isso já é uma enorme ajuda ao imigrante!
- Perceber e aceitar as diferenças culturais
- Tentar aprender as línguas, os costumes, perceber o que esperam...
- Aceitar os convites e participar nos encontros, datas festivas – civis e religiosas – aniversários, etc... Isso mostra ao imigrante a nossa abertura, proximidade e vontade de fazer comunhão
- Respeitar integralmente...sempre!

Desta forma, a integração nas várias valências, é natural.

Claro que cuidamos bem da nossa presença na Internet, através da qual se realiza muita da nossa acção nos dias de hoje. Há muitas coisas que fazemos através da net e resolvemos, sem a necessidade da presença das pessoas. Isso facilita muitíssimo e permite também um contacto permanente com as diferentes comunidades e pessoas em particular.

www.migracoesporto.pt

sec.migracoes@sapo.pt

Facebook: Migrações Porto

Skype: Migrações Porto (Secretariado Migrações Porto – sec.migracoes@sapo.pt)

6. Questionário Investigativo (1/3) respondido por Clotilde Pellegrini, Responsável pelo atendimento à imigrantes e refugiados da Pastoral do Migrante em Fortaleza 25/04/2016.



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Curso: Mestrado em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA ELABORAÇÃO DE DISSERTAÇÃO
DE MESTRADO

TEMA: O Perfil dos Imigrantes, Refugiados e Estruturas de Acolhimento do Ceará:
Movimentos Históricos e Estudo de Caso na Pastoral do Migrante em Fortaleza”

Aluno: Diego Ribeiro Alves

1 – Qual a estrutura organizacional da Pastoral do Porto em Fortaleza? Como o trabalho funciona? Como é a gestão?

Somos um departamento da Arquidiocese de Fortaleza cujo principal objetivo é fornecer auxílio à Imigrantes e refugiados que chegam à cidade. A equipe é composta por 20 pessoas em 2 setores: coordenação (4) e agentes pastorais (16). A coordenação trabalha com a gestão propriamente dita, e os agentes pastorais trabalham com as operações de assistência em campo.

Todos os envolvidos na Pastoral são voluntários e são formados em áreas relacionadas com o trabalho executado pela Pastoral.

A cada dois meses realizamos uma reunião de gestão onde acompanhamos os gastos, receitas, atividades e demais informações. Realizamos também em todo fim de ano uma reunião de fechamento das atividades daquele ano. Recebemos também formação e treinamento do Serviço Pastoral dos Migrantes SPM.

A Pastoral realiza o atendimento dela por meio de recepção do acolhido, solicita-se o preenchimento da ficha de acolhimento para que a equipe da Pastoral entenda a completa situação do Imigrante. Depois a Pastoral busca atender às necessidades do Imigrante na medida do possível através de apoio com outros órgãos ou entidades parceiras. Esse apoio através de encaminhamento abrange a questão da assistência básica e também de processos formais com a justiça.

Realizamos nosso atendimento em uma sala no Centro de Pastoral Maria Mãe da Igreja na rua Rodrigues Júnior, 300, Centro, em Fortaleza/CE. Porém, não possuímos um espaço físico para acolhimento de migrantes e refugiados que necessitem de um abrigo temporário. Fazemos atendimento de várias demandas desde a intermediação de documentos, junto aos órgãos públicos como Polícia Federal, pedidos de refúgios e também acompanhamos as necessidades dos estudantes internacionais em situação de vulnerabilidade em Fortaleza, Acarape e

Questionário Investigativo (2/3) respondido por Clotilde Pellegrini, Responsável pelo atendimento à imigrantes e refugiados da Pastoral do Migrante em Fortaleza 25/04/2016.

Redenção/UNILAB com visitas, retiros espirituais, solicitação de audiência pública para as questões de denúncias de preconceitos, discriminação e entraves na documentação junto às universidades e Polícia Federal. Ainda sobre migração Internacional, a pastoral dos migrantes também realiza sua missão com as presas Internacionais por meio de visitas, acompanhamento dos processos junto aos órgãos competentes.

O nosso trabalho com a migração urbana está sendo feito nos municípios de Horizonte e São Gonçalo do Amarante em Parceria com o Instituto Joazeiro Desenvolvimento Sustentável nos projetos Centro de Produção Sustentável de Alimentos e Plantando Energia.

A comunidade paroquial da Vila União, por meio do pároco Marcos Mendes, acolheu temporariamente o grupo de refugiados do Paquistão e Afeganistão em uma residência cedida por uma parouquiana depois de passar em três casas provisórias.

Outra situação semelhante vivenciamos com os refugiados da Síria no mês de julho de 2015, onde contamos com a parceria e apoio da pastoral do menor. Conseguimos abrigo em Fortaleza por uma semana e após isso, apenas em Pacatuba, foram abertas as portas para acolhimento temporário dos refugiados da Síria em uma chácara cedida pela Pastoral do Menor. No mês de dezembro de 2015, a Polícia Federal pediu para a pastoral dos migrantes dar acolhimento a um migrante dos Estados Unidos que estava para ser deportado. Conseguimos uma quitinete no bairro Pirambu também por pouco tempo. Esses são apenas alguns casos para exemplificar a necessidade de um espaço físico para abrigo temporário de migrantes e /ou refugiados em Fortaleza.

Esse universo tão complexo da mobilidade humana requer tanto ação missionária da Igreja como de políticas públicas para migrantes e refugiados. Essa duas forças precisam ser somadas, pois não é possível resolver de forma isolada tantas demandas do fenômeno migratório contemporâneo. Do ponto de vista político, é preciso ter a consciência que os fluxos migratórios requerem uma análise muito mais profunda no sentido que sejam desenvolvidas políticas públicas comprometidas com a promoção e os direitos humanos do migrante, pois muitas vezes, lutar pelos direitos de quem migra é lutar pela vida.

A missão da pastoral dos migrantes é acolher, acompanhar, orientar, encaminhar. E nesse sentido, o papa Francisco exorta-nos para abrir as portas de nossas casas, instituições para acolher os migrantes com o coração.

A parceria com o poder público é fundamental para a realização de nossa missão.

2 – Quais as principais atividades executadas pela Pastoral?

Participamos/solicitamos audiências pública em Interesse aos Imigrantes.
Monitoramos a situação de Imigrantes que estão presos na cidade.
Retiros espirituais e convivência com Imigrantes.
Formação para voluntários
Eventos de celebração, convivência e arrecadação
Ação de assistência básica com a rede de parceiros
Encaminhamento profissional

Questionário Investigativo (3/3) respondido por Clotilde Pellegrini, Responsável pelo atendimento à imigrantes e refugiados da Pastoral do Migrante em Fortaleza 25/04/2016.

Orientações gerais sobre processos.

3 – Quais são os principais parceiros da Pastoral?

Os principais parceiros da Pastoral são a Defensoria Pública, a Polícia Federal, a própria Igreja (em primeiro lugar), recebemos suporte em orientações do IMDH pela irmã Rosélia, também buscamos trabalhar próximo a UNILAB, que possui muito estudantes africanos.

Temos muito pouco, na verdade quase nada, apoio de empresas privadas, voluntários, e outras Ongs. Não há trabalhos dentro da Pastoral voltados para agregar estes públicos para nos ajudar. Seria muito bom se existesse e eles pudessem nos ajudar.

Muito importante também seria o apoio direcionado da prefeitura ou do governo. Hoje ainda conseguimos com dificuldade espaços nos albergues populares, porém não são espaços indicados para imigrantes e refugiados. Lá se encontram moradores de rua que consomem drogas dentro do próprio albergue, não tem segurança nenhuma.

4 – Como é a questão da arrecadação de recursos e orçamento da Pastoral?

A maior fonte de recursos é a própria Igreja, dela vem o orçamento para os projetos da Pastoral. É a CNBB, a Congregação e a SPM.

Também realizamos eventos de arrecadação de recursos (feijoadas, festinhas). Na tem arrecadação e nem doação de empresas ou voluntários.

5 – Quais os objetivos de longo prazo da Pastoral?

O grande sonho para todos nós da Pastoral é ter uma estrutura nossa para acolher os migrantes e refugiados. Uma estrutura que recebesse apoio financeiro do poder público e que possuísse um atendimento em todas as esferas, inclusive a questão do trabalho, integração social e cultural, e atendimento psicológico. Uma estrutura em que a comunidade se importasse e trabalhasse em conjunto conosco.

Queremos também iniciar um trabalho sobre o acompanhamento do trabalho que os imigrantes legais estão exercendo no Ceará, para cobrir qualquer tipo de crimes de trabalho contra eles.